



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Conforme as Normas Internacionais de Contabilidade

**Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010, 2009 e
01 de Janeiro de 2009.**

Valores expressos em milhares de reais.

SUMÁRIO

Relatório de Administração	
Relatório de Administração.....	03
Demonstrações Financeiras	
Balanços Patrimoniais	22
Demonstração dos Resultados	23
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	24
Demonstração dos Fluxos de Caixa	25
Demonstração do Valor Adicionado.....	26
Notas Explicativas	
Notas Explicativas.....	27
Relatórios	
Declaração dos Diretores.....	97
Relatório dos Auditores Independentes.....	98
Parecer do Conselho Fiscal	102
Manifestação do Conselho de Administração.....	103

Senhores Acionistas

A Administração da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal, manifestação do Conselho de Administração, e de um breve relato dos principais itens e questões relacionados à atividade da Concessionária no ano de 2010.

1. Mensagem da Administração

Desde 1943, a CEEE esteve muito presente no desenvolvimento do Estado e na vida das pessoas, compreendendo, cada vez melhor, a importância de suas atividades com responsabilidade social e observando questões ambientais. A empresa passou, em 2010, por muitos desafios relacionados à distribuição de energia elétrica, além dos problemas causados por condições meteorológicas adversas extremas, que se tornaram cada vez mais frequentes no Estado. Mesmo com os desafios e dificuldades de crescimento, a Concessionária alcançou algumas conquistas que foram fruto do trabalho de planejamento e dedicação de seus funcionários.

Entre os motivos para comemorar estão a conquista e a manutenção da certificação ISO 9001 para coleta de dados e apuração dos indicadores individuais e coletivos. Esse trabalho envolveu mais de 1.500 colaboradores de 59 setores, 29 agências, 6 gerências e 11 bases técnicas, além do Centro Administrativo da Companhia. Também neste ano, a CEEE Distribuição obteve o primeiro lugar no Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISQP) no Estado, de acordo com a 12ª Pesquisa Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), com índice de 88,9%. O estudo apresenta a Concessionária em 2º lugar na Região Sul e 3º, entre as Concessionárias de Energia do Brasil, em relação ao nível de satisfação dos consumidores residenciais, com a qualidade dos serviços.

Esses resultados nos motivam a enfrentar a crise financeira pela qual a Distribuidora está passando. Por ser uma Concessionária deficitária, que vem de um problema histórico desde a privatização, a CEEE Distribuição necessita de ajustes muito fortes, principalmente, na questão de investimentos em ativos que possam remunerar a tarifa e no equacionamento em direção à Concessionária de Referência da Aneel.

Uma das ações para organizar a Concessionária e definir quais os investimentos prioritários é o Planejamento Estratégico do Grupo CEEE, que foi elaborado com base na metodologia em 2009, pelo PGQP (Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade) através de consultorias, com o objetivo de melhorar os processos da Companhia. Outro acontecimento que merece destaque é a adesão da CEEE Distribuição ao Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBovespa, que gerencia o mercado de ações. Esse feito estabelece uma relação mais transparente entre a Companhia e seus acionistas e futuros investidores e é uma das metas do planejamento estratégico do Grupo.

Para reforçar a proteção e integridade das empresas do Grupo CEEE foi elaborado, por um grupo multidisciplinar, composto por colegas de diversas áreas da Companhia, o Código de Ética empresarial. O documento, que será distribuído para todos os funcionários, traz um conjunto de orientações sobre o conhecimento dos valores e princípios éticos que regem as empresas do Grupo.

Em relação aos investimentos, a CEEE-D executou, em obras e infraestrutura, o equivalente a R\$ 97,3 milhões, permitindo o desenvolvimento dos negócios. A escolha de Porto Alegre como uma das Cidades Brasileiras a sediar a Copa do Mundo em 2014 demandará à Concessionária investimentos na ordem de R\$ 503 milhões adicionais até 2013, permitindo a expansão e a melhoria de todo o sistema elétrico da região metropolitana e área de abrangência.

2. Perfil da Empresa

A CEEE-D é uma Sociedade de Economia Mista originada do processo de reestruturação societária da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, efetuada em novembro de 2006. Tem como maior investidor a Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-Par.

A Concessionária detém a concessão para exploração dos serviços de Distribuição de Energia Elétrica em 26% do território do Estado do Rio Grande do sul, atendendo 72 municípios. Em 2010, atendeu 1,46 milhões de unidades consumidoras, o que representa uma média de mais de 4 milhões de pessoas. Esse mercado cativo apresentou um aumento de fornecimento de energia de quase 6% em relação a 2009 (de 6.911 GWh em 2009 para 7.322 GWh em 2010). Além disso, atende 9 unidades de consumidores livres, que apresentaram crescimento de consumo de 10,9% em 2010 em relação a 2009. O total de energia vendida pela distribuidora no ano de 2010 foi de 7.322 GWh.

2.1 Os Negócios da Empresa

A CEEE-D tem como objetivo projetar, construir e operar sistemas de Distribuição de Energia Elétrica, comercializar e prestar serviços no setor, bem como explorar a respectiva infraestrutura para a prestação de outros serviços.

2.2 Composição Acionária

Acionista	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CEEE-Par	255.232.851	67,04	43.495	0,67	255.276.346	65,92
ELETROBRÁS	122.681.434	32,23	3.505.584	53,43	126.187.018	32,59
MUNICÍPIOS	1.327.238	0,35	2.036.684	31,04	3.363.922	0,87
CUSTÓDIA BMF BOVESPA	1.400.904	0,37	906.932	13,82	2.307.836	0,60
OUTROS	26.843	0,01	67.863	1,04	94.706	0,02
TOTAL	380.669.270	100,00	6.560.558	100,00	387.229.828	100,00

2.3 Reconhecimentos

Prêmio Top of Mind

A CEEE-D foi premiada na 20ª edição da pesquisa Top of Mind da Revista Amanhã, categoria Top Executivos – Empresa de Energia Elétrica. No Top Executivos, são entrevistados empresários das 100 maiores corporações, segundo o ranking Grandes e Líderes, levantamento realizado pela Amanhã em parceria com a PricewaterhouseCoopers, feito há três anos. Em 2010, foram ouvidos 33% dos executivos das 100 maiores Concessionária do Estado. A Concessionária ocupou o 1º lugar como Empresa de Energia e o 2º na categoria Empresa Pública Eficiente. Entre as concorrentes do ramo de energia, a marca CEEE ficou com 42,2% da lembrança.

Prêmio Abradee

A Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - Abradee realiza, desde 1999, pesquisa que, além de apurar o nível de satisfação dos consumidores, busca gerar índices que permitam a comparação dos resultados entre todas as Distribuidoras e a geração de matrizes de apoio à definição de ações de melhoria. Essa Associação tem como missão contribuir para a excelência na gestão de suas associadas.

Segundo a avaliação 2010 dos clientes brasileiros de energia elétrica, a CEEE-D é a 3ª colocada no ranking brasileiro, a 2ª da Região Sul e a 1ª Distribuidora do Estado. A Empresa teve um resultado de 88,9% no Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida. A pesquisa foi realizada no 1º semestre de 2010 em 26 estados brasileiros, e envolveu 49 concessionárias, sendo 20 delas com mercado superior a 500 mil clientes. Esse trabalho, realizado desde 1999, além de apurar o nível

de satisfação dos consumidores, busca gerar índices que permitam a comparação dos resultados entre todas as distribuidoras e a geração de matrizes de apoio à definição de ações de melhoria. Em 2010, a CEEE D, na categoria Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida, obteve o reconhecimento: 1º lugar – RS; 2º lugar – Região Sul; 3º lugar – Brasil.

ATRIBUTOS	2010	2009
Índice de satisfação com a qualidade percebida	88,9%	84,4%
Fornecimento de energia	82,9%	84,9%
Atendimento ao cliente	88,3%	83,0%
Informação e comunicação com cliente	84,3%	74,9%
Conta de luz	96,1%	93,7%
Imagem	91,4%	88,4%
Responsabilidade Social	90,8%	87,2%

Troféu Responsabilidade Social

Em 2010, a CEEE-D foi uma das 13 organizações gaúchas, dentre as 230 organizações inscritas, que recebeu o Troféu Responsabilidade Social 2010 - Destaque RS da Assembleia Legislativa do Estado, na categoria Entidades Governamentais. O prêmio é concedido às empresas e demais entidades que apresentaram, em cada categoria, o melhor nível de desempenho em termos de Responsabilidade Social, em avaliação feita a partir do Balanço Social e do Relatório de Responsabilidade Social apresentados.

Certificado de Responsabilidade Social

A CEEE-D recebeu o Certificado de Responsabilidade Social da Assembleia Legislativa, prêmio instituído por Lei Estadual e promovido sob coordenação da Comissão Mista Executiva, formada por representantes de entidades e instituições da sociedade civil, como FIERGS, FEDERASUL, FECOMERCIO, Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas, OCERGS/SESCOOP, FAMURS, SESI, SESC, ONG Parceiros Voluntários, Fórum RS de Responsabilidade Social, Conselho Regional de Contabilidade, Central Autônoma dos Trabalhadores, Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade, Associação Riograndense de Imprensa, Federação das Associações dos Servidores Públicos e Secretaria de Desenvolvimento Social/RS.

3. Gestão e Governança Corporativa

3.1 Organização e Gestão

Em 2010 a CEEE-D recebeu a recomendação para a Certificação ISO 9001:2008, atendendo uma exigência regulatória. O Sistema de Gestão da Qualidade da Concessionária está certificado para o seguinte escopo: coleta de dados e apuração dos indicadores individuais e coletivos de continuidade no fornecimento de energia elétrica.

O trabalho envolveu 10 processos, incluindo as áreas de apoio da Concessionária. Durante o ano foram realizadas duas auditorias de manutenção da certificação, onde foram verificados os processos do sistema certificado. O resultado destas auditorias foi de zero não-conformidades, demonstrando a melhoria contínua do Sistema da Qualidade e o alto nível de conscientização dos empregados, sendo registrado como ponto positivo na auditoria externa.

O trabalho foi conduzido pelo Comitê da Qualidade da Concessionária, que promoveu a formação de 32 Auditores Internos da Norma NBR ISO 9001:2008, a distribuição de 1.500 cartilhas para os envolvidos e diversos outros instrumentos de comunicação e treinamento. Para a formação do Sistema da Qualidade foram criadas e revisadas normas de procedimentos e rotinas internas, que padronizaram as atividades e otimizaram os processos.

No segundo semestre de 2010, a empresa iniciou um novo trabalho envolvendo a certificação do processo de tratamento de reclamações. Em 2011, o Sistema de Gestão da Qualidade da CEEE-D

possuirá mais um processo a ser certificado, atendendo a Resolução Normativa nº 414 da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), que abrange o tratamento de 16 tipos de reclamações.

3.1.1 Políticas

A CEEE-D, considerando a crescente relevância que o tema Responsabilidade Social vem assumindo em todos os setores da sociedade e buscando atender ao órgão regulador, as exigências da CVM nº 480/2009 e contidas nos pronunciamentos para a implantação das Normas Internacionais – IFRS vem adotando, desde 2009, Políticas de Responsabilidade Social com objetivo de refletir sobre todas as práticas desenvolvidas na Concessionária com base na sua missão e valores fundamentada nos princípios do comprometimento, diálogo, comunicação, transparência e respeito à dinâmica Socioambiental. Além disso, a Concessionária vem trabalhando fortemente para a elaboração das políticas de Gerenciamento de Capitais, Riscos Financeiros, Composição de Caixa e Equivalente de Caixa, Investimentos, Destinação de Resultados e Reconhecimento da Receita.

A CEEE-D adota uma série de Políticas que pautam suas relações e suas ações frente às partes interessadas aos negócios, dentre as quais se destacam: Política de Excelência em Gestão, Política Corporativa de Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional, Política Ambiental, Política de Publicação e Uso das Informações Empresariais do Grupo CEEE.

3.1.2 Código de Ética

O documento final foi convalidado e autorizado pelos Dirigentes, Diretoria Executiva e Conselho de Administração em novembro de 2010. Encontra-se em andamento as ações previstas para a constituição do Comitê de Ética e para a divulgação do código, a fim de que este seja do amplo conhecimento de todos os colaboradores e demais partes interessadas da Concessionária.

3.1.3 Planejamento Estratégico

O acompanhamento do planejamento estratégico 2004-2014 da CEEE-D segue o modelo do Gerenciamento pelas Diretrizes e teve, no ano de 2010, a sua revisão para o horizonte de 2011-2015. Para a revisão, realizou-se nova análise dos ambientes interno e externo de influência sobre os negócios que, juntamente com a análise das oportunidades e ameaças permitiu a gestão da empresa estabelecer as premissas que nortearam a construção do seu planejamento.

As estratégias traçadas foram desdobradas em projetos, cujo monitoramento é realizado através de um cronograma de reuniões mensais. O objetivo destas reuniões é acompanhar o alcance das metas, garantindo a eficiência do planejamento estratégico atual e buscando o alinhamento para ações que não estão gerando o resultado esperado. Em dezembro de 2010, a revisão estratégica foi efetuada visando o aumento da Margem EBITDA bem como a melhoria e qualidade da gestão, estabelecendo novas ações estratégicas, mantendo aqueles continuados.

Com o objetivo de permear a filosofia do método do planejamento estratégico, a gestão instituiu um Comitê do Planejamento Estratégico, formado por lideranças da Concessionária e que interage com as diversas áreas, encaminhando as principais necessidades e propostas do nível operacional para a Diretoria. Ao mesmo tempo, fornece apoio, acompanhamento e integração para as frentes de gestão estratégica, orçamentária e gestão por processos e para a difusão do planejamento estratégico.

3.2 Governança Corporativa

A CEEE-D, baseada em seu planejamento estratégico, aderiu ao Nível 1 de Governança Corporativa da BMF & Bovespa para o ano de 2010, em consonância com a recomendação do Comitê de Governança Corporativa das Empresas Estatais – CGCE.

Dedicando esforços para o aperfeiçoamento do seu modelo de governança corporativa, a Concessionária criou o Comitê Gestor de Transparência para coordenar e manter a Página de Transparência, na rede mundial de computadores. Além disso, um conjunto de políticas e práticas de relacionamento com as partes interessadas reforçam o compromisso da CEEE-D com uma atuação mais responsável frente aos seus negócios, enfatizando a transparência e a divulgação

das ações e informações, a melhoria contínua e desenvolvimento sustentável de seus empregados, acionistas e parceiros em geral.

A estrutura da administração da Concessionária é constituída por uma Assembleia Geral, por um Conselho de Administração, Conselho Fiscal e pela Diretoria Colegiada. Além disso, completa a estrutura de governança a Auditoria Interna, a Auditoria Independente, os comitês de assessoramento à Diretoria e os canais de comunicação da Concessionária com suas partes interessadas.

3.3 Relações com Investidores

Diante da adesão ao nível 01 de governança da Bovespa, a criação de uma estrutura formal para tratar das Relações com Investidores (RI) e Governança Corporativa, tornou-se fundamental na estrutura organizacional da Concessionária. Esta área tem o objetivo específico de desenvolver e aprimorar as Relações com Investidores e Governança Corporativa e já desenvolveu as seguintes atividades no período:

- Migração do Mercado Organizado de Balcão para o Mercado Tradicional de Bolsa, conforme indicação da BMF&BOVESPA, como preparação para a adesão ao Nível 1 de Governança Corporativa;
- Assinatura do contrato de Adesão ao Nível 1 de Governança Corporativa da BMF&BOVESPA;
- Treinamento sobre Governança Corporativa aos Gestores das Empresas, orientado pela PUC-RS;
- Preparação de treinamento específico sobre Governança Corporativa a ser ministrado obrigatoriamente aos Conselheiros, Diretores e Gestores da Alta Administração, com o apoio técnico da PUC-RS;
- Treinamento dos profissionais da CEEE-D, em curso de Formação em Relações com Investidores, realizado na BMF&BOVESPA, com Coordenação Técnica do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores – IBRI;
- Desenvolvimento do Portal de Relações com Investidores na internet, conforme determina a resolução CVM 480/09;
- Aprimoramento no processo de elaboração e manutenção das informações contidas no Formulário de Referência, encaminhado à CVM e divulgado na internet;
- Estudos preliminares para a implantação das práticas de Gestão de Riscos e outras políticas.

3.4 Indicadores de Desempenho Operacional e de Produtividade

Durante o ano de 2010, foram atendidas em torno de 150.000 ocorrências com interrupção de energia, sendo registrados mais de 40 dias críticos oriundos de condições climáticas adversas, tais como temporais, vendavais, calor excessivo entre outros. No mês de fevereiro de 2010 houve uma forte onda de calor, que significou uma maior demanda de serviços. Esses eventos causaram impactos significativos na rede de distribuição, sendo necessários substituição de postes, condutores, equipamentos e transformadores que haviam sido danificados.

A CEEE-D contou com um grupo para atendimento que totalizou 250 equipes leves e 30 equipes pesadas, além de 60 equipes contratadas, que realizaram os atendimentos para reduzir os transtornos causados à população e aos clientes da Concessionária, garantindo fornecimento de energia elétrica.

3.4.1 Teleatendimento

Durante o ano, o número médio diário de chamadas atendidas foi de 6.847, com um tempo médio de atendimento de 2min44s por chamada, resultando em 2,50 milhões de atendimentos no ano. O serviço conta hoje com 224 empregados e 11 supervisores.

3.4.2 Postos de Atendimento

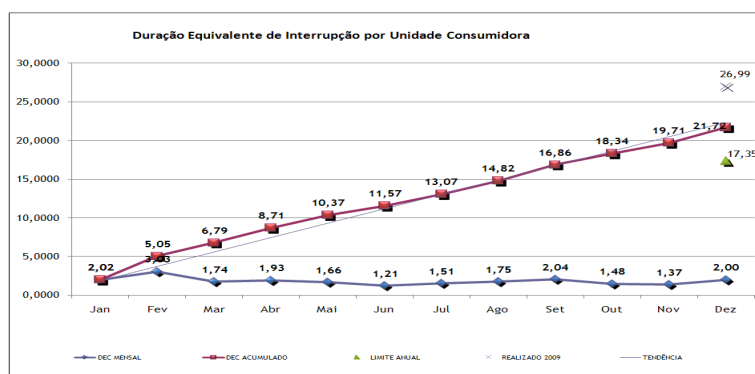
A CEEE-D disponibiliza diversos canais de comunicação em toda sua área de abrangência, visando o melhor atendimento aos seus clientes. Esta estrutura de atendimento é composta de 29 agências e 3 departamentos de cobrança.

Em 2010, a estrutura de atendimento presencial foi ampliada com a abertura de 7 Postos de Atendimento ao Cliente - PACs. Esta ampliação decorre da identificação de necessidades específicas em localidades mais expressivas e já está aderente ao que foi proposto pela ANEEL na revisão da Resolução 414/2010. As localidades contempladas com a abertura de novos postos são: Cidreira, Imbé, Terra de Areia, Arroio do Sal, Quinta (Rio Grande), Eldorado do Sul, Charqueadas. Além da rede de atendimento presencial, a CEEE-D disponibiliza um portal de acesso a serviços via internet (em 2010, foram registrados no site 1,53 milhão de acessos a serviços) e um canal de atendimento por telefone, através do número 0800 721 2333.

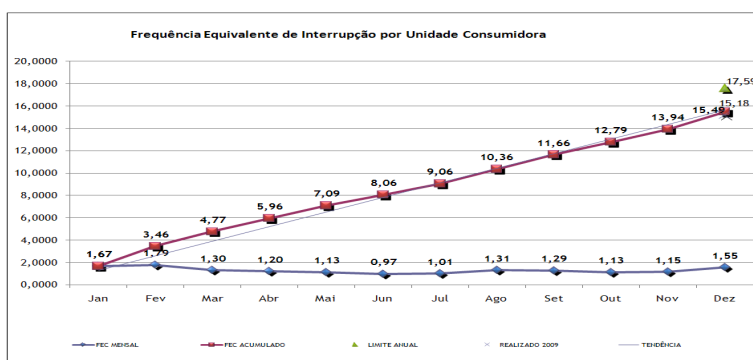
3.4.3 DEC e FEC

Os principais indicadores do negócio de distribuição são o DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e o FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor.

O DEC mede o tempo de atendimento às ocorrências. O motivo de o indicador ter ultrapassado o limite anual estabelecido pela ANEEL, em 2010, deve-se ao atendimento de um elevado número de ocorrências sem interrupção, aumentando o tempo de atendimento daquelas com interrupção.



O indicador FEC mede o número de vezes que são atendidas ocorrências em um período. Este indicador está mantendo-se abaixo do limite estabelecido pela ANEEL, nos últimos anos, devido a estrutura existente para manutenção emergencial e o expurgo das ocorrências que não são responsabilidade da CEEE-D ou classificadas como pertencentes a dias críticos.



Importante salientar que, nos últimos 3 anos, devido a mudanças regulatórias, modificaram-se os parâmetros de cálculos dos indicadores, o que não permite a análise comparativa da série histórica.

4. Gestão Econômica

4.1 O Setor de Energia Elétrica no Brasil

Encerrado o ano de 2010, o consumo nacional de energia elétrica na rede registrou expansão de 7,8% ante 2009, totalizando o montante de 419.016 gigawatts-hora (GWh). O mercado de energia elétrica em 2010 foi favorecido pelo desempenho da economia, com destaque para o mercado interno, impulsionado pelo crescimento do emprego e da renda e pelo aumento da oferta de crédito. As classes residencial e comercial mantiveram patamar elevado de crescimento no ano, e o consumo industrial consolidou a recuperação iniciada no segundo semestre de 2009 após a crise deflagrada em 2008.

No consumo industrial, à Região Sul coube a segunda maior expansão em 2010, com taxa de 9,7%. O Rio Grande do Sul apontou crescimento de 12%, com a contribuição do restabelecimento das atividades do Pólo Petroquímico de Triunfo. (Fonte: EPE)

Para atender a população e o crescimento econômico, torna-se necessário a realização de investimentos em infra-estrutura de energia elétrica. Para tanto o setor elétrico conta com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, que realizam estudos e fazem o planejamento do Sistema Elétrico Brasileiro, que servirão de base para os futuros leilões e resoluções autorizativas da ANEEL, quando serão definidos os investimentos no setor elétrico.

4.1.1 Regulação

Em 2010, a ANEEL (agência regulatória e fiscalizadora do setor de energia elétrica, vinculada ao Ministério de Minas e Energia) consolidou alguns atos normativos de considerável representatividade ao setor elétrico, dentre os quais se destacam:

- Aplicação de descontos sobre as tarifas da subclasse residencial Baixa Renda;
- Estabelecimento da Contabilidade Regulatória, além da aprovação das modificações no Manual de Contabilidade Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE);
- Implementação de nova metodologia para o 3º ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas (RTP) das distribuidoras de energia elétrica;
- Mudanças na definição de limites para indicadores individuais e coletivos de continuidade;
- Instituição de condições de fornecimento de energia elétrica, as quais devem ser consideradas pelos prestadores do serviço e consumidores de eletricidade;
- Instituição de processos a serem implementados pelas distribuidoras para o tratamento das reclamações dos consumidores de energia elétrica.

4.1.2 Tarifas da Distribuição - reajuste tarifário anual de 2010

Em meados de outubro de 2010, foi homologado pela ANEEL o Índice de Reajuste Tarifário Anual (IRT) da CEEE-D. A novidade no reajuste deste ano fora a implantação do critério de neutralidade dos encargos setoriais, já considerado no IRT da distribuidora, conforme regra o seu contrato de concessão.

Índice de Reajuste Tarifário (%) - 2010	
CEEE-D	
Vigência	25.10.2010
IRT Econômico	7,16
IRT Financeiro	-0,19
IRT Total	6,97

Fonte: ANEEL

4.1.3 Programas Regulatórios

4.1.3.1 Universalização (PLT)

No ano de 2010 foram atendidas aproximadamente 2.700 novas unidades consumidoras, nos Contratos ECFS 253/2009, celebrado com a Eletrobrás, e Convênio FPE 1387/2008, celebrado com o Governo do Estado.

Foi celebrado, em 05/8/10, o Contrato ECFS 302/2010, com a Eletrobrás, num total de R\$ 19,62 milhões e em 27/9/10, o Convênio FPE 3622/10, com o Governo do Estado – no montante de R\$ 12,11 milhões subvencionados, o repasse do Estado se dá em seis parcelas de R\$ 2,02 milhões, através da compensação de créditos presumidos de ICMS, tendo a primeira liberação em outubro de 2010.

Ingressaram na CEEE-D, no exercício de 2010, os seguintes valores:

- R\$ 23,55 milhões, originários do Contrato ECFS 199/07;
- R\$ 27,03 milhões, originários do Contrato ECFS 253/09;
- R\$ 5 milhões em quatro parcelas de R\$ 1,25 milhão, através de compensação de créditos presumidos de ICMS, originários do Convênio FPE 295/09;

4.1.3.2 Programa de Eficientização Energética - PEE

A ANEEL regulamenta a aplicação de recursos pelas concessionárias, em ações de combate ao desperdício de energia elétrica, através da realização de projetos voltados à eficiência energética. O montante aplicado anualmente corresponde a 0,5 % da receita operacional líquida da Concessionária, que no ano de 2010, correspondeu a R\$ 3,46 milhões na conclusão de projetos.

Dentro dos Projetos de efficientização está também o programa RELUZ, que objetiva a qualificação da iluminação pública, com substituição de luminárias, lâmpadas e acessórios por equipamentos de maior eficiência, através da parceria com a Eletrobrás e Prefeituras Municipais. Em 2010, além do desenvolvimento físico dos programas nos municípios de Butiá e Minas do Leão e as tratativas para dar sequência à efficientização da iluminação pública em Porto Alegre e São Lourenço do Sul, bem como novos compromissos com os municípios de Eldorado do Sul e Encruzilhada do Sul.

4.1.3.3 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Em conformidade com a Lei nº 9.991/2000 e suas alterações, as concessionárias devem investir um percentual da sua Receita Operacional Líquida – ROL em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D. Este valor é repassado ao consumidor na conta de energia elétrica, através do item “Encargos Setoriais”.

Somente em 2010 a CEEE-D concluiu 08 projetos resultando um valor superior à R\$ 1,3 milhão e está contratando mais 12 projetos para execução a partir de 2011, totalizando um valor aproximado de investimento na ordem de R\$ 6 milhões.

4.2 Participação no Mercado de Energia Elétrica

4.2.1 Mercado de Distribuição de Energia

O consumo de energia elétrica no país registrou em novembro de 2010 um crescimento de 8,1% em relação aos 12 meses anteriores. Este crescimento foi impulsionado, principalmente, pelo consumo das regiões Sudeste, com crescimento de 8,7% e participação de 54%, e da região Nordeste, com crescimento de 9,3% e participação de 17%.

Em 2010, na CEEE-D, com um aumento de 27.805 novas unidades consumidoras, seu mercado de distribuição de energia elétrica atingiu a marca de 1.466 mil clientes.

A distribuição de energia apresentou um crescimento de 6,2% em relação a 2009 totalizando 7.729 GWh de consumo faturado total. Neste comportamento destacamos a recuperação do consumo industrial, que após uma queda de 11% em 2009, apresentou um crescimento de 12,1%, sendo 12,4% no consumo industrial cativo e 10,9% no consumo industrial livre. Esta recuperação, apesar de muito significativa, ainda não foi suficiente para repor a perda de consumo ocorrida durante o ano de 2009 na classe industrial livre, mais afetada pela crise financeira internacional iniciada em outubro de 2008, devido ao seu perfil exportador, do que a indústria cativa.

Destacamos ainda o forte crescimento das classes residencial com 4,8% e comercial com 4,1%, fortemente impulsionado pelo crescimento da renda do trabalho, redução do desemprego,

ampliação do crédito direto ao consumidor e das políticas fiscais de redução de impostos sobre o consumo, postas em prática pelo governo federal como forma de enfrentamento da crise durante 2009.

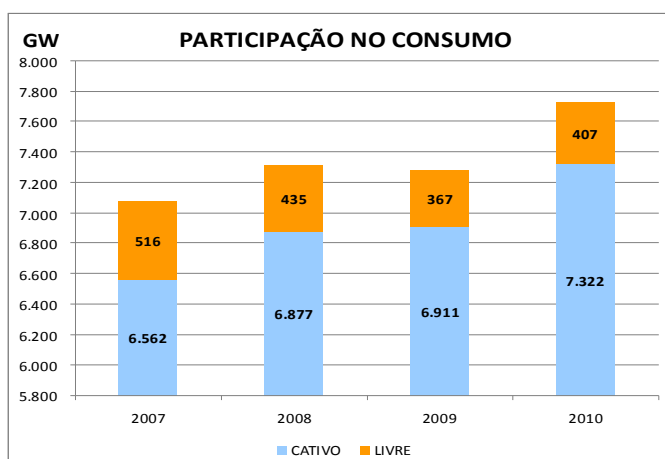
CONSUMO FATURADO (MWh)

	Regional Metropolitana			Regional Litoral Norte			Regional Sul			Total CEEE-D		
Classes	2009	2010	%	2009	2010	%	2009	2010	%	2009	2010	%
Cativo	4.269.099	4.539.382	6,3	730.853	771.751	5,6	1.910.613	2.010.580	5,2	6.910.565	7.321.713	5,9
RESIDENCIAL	1.527.950	1.585.810	3,8	314.005	333.856	6,3	590.451	628.609	6,5	2.432.406	2.548.275	4,8
INDUSTRIAL	784.386	942.116	20,1	94.707	98.487	4,0	535.628	549.158	2,5	1.414.720	1.589.761	12,4
COMERCIAL	1.441.014	1.491.975	3,5	126.576	135.185	6,8	294.563	311.655	5,8	1.862.154	1.938.815	4,1
RURAL	51.928	55.544	7,0	115.198	108.654	-5,7	322.000	350.628	8,9	489.126	514.826	5,3
OUTROS	463.821	463.937	0,0	80.367	95.569	18,9	167.971	170.531	1,5	712.159	730.037	2,5
Livre	285.618	309.116	8,2	-	-	-	81.653	98.012	20,0	367.271	407.128	10,9
Total	4.554.717	4.848.498	6,5	730.853	771.751	5,6	1.992.266	2.108.592	5,8	7.277.836	7.728.841	6,2

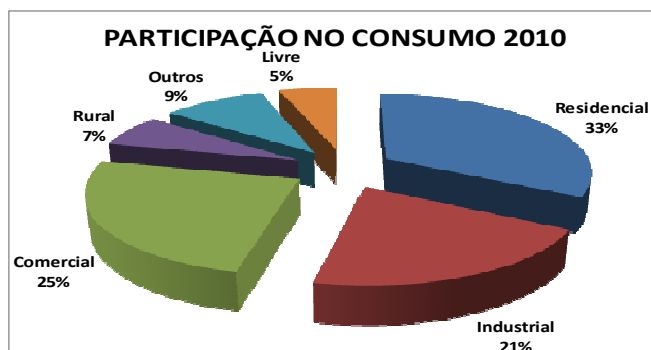
NÚMERO DE UNIDADE CONSUMIDORAS

	Regional Metropolitana			Regional Litoral Norte			Regional Sul			Total CEEE-D		
Classes	2009	2010	%	2009	2010	%	2009	2010	%	2009	2010	%
Cativo	747.443	759.074	1,6%	244.613	252.294	3,1%	446.009	454.502	1,9%	1.438.065	1.465.870	1,9%
RESIDENCIAL	660.121	669.679	1,4%	209.735	216.351	3,2%	353.650	360.761	2,0%	1.223.506	1.246.791	1,9%
INDUSTRIAL	5.592	5.687	1,7%	2.773	3.001	8,2%	3.500	3.756	7,3%	11.865	12.444	4,9%
COMERCIAL	72.495	74.260	2,4%	13.023	13.685	5,1%	27.927	28.808	3,2%	113.445	116.753	2,9%
RURAL	6.575	6.711	2,1%	17.674	17.790	0,7%	57.510	57.705	0,3%	81.759	82.206	0,5%
OUTROS	2.660	2.737	2,9%	1.408	1.467	4,2%	3.422	3.472	1,5%	7.490	7.676	2,5%
Livre	5	5	0,0%	-	-	0,0%	4	4	0,0%	9	9	0,0%
Total	747.448	759.079	1,6%	244.613	252.294	3,1%	446.013	454.506	1,9%	1.438.074	1.465.879	1,9%

No gráfico abaixo vemos a interrupção no crescimento do consumo ocorrida no ano de 2009, provocado pela redução do consumo industrial e a retomada em 2010, inclusive com a retomada do crescimento do consumo livre.



A seguir vemos a participação das classes no consumo da CEEE-D.



4.2.2 Compra de Energia

No ano de 2010, a carga total da CEEE-D foi de 9.262 GWh, representando um crescimento de 5,54% em relação ao ano de 2009.

Com relação à compra de energia, na CEEE-D, foram adquiridos os seguintes montantes de energia elétrica nos leilões realizados durante o ano de 2010:

- 3,95 MWm ao preço médio de R\$ 105,04/MWh, dos Geradores Chesf e Vale Paracatu, no Leilão A-1/2010, realizado em 10 de dezembro de 2010. O fornecimento será por 03 anos, iniciando em 1º de janeiro de 2011.

Os Leilões de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração estão previstos no Decreto nº 5.163, de 30/07/2004. Tais Leilões têm por objetivo o atendimento às necessidades de mercado das distribuidoras mediante a venda de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos e, excepcionalmente, até dezembro de 2007, também dos empreendimentos existentes que preencham os requisitos especificados na Lei nº 10.848/04 e no Decreto nº 5.163/04.

Além disso, quatro novos produtos oriundos de leilões realizados em anos anteriores iniciaram o fornecimento:

Produto	Fontes	Leilão	Novos Contratos
2010-2014	Hidrelétrica	8º Leilão de Existente	3 novos contratos
2010-T15	Termelétricas	1º Leilão de Energia Nova	4 novos contratos
2010-T15	Termelétricas	4º Leilão de Energia Nova	18 novos contratos
2010-H30	Hidrelétricas	1º Leilão de Energia Nova	12 novos contratos

Além disso, foram adquiridos 7 MW médios no Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits – MCS-D. O custo com a compra de energia em 2010 foi de R\$ 888,45 milhões, um aumento de 9% em relação a 2009. Com relação aos pagamentos pelo uso do sistema de transmissão, o desembolso foi de R\$ 188,85 milhões, e as despesas com encargos de conexão e transporte foram de R\$ 26,23 milhões.

4.3 Investimentos

Visando à qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados, ao longo de 2010, a CEEE-D realizou investimentos na ordem de R\$ 97,3 milhões.

4.3.1 Expansão

Atendendo às exigências da ANEEL, que estabelece os procedimentos de distribuição (PRODIST), a Concessionária elaborou seu Plano de Desenvolvimento da Distribuidora (PDD). No ano de 2010,

do total investido pela Concessionária, R\$ 89,8 milhões destinaram-se a esse plano, em obras para expansão, melhoria, renovação, bem como em Universalização e Luz para Todos (PLT).

4.3.2 Programa de Redução de Perdas Comerciais

4.3.2.1 Fiscalização

Para as atividades de fiscalização de unidades consumidoras, principal ferramenta para o combate às perdas comerciais, a CEEE-D conta com equipes próprias dedicadas exclusivamente a essa atividade, as quais, durante o ano de 2010, realizaram 55.000 inspeções, notificaram 10.400 unidades consumidoras que apresentaram irregularidade na medição de energia elétrica e constatarem 2.600 avarias nos equipamentos. Em 2010, o resultado dessa atividade foi o ingresso de R\$ 8,2 milhões aos cofres da Concessionária, além do incremento do faturamento estimado em R\$ 6 milhões. Nos procedimentos de autuação de irregularidades, a CEEE-D registrou acima de 600 (seiscentos) boletins de ocorrências policiais, naquelas irregularidades de grande monta.

4.3.2.2 Equipamentos de Medição

Em 2010, foram investidos R\$ 10 milhões em equipamentos de medição, sendo adquiridos 110.900 medidores e 1.515 transformadores para instrumentos (transformadores de corrente e de potencial), para possibilitar a realização dos diversos serviços comerciais, entre os quais está a ligação de novos consumidores e a realização da atividade fiscalização de unidades consumidoras.

4.4 Modernização

Ainda em 2010, a área comercial da Concessionária manteve um site de acompanhamento dos indicadores de serviços, estabelecendo assim um Ranking gerado por cada unidade de negócio. Esta ferramenta tem o compromisso de buscar permanentemente o aumento da eficiência no atendimento aos consumidores e ao final de cada ano é feita a premiação para aqueles que tiveram o maior desempenho.

Duas ferramentas estão previstas para melhorar a qualidade de atendimento aos clientes:

- URA (Unidade de Resposta Audível): é uma interface telefônica que provê serviços automáticos para os clientes que ligam, na qual os dados são inseridos por meio de teclado do telefone ou fala humana. Sua previsão de funcionamento na primeira quinzena de janeiro de 2011.
- Torpedo SMS: este serviço consiste em atendimento via mensagem de texto, enviada por um celular, com a solicitação de serviço através de uma palavra chave e código de instalação para um número curto chamado de Short Code. A mensagem do cliente é recebida e validada automaticamente pelo sistema comercial da CEEE-D e em retorno, ele recebe outra mensagem de texto com a confirmação do serviço e o número de protocolo. O serviço pode ser solicitado de celulares de qualquer operadora do Estado. A implantação está prevista para o 1º semestre de 2011.

A implantação da segunda etapa do Plano de Sistema de Comunicação Móvel contou com a aquisição de 300 PDAs - Personal Digital Assistant, o que significa otimização do atendimento das equipes nos veículos operacionais, pois estas recebem os dados diretamente do Sistema Corporativo de Gestão de Serviços – SGS.

5. Balanço Social

Balanço Social						
1 - BASE DE CÁLCULO	Dezembro 2010 (valor em mil R\$)			Dezembro 2009 (valor em mil R\$)		
Receita líquida (RL)	1.821.539			1.800.648		
Resultado operacional (RO)	(210.826)			1.932.900		
Folha de pagamento bruta (FPB)	304.309			285.281		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor (em mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (em mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais Compulsórios	53.908	18%	3%	40.548	14%	2%
Saúde	683	0%	0%	403	0%	0%
Medicina e Segurança	3.069	1%	0%	3.842	1%	0%
Educação	1.827	1%	0%	1.826	1%	0%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	3.193	1%	0%	466	0%	0%
Benefícios	64.095	21%	4%	64.525	23%	4%
Alimentação	18.233	6%	1%	16.740	6%	1%
Creches ou Auxílio-Creche	2.138	1%	0%	1.484	1%	0%
Previdência privada	34.644	11%	2%	39.154	14%	2%
Plano de Saúde	9.080	3%	0%	7.147	3%	0%
Participação nos Lucros ou Resultados	11.022	4%	1%	10.658	4%	1%
Inclusão Social	86	0%	0%	70	0%	0%
Outros	2.853	1%	0%	3.160	1%	0%
Produtividade	1.373	0%	0%	1.248	0%	0%
Vale Transporte - Excedente	1.480	0%	0%	1.501	1%	0%
Complexo Apoio Empregados	-	-	-	11	0%	0%
Total - Indicadores sociais internos	140.736	46%	8%	125.498	44%	7%
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	1.049	0%	0%	1.179	0%	0%
Cultura	4.927	-2%	0%	6.013	0%	0%
Saúde e saneamento	4	0%	0%	3	0%	0%
Inclusão Social	27.486	-13%	2%	29.951	2%	2%
Ação Social	60	0%	0%	721	0%	0%
Total das contribuições para a sociedade	33.526	-16%	2%	37.867	2%	2%
Tributos (excluídos encargos sociais)	668.073	-317%	37%	650.740	34%	36%
Total - Indicadores sociais externos	701.599	-333%	39%	688.607	36%	38%
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Indicador Ambiental	-	0%	0%	10	0%	0%
Educação	-	0%	0%	0	0%	0%
Estudo	-	0%	0%	0	0%	0%
Gestão	12	0%	0%	9	0%	0%
Resíduos	11	0%	0%	6	0%	0%
ISO 14.001	-	0%	0%	0	0%	0%
Sócio Patrimonial e Ambiental	-	0%	0%	0	0%	0%
Outros	1	0%	0%	3	0%	0%
Institucional	-	0%	0%	0	0%	0%
Programas Ambientais	9.448	-4%	1%	8.439	0%	0%
Reflorestamento	608	0%	0%	2.665	0%	0%
Eficientização Energética	3.456	-2%	0%	2.556	0%	0%
Reposição Florestal	-	0%	0%	0	0%	0%
Foda e Desmatamento	5.027	-2%	0%	2.904	0%	0%
Acompanhamento Técnico e Gerenciamento	357	0%	0%	314	0%	0%
Total dos investimentos em meio ambiente	9.460	-4%	1%	8.458	0%	0%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficiência na utilização de:	() não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%		() não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%	
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2010	2009				
Nº de empregados(as) ao final do período*	2.990	2.832				
Nº de admissões durante o período	256	234				
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	0	0				
Nº de estagiários(as)	305	283				
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	866	823				
Nº de mulheres que trabalham na empresa	681	653				
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	20,00%	19,13%				
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	356	n.d				
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	9,55%	n.d				
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	57	57				
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	Em 2010	Em 2009				
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	9,88	9,88				
Número total de acidentes de trabalho**	14	28				
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção (x) direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() direção (x) direção e gerências () todos(as) empregados(as)				
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências () não se envolverá () não serão considerados	() todos(as) empregados(as) (x) seguirá as normas da OIT () incentivará e seguirá a OIT () não se envolverá () não serão considerados				
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as):	() direção () não se envolverá () não serão considerados	(x) todos(as) empregados(as) () incentivará e seguirá a OIT () não se envolverá () não serão considerados				
A previdência privada contempla:	() direção () não se envolverá () não serão considerados	(x) todos(as) empregados(as) () incentivará e seguirá a OIT () não se envolverá () não serão considerados				
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção () não se envolverá () não serão considerados	(x) todos(as) empregados(as) () incentivará e seguirá a OIT () não se envolverá () não serão considerados				
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário a empresa:	() não se envolverá () não serão considerados	(x) organizará e incentivará () incentivará e seguirá a OIT () não se envolverá () não serão considerados				
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 3.280 na empresa 100% _____%	no Procon _____% na Justiça _____%				
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100% _____%	no Procon _____% na Justiça _____%				
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2010: R\$ 1.183.485	Em 2009: R\$ 1.190.706				
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	79,04% governo 60,24% acionistas	27,98% colaboradores(as) (17,81)% terceiros _____% retido				
26,92% governo 60,58% acionistas		10,45% colaboradores(as) 2,05% terceiros _____% retido				
7 - OUTRAS INFORMAÇÕES						
Contempla a Campanha do Agasalho e a Campanha do Brinquedo						
Escolaridade	Em 2010	Em 2009				
Graduados	799	726				
Graduandos	0	0				
Ensino Médio	1.916	1.825				
Ensino Médio Incompleto	0	0				
Ensino Fundamental	218	220				
Ensino Fundamental Incompleto	55	59				
Não Alfabetizados	2	2				

**Acidentes com perda de tempo

*Acidentes com afastamento

Para fim de demonstração, as receitas e despesas não operacionais estão somadas as receitas e despesas operacionais, conforme determina a Lei 6.404/76 e suas alterações.

6. Indicadores Sociais

6.1 Indicadores Sociais Internos

A estrutura ocupacional utilizada pela CEEE-D observa a divisão dos processos de trabalho da Concessionária, contemplando em sua estrutura 4 carreiras distintas. A Tabela a seguir demonstra o número de empregados da CEEE-D no ano de 2010.

Carreira	Total de empregados	%
Administrativa	982	33%
Operacional	1152	38%
Técnica de Nível Médio	526	18%
Nível Superior	330	11%
Total	2990	100%

Para manter um dimensionamento de pessoal adequado aos serviços realizados pela CEEE-D, no ano de 2010 foi necessária a realização de um novo concurso público. Através deste certame foram contratados 176 novos empregados, conforme detalhado na tabela a seguir:

Carreira	Total de empregados
Administrativa	58
Operacional	127
Técnica de Nível Médio	23
Nível Superior	48
Total	256

Para manter os empregados capacitados para o pleno exercício de suas atividades profissionais a CEEE-D, investiu em treinamento e desenvolvimento, resultando em uma média de 53,72 horas de capacitação por empregado.

Considerando que o negócio exercido pela CEEE-D envolve atividades perigosas, a Concessionária prima pela segurança no ambiente de trabalho. Embora tenha existido um trabalho de prevenção, no ano de 2010, ocorreram 33 acidentes sendo 14 com afastamentos, 05 sem afastamentos e 14 de trajeto.

6.2 Indicadores Sociais Externos

A CEEE-D, através de sua política de patrocínio, financiou 52 projetos, investindo R\$ 11,91 milhões. Dentre os projetos financiados 12 utilizaram as leis de incentivo fiscal, possibilitando o investimento de R\$ 1,33 milhões.

Quanto as questões ambientais a CEEE-D desenvolve ações em diversas frentes para atendimento às inerentes as suas atividades, como manejo em vegetação, cultivo de mudas de árvores nativas, gestão de resíduos, atividades de sensibilização ambiental, licenciamento, entre outras, investindo em 2010 um montante de R\$ 9,5 milhões. Maiores informações podem ser obtidas no nosso Relatório de Sustentabilidade, acessível através do site www.ceee.com.br.

7. Aspectos Econômicos Financeiros

A CEEE-D, em 2010, enfrentou vários desafios para oferecer ao seu mercado a excelência na prestação dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica.

A concessão da CEEE-D exige grande aporte de recursos financeiros, sendo vital a identificação da situação financeira e patrimonial do negócio, buscando promover os ajustes orçamentários e financeiros necessários para equalizá-los, buscando o equilíbrio financeiro da companhia, além da

indispensável necessidade de realização do grande volume de obras de expansão e melhorias do ativo elétrico.

A busca pelas melhores alternativas de financiamento passa por pesquisa de fontes de recursos no mercado interno, considerando inclusive as instituições públicas que fomentam as Concessionárias do Setor, destacando-se a ELETROBRÁS e o BNDES no cenário nacional.

A Companhia, em virtude de passivos não reconhecidos na tarifa pela ANEEL, principalmente as despesas com funcionários ex-autárquicos e ações trabalhistas e cíveis, depreende um sobreesforço para manter seu equilíbrio financeiro.

7.1 Ingressos Extra-Operacionais

Além da sua receita operacional oriunda dos faturamentos dos consumos de energia a companhia tem ingressos de recursos oriundos de outras fontes e de outras vias, conforme abaixo:

- Os recursos oriundos de convênios como Governo do Estado, correspondem a Termos de Acordo firmados da Secretaria de Infra-Estrutura, através de repasses financeiros daquela Secretaria à CEEE-D e de compensação de crédito junto às guias mensais de ICMS a pagar, os quais foram destinados obras de infra-estrutura, extensão do Programa Luz para Todos e outras de natureza técnica-institucional ligadas ao desenvolvimento do Estado.
- Programa Luz para Todos - PLT: a Concessionária tem assinado cinco contratos com a Eletrobrás para realização deste projeto, dos quais três estão concluídos, um em fase final de encerramento e um a iniciar. Este programa contempla a participação de recursos intra-setoriais, da concessionária e das prefeituras e/ou governos estaduais.
- As captações junto ao mercado financeiro privado foram liquidadas duas operações de emissão de Cédula de Crédito Bancário – CCB, uma no valor de R\$ 100 milhões, em junho, sendo a Caixa Econômica Federal o credor e outra, em julho, no valor de R\$ 50 milhões, tendo o Banco Santander como credor.

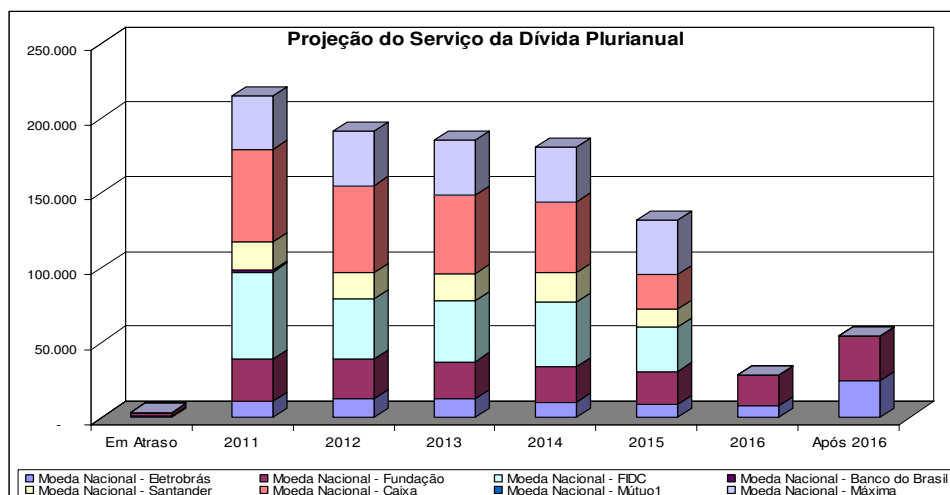
Iniciaram-se em 2010 procedimentos para firmar contrato com o BID, visando obter financiamento para obras vinculadas à Copa do Mundo de 2014. Também foram capitaneadas tratativas com o BNDES para financiar investimentos adjacentes às obras do BID, todos dentro do Plano de Expansão da Cia.

7.2 Endividamento

Em 2010 o serviço da dívida da companhia totalizou em R\$ 729 milhões, distribuídos conforme tabela abaixo, contemplando somente contratos financeiros com agentes nacionais:

Grupo	Indexador	Saldo (R\$ mil)	Participação no total (%)
Moeda Nacional - Eletrobrás - RGR	RGR	70.355	9,646%
Moeda Nacional - Fundação	INPC	133.763	18,340%
Moeda Nacional - FIDC II	CDI	32.173	4,411%
Moeda Nacional - FIDC IV	IPCA	122.557	16,803%
Moeda Nacional - Banco do Brasil	CDI	1.198	0,164%
Moeda Nacional - Santander	CDI	58.457	8,015%
Moeda Nacional - Caixa	CDI	181.666	24,908%
Moeda Nacional - Mútuo 2	CDI	-	-
Moeda Nacional - Máxima	IPCA	122.134	16,745%
Moeda Nacional - Consumidores	-	7.053	0,967%
SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA		729.356	100%

Tal montante possui vencimento máximo em dez/2021, cuja distribuição está a seguir demonstrada, onde 90% do estoque vencem até 2018.



Valores incluem o principal e juros projetados.

8. Convergência para os Padrões Internacionais de Contabilidade

A Companhia passou a adotar, a partir do encerramento do exercício de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009, todos os pronunciamentos emitidos pelo CPC aplicáveis às suas operações, os quais estão consistentes com as práticas contábeis internacionais ☐ IFRS.

Neste processo de convergência das normas internacionais de contabilidade, Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL não reconheceu a aplicação do pronunciamento contábil das concessões de serviços públicos – ICPC01, bem como, o reconhecimento contábil dos ativos e passivos regulatórios, de acordo com a Deliberação CVM 539/08 - Estrutura Conceitual.

Para agência reguladora essas normas não representam adequadamente a situação econômico-financeira das concessionárias, não estando condizentes com as disposições regulatórias que disciplinam sobre as concessões do serviço público de energia elétrica.

Em fevereiro de 2010 a ANEEL instituiu, através da Resolução Normativa nº 396 a Contabilidade Regulatória que passará a vigorar a partir de janeiro de 2012. Dessa forma a Concessionária deverá efetuar registros e elaborar demonstrações contábeis específicas para atender a agência reguladora, os quais deverão ser auditados e disponibilizados para consulta pública no sítio eletrônico da ANEEL.

Em atendimento ao Despacho nº 4.097, emitido pela ANEEL em 30 de dezembro de 2010, apresentamos o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício Regulatórios elaborados em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, bem como, quadro de conciliação entre as demonstrações regulatórias e societárias:

Balço Patrimonial Regulatório para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 (Valores expressos em milhares de Reais)				
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
		Reapresentado		Reapresentado
ATIVO CIRCULANTE			PASSIVO CIRCULANTE	
Caixa e Equivalentes de Caixa	36.198	111.137	Fornecedores	191.621
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	397.965	388.958	Folha de Pagamento - Consignações	15.009
Títulos de Crédito a Receber	12	420	Provisão para Dividendos	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(137.117)	(130.507)	Tributos e Contribuições Sociais	57.963
Créditos Tributários	21.229	14.544	Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	146.251
Estoques	10.103	13.532	Benefícios Pós-Emprego	108.485
Outros Créditos a Receber	45.997	51.423	Obrigações Estimadas	32.859
Pagamentos Antecipados	68.615	58.072	Encargos Parcelados	745
	443.002	507.579	Variação Negativa de Itens da Parcela A	71.347
			Encargos do Consumidor a Recolher	24.369
ATIVO NÃO CIRCULANTE			Provisão para Passivos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	182.480
Realizável a Longo Prazo			Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	78.130
Comercialização de Energia na CCEE	37.952	20.165	Outros Passivos	44.059
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	131.553	128.484		953.318
Créditos Tributários	13.079	13.288	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	
Aplicações Financeiras	7.911	25.750	Empréstimos e Financiamentos	449.342
Depósitos Judiciais	32.518	15.959	Comercialização de Energia na CCEE	40.607
Direito de Reversão da Concessão	-	-	Benefícios Pós-Emprego	613.918
Outros Créditos a Receber	2.090.002	2.090.002	Encargos Parcelados	435
Bens e Direitos Destinados a Alienação	238	993	Provisão para Passivos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	173.846
Investimentos			Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	13.574
Outros Investimentos	32.664	33.413	Outros Passivos	39.577
Imobilizado	1.015.767	969.035		1.331.299
Em Serviço Líquido	830.779	836.244	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Em curso	184.988	132.791	Capital Social	23.703
Intangível	12.604	11.944	Reserva de Incentivos Fiscais	1.918.193
Em Serviço Líquido	5.887	1.832	Reserva de Lucros	7.781
Intangível da Concessão	-	-	Prejuízos Acumulados	(190.969)
	3.600.323	3.535.068		1.758.708
TOTAL DO ATIVO	4.043.325	4.042.647	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.043.325
				4.042.647

Demonstração dos Resultados dos Exercícios - Regulatório findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 (Valores expressos em milhares de reais)		
	31/12/2010	31/12/2009
		Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL	2.601.014	2.448.842
Fornecimento de Energia Elétrica	1.025.300	986.500
Disponibilização do Sistema de Distribuição	1.522.526	1.424.236
Energia Elétrica de Curto Prazo	8.210	920
Outras Receitas Operacionais	44.978	37.186
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(879.562)	(808.201)
ICMS	(571.487)	(540.838)
PASEP e COFINS	(127.150)	(119.456)
Quota RGR	(7.837)	(14.131)
Outros Encargos	(7.054)	(962)
Encargos do Consumidor - P&D / MME / FNDCT / PEE	(17.298)	(16.435)
Subvenções CCC	(74.208)	(54.154)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(74.528)	(62.225)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.721.452	1.640.641
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(1.529.752)	(1.415.048)
Custo com Energia Elétrica	(1.107.171)	(1.051.823)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(895.802)	(839.332)
Encargo de Uso do Sistema	(211.369)	(212.491)
Custo de Operação	(422.581)	(363.225)
Pessoal e Administradores	(237.509)	(194.788)
Material	(20.582)	(14.761)
Serviço de Terceiros	(75.542)	(57.798)
Depreciação e Amortização	(75.418)	(74.369)
Outros	(13.530)	(21.509)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	191.700	225.593
Despesas Operacionais	(363.487)	(409.029)
Despesas com Vendas	(29.501)	(34.755)
Despesas Gerais e Administrativas	(73.832)	(61.504)
Outras Despesas Operacionais	(260.154)	(312.770)
Outras Receitas	9.026	2.084.705
Conta de Resultado a Compensar	-	2.064.645
Outras Receitas	9.026	20.060
Outras Despesas	(7.622)	(13.242)
RESULTADO DO SERVIÇO	(170.383)	1.888.027
Receita/Despesa Financeira	(20.586)	23.280
Renda de Aplicações Financeiras	6.242	5.747
Acréscimo Moratório - Energia Vendida	38.083	37.765
Variações Monetárias - Energia Comprada	1.611	17.565
Variações Monetárias - Empréstimos e Financiamentos	(47.074)	(24.005)
Encargos de Dívidas	(21.296)	(9.221)
Outras Receitas/Despesas Financeiras	1.848	(4.571)
PREJUÍZO ANTES DO IR E CS	(190.969)	1.911.307
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(190.969)	1.911.307

RESUMO DAS DIFERENÇAS IFRS		
R\$ mil		
	2010	2009
(Prejuízo) Lucro Líquido - ANEEL antes do IFRS	(190.751)	1.905.718
Custos de Transação CPC 08	(218)	2.766
Ativo Biológico - CPC 29	-	2.823
(Prejuízo) Lucro Líquido - ANEEL depois do IFRS	(190.969)	1.911.307
Ativos/Passivos Regulatórios	(19.857)	21.593
(Prejuízo) Lucro Líquido de acordo com o IFRS	(210.826)	1.932.900
Patrimônio Líquido - ANEEL antes do IFRS	1.746.451	1.937.202
Custos de Transação CPC 08	2.548	2.766
Ativo Biológico - CPC 29	9.709	9.709
Patrimônio Líquido - ANEEL depois do IFRS	1.758.708	1.949.677
Ativos/Passivos Regulatórios	(11.875)	7.982
Patrimônio Líquido de acordo com o IFRS	1.746.833	1.957.659

9. Resultados do Exercício

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica encerrou o exercício de 2010 com um prejuízo de R\$ 210,8 milhões, representando uma redução significativa se comparado com o mesmo período do ano anterior que foi um lucro de R\$ 1.932,9 bilhões, em virtude do reconhecimento da Conta de Resultado a Compensar – CRC no valor de R\$ 2.064,6 bilhões. Sem esse efeito, o resultado representaria 37,5% de aumento do prejuízo. Esse resultado decorreu principalmente pelo aumento das despesas operacionais com energia comprada para revenda, em 50 milhões e a variação negativa no resultado financeiro decorrente dos empréstimos, financiamentos e os encargos sobre as dívidas contraídas. Outro fator importante foi os efeitos que à convergência aos Padrões Internacionais de Contabilidade – IFRS ocasionaram no resultado, com um impacto negativo de aproximadamente 20 milhões.

O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) apresentou uma redução significativa em relação ao mesmo período do ano anterior, em virtude do reconhecimento da CRC naquele ano. Sem esse efeito, o Ebitda seria de R\$ 144.442 milhões negativos.

Demonstrativo do Cálculo do EBITDA	valores expressos em R\$ mil		
	2010 IFRS	2009 IFRS *	2009
Receita Operacional Líquida - ROL	1.821.539	1.800.648	1.656.251
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(1.651.370)	(1.561.676)	(1.430.658)
Despesas Operacionais	(363.487)	(401.426)	(411.795)
(-) Despesas com vendas	(29.501)	(34.755)	(34.755)
(-) Despesas gerais e administrativas	(73.832)	(61.504)	(61.504)
(-) Outras despesas operacionais	(260.154)	(305.167)	(315.536)
Outras Receitas/Despesas	2.840	2.072.636	2.068.640
Resultado da Atividade ou EBIT	(190.478)	1.910.182	1.882.438
(+) Depreciação/Amortização	9.152	10.021	76.516
EBITDA	(181.326)	1.920.203	1.958.954
Margem EBITDA	-9,95%	106,64%	118,28%

* Reclassificado conforme convergência aos padrões internacionais de contabilidade - IFRS.

Dados Econômico-Financeiros	2010 IFRS	2009 IFRS *	2009
Receita Operacional Bruta (R\$ mil)	2.702.427	2.619.671	2.475.175
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	1.821.539	1.800.648	1.656.251
Resultado do Serviço (Lucro Operacional) (R\$ mil)	(190.478)	1.910.182	1.882.438
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício (R\$ mil)	(210.826)	1.932.900	1.905.718
Ativo Total (R\$ mil)	4.019.615	4.027.902	4.032.938
Patrimônio Líquido (R\$ mil)	1.746.833	1.957.659	1.937.202
Número de Ações	387.230	387.230	387.230
Cotação Unitária da Ação - ON (R\$ por lote de mil)	2,80	4,00	4,00
Cotação Unitária da Ação - PNA (R\$ por lote de mil)	3,01	4,90	4,90
Indicadores			
Margem Operacional (%)	(10,46)	106,08	113,66
Despesa de Pessoal + Serv. de Terceiros / Receita Oper. Líquida (%)	21,36	17,95	19,73
Perdas de Energia (%)	18,69	18,75	18,75
DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (horas)	21,72	*	*
FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (nº)	15,49	*	*
TMA - Tempo Médio de Atendimento (minutos)	164	156	156
Número de Clientes por Colaborador	490	508	508
Mercado			
Demanda Máxima do Sistema - MWh/h	1.688	1.572	
Energia Vendida - MWh	7.321.714	7.277.836	
Energia Distribuída - MWh	7.728.842	8.956.428	
Número de Clientes (com livres e geradores acessantes)	1.465.878	1.438.074	
Consumo Médio Residencial (KWh/ano)	2.044	1.988	

* Reclassificado conforme convergência aos padrões internacionais de contabilidade - IFRS.

10. Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM n.º 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D informa que utiliza os serviços de Auditoria Independente da BDO Auditores Independentes na elaboração de suas demonstrações financeiras, cujo contrato foi assinado em 10 de abril de 2008, no valor de R\$ 124,9 mil. O prazo de execução dos serviços é de 12 meses, a contar da data de assinatura do instrumento, podendo haver renovações sucessivas, limitadas ao máximo de 60 meses.

O referido contrato foi aditado em 09 de abril de 2010, prorrogando o prazo contratual por mais 12 meses. Em 10 de dezembro de 2010, houve um novo aditamento ao contrato, em atendimento à instrução nº 480/2009 expedida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, NBC TA 600/2009, e a tradução das Demonstrações Financeiras para o idioma inglês, em 713 horas, no valor de R\$ 64,7 mil. Em decorrência do acréscimo mencionado anteriormente, para efeitos legais, é dado ao presente contrato o valor de R\$ 232,9 mil.

A BDO Auditores Independentes possui contratos para a prestação de serviços de auditoria externa com a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (no valor de R\$ 272,8 mil) e Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR (valor de R\$ 14,8 mil), que são Concessionária e Empresa resultantes da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE.

A política da CEEE-D na contratação de bens e serviços é elaborada através de licitação pública e quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamentam-se nos princípios de preservar a independência do auditor, quais sejam:

- o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho;
- o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e
- o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Os Auditores Independentes declaram que a prestação de serviços não afeta a independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de Auditoria Externa, baseados no item nº 1.2.10.6 m.2 da Resolução n.º 1.034/05 do Conselho Federal de Contabilidade.

11. Agradecimentos

A seus consumidores, empregados, parceiros e fornecedores; a seus acionistas, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Conselho de Consumidores; aos organismos setoriais, governos federal, estadual e municipais, bem como às instituições bancárias; principalmente, à população gaúcha, a CEEE-D presta seus agradecimentos pela confiança, reconhecimento, esforços, incentivo e apoio.

Porto Alegre, 24 de março de 2011.

SERGIO SOUZA DIAS
Diretor Presidente

GERSON CARRION DE OLIVEIRA
Diretor

HALIKAN DANIEL DIAS
Diretor

GILBERTO SILVA DA SILVEIRA
Diretor

RUBEM CIMA
Diretor

LUIZ ANTONIO TIRELLO
Diretor



para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010, 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Resultados
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010, 2009
(Valores expressos em milhares de reais exceto quando especificado)

	Nota Explicativa	31/12/2010	31/12/2009 Reapresentado Conforme Nota nº 6.5
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	40	1.821.539	1.800.648
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		(1.651.370)	(1.561.676)
Custo com Energia Elétrica		(1.106.025)	(1.057.484)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	41	(898.217)	(848.196)
Encargo de Uso do Sistema		(207.808)	(209.288)
Custo de Operação	42	(545.345)	(504.192)
Pessoal e Administradores		(237.509)	(194.788)
Material		(20.582)	(14.761)
Serviço de Terceiros		(75.542)	(57.798)
Depreciação e Amortização		(6.834)	(7.874)
Custo de Construção		(121.328)	(149.841)
Amortização do Intangível da Concessão		(70.020)	(67.668)
Outros		(13.530)	(11.462)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		170.169	238.972
Despesas Operacionais		(363.487)	(401.426)
Despesas com Vendas	42	(29.501)	(34.755)
Despesas Gerais e Administrativas	42	(73.832)	(61.504)
Outras Despesas Operacionais	42	(260.154)	(305.167)
Outras Receitas		9.025	2.084.705
Conta de Resultado a Compensar - CRC	43	-	2.064.645
Outras Receitas	43	9.025	20.060
Outras Despesas	43	(6.185)	(12.069)
RESULTADO DO SERVIÇO		(190.478)	1.910.182
Receita/Despesa Financeira	44	(20.348)	22.718
PREJUÍZO/LUCRO ANTES DO IR E CS		(210.826)	1.932.900
PREJUÍZO/LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(210.826)	1.932.900
Lucro Básico e Diluído por Ação - R\$	39	(0,54)	4,99

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Capital Social	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva de Lucros	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido Total
Saldos em 31/12/2008		23.703	-	1.167	-	24.870
Ajuste de Exercícios Anteriores						
Efeito da mudança na política contábil para a Variação dos Valores de Itens da Parcela "A"- CVA.....	6.4	-	-	-	(13.611)	(13.611)
Valor Justo dos Hortos Florestais.....	6.4	-	-	-	6.886	6.886
Saldos em 01/01/2009 após as novas práticas.....		23.703	-	1.167	(6.725)	18.145
Dividendo não distribuído		-	-	6.614	-	6.614
Lucro Líquido do Exercício	6.4	-	-	-	1.932.900	1.932.900
Destinação do Resultado:						
Reserva de Incentivos Fiscais	38.b	-	1.926.175	-	(1.926.175)	-
Saldos em 31/12/2009		23.703	1.926.175	7.781	-	1.957.659
Prejuízo do Exercício		-	-	-	(210.826)	(210.826)
Absorção de Reserva de Lucros		-	-	(7.781)	7.781	-
Saldos em 31/12/2010		23.703	1.926.175	-	(203.045)	1.746.833

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2010	31/12/2009 Reapresentado Conforme Nota nº 6.5
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo/Lucro Líquido do Exercício		(210.826)	1.932.900
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa			
Variações Monetárias e Cambiais dos Empréstimos de Longo Prazo		23.670	11.968
Provisão Para Desvalorização de Ativos Permanentes		3.466	224
Depreciação e Amortização de Bens do Ativo Imobilizado, Intangíveis e Investimentos	42	9.152	10.021
Amortização do Intangível da Concessão		70.020	67.668
Baixas do Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível		372	2.127
Constituição de Provisão para Passivos Tributários, Cíveis e Trabalhistas, Benefícios Pós-Emprego e Outras		8.187	31.679
Constituição de Provisão Ex-Autárquicos	42	78.927	115.051
Constituição de Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	42	18.917	25.030
Apropriação de Créditos da Conta de Resultado a Compensar	43	-	(2.064.645)
GERAÇÃO BRUTA DE CAIXA		1.885	132.023
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante		(86.833)	(72.883)
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias		(24.383)	(29.581)
Titulos de Crédito a Receber		408	(417)
Créditos Tributários		(6.476)	6.833
Aplicações Financeiras de Longo Prazo		17.839	(144)
Estoques		3.429	2.412
Outros Créditos a Receber		3.848	7.506
Pagamentos Antecipados			6.957
Comercialização de Energia na CCEE		(17.787)	(196)
Depósitos Judiciais		(16.559)	(2.028)
Ativo Financeiro Indenizável		(47.907)	(64.224)
Bens e Direitos Destinados à Alienação		755	(1)
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante		(19.201)	(175.214)
Fornecedores		39.186	(51.956)
Folha de Pagamento - Retenções		1.104	2.311
Tributos e Contribuições Sociais		23.120	(1.503)
Benefícios Pós-Emprego		(103.754)	(111.838)
Obrigações Estimadas		11.319	1.930
Encargos do Consumidor a Recolher		15.992	(17.177)
Encargos Parcelados		1.180	-
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética		8.325	9.675
Provisão para Passivos Cíveis e Trabalhistas		(33.853)	(22.794)
Outros Passivos		18.180	16.138
GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA		(104.149)	(116.074)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Caixa Líquido Aplicado em Investimentos		(81.747)	(97.181)
Aumento de Investimentos		(3.320)	(2.284)
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado		(5.653)	(8.796)
Aquisição de Ativo Intangível		(72.774)	(86.101)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Caixa Líquido Aplicado em Financiamentos		110.957	286.520
Incremento de Empréstimos e Financiamentos		249.529	346.306
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos e Encargos de Dívidas		(138.572)	(97.766)
Empréstimos - Partes Relacionadas	30	-	37.980
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA		(74.939)	73.265
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	7	111.137	37.872
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	7	36.198	111.137

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Valores Adicionados

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Nota Explicativa	31/12/2010		31/12/2009	
				Reapresentado Conforme Nota nº 6.5	
RECEITAS					
Venda de Energia e Serviços		2.702.427		2.619.671	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	42	(18.917)		(25.030)	
Outras Receitas		2.840		2.072.636	
(-) INSUMOS		(1.389.310)		(1.370.025)	
Material	42	(20.582)		(14.761)	
Serviços de Terceiros	42	(75.542)		(57.798)	
Custo de Energia Comprada		(1.106.025)		(1.057.484)	
Outros Custos Operacionais	42	(9.798)		(10.558)	
Custo de Construção	42	(121.328)		(149.841)	
Outras Despesas Operacionais	42	(56.035)		(79.583)	
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO		1.297.040		3.297.252	
(-) Depreciação e Amortização	42	(9.152)		(10.021)	
(-) Amortização do Intangível da Concessão	42	(70.020)		(67.668)	
(-) Provisões	42	(137.210)		(115.201)	
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		1.080.658		3.104.362	
(+) Receitas Financeiras	44	102.828		86.344	
(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		1.183.486	%	3.190.706	%
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal, Administradores e Contribuição Fundo de Pensão		331.184	27,98	333.524	10,45
Remuneração Direta		148.028	12,51	112.260	3,52
Benefícios		31.936	2,70	27.903	0,87
Plano de Benefícios Previdenciais		57.318	4,84	61.443	1,93
Compromissos Previdenciais		79.598	6,73	120.321	3,77
F.G.T.S.		14.304	1,21	11.597	0,36
Impostos, Taxas, Encargos e Contribuições		935.336	79,04	858.873	26,92
Federais		362.257	30,61	317.239	9,95
Estaduais		572.812	48,40	541.536	16,97
Municipais		267	0,02	97	0,00
Remuneração de Capitais de Terceiros		127.792	10,80	65.409	2,05
Despesas Financeiras	44	123.176	10,41	63.626	1,99
Aluguéis	42	4.616	0,39	1.783	0,06
Remuneração de Capitais Próprios		(210.826)	(17,81)	1.932.900	60,58
Prejuízo do Período		(210.826)	(17,81)	1.932.900	60,58
TOTAL		1.183.486		3.190.706	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Contexto Operacional

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, é uma sociedade anônima de capital aberto sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul, através da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE-Par, que detém 65,92% do seu capital total. Foi organizada em conformidade com a autorização concedida pela Lei Estadual nº 12.593, de 13 de setembro de 2006 e constituída a partir da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, conforme Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27 de novembro de 2006 (Ata nº 170), que consignou, nos termos do artigo 229, § 2º, da Lei nº 6.404/76, tendo sido observadas todas as formalidades legais para tanto, a constituição formal da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, a qual somente iniciou as atividades previstas no seu objeto social a partir do dia 1º de dezembro de 2006. A Concessionária tem por objeto projetar, construir e explorar sistemas de distribuição de energia elétrica; a prestação de serviços de natureza pública ou privada, no setor de distribuição de energia elétrica e a exploração da respectiva infraestrutura para a prestação de outros serviços, desde que previstos no seu contrato de concessão ou autorizados na legislação.

1.1. Autorização de Emissão das Demonstrações Financeiras

A autorização para conclusão das Demonstrações Financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração e Conselho Fiscal em 24 de março de 2011, conforme estabelece a Deliberação CVM nº 593 de 15 de setembro de 2009.

2. Das Concessões

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D detém a concessão para exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica no território do Estado do Rio Grande do Sul, atendendo em 72 municípios, com cerca de 1,47 milhões de unidades consumidoras cativas.

O Acordo de Concessão foi firmado em 25 de outubro de 1999 através do Contrato de Concessão nº 081/1999 - ANEEL, alterado pelo 1º Termo Aditivo e 2º Termo Aditivo, de 17 de outubro de 2005 e 13 de abril de 2010, respectivamente, para Distribuição de Energia Elétrica. O Contrato de Concessão estabelece:

- a) a obrigação de construir, operar e manter a infraestrutura à serviço da Concessão;
- b) quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados (área geográfica de atendimento e classe de consumidores);
- c) a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão;
- d) indenização ao final do Contrato de Concessão referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Concessionária na infra-estrutura à serviço da Concessão.

O Contrato de Concessão tem prazo de vigência até 07 de julho de 2015, podendo ser renovado pelo período de 20 anos desde que requerido pela Concessionária até 36 (trinta e seis) meses antes do término do contrato. A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato.

O Contrato de Concessão assinado com a União Federal confere ampla liberdade na direção de seus negócios, investimentos, pessoal e tecnologia. A Concessionária obriga-se a adotar, na prestação do serviço, tecnologia adequada e a empregar equipamentos, instalações e métodos operativos que garantam níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação dos serviços e a modicidade das tarifas. As obrigações inerentes à prestação do serviço público concedido são:

- fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos pontos de entrega definidos nas normas do serviço, pelas tarifas homologadas pela Agência Nacional de

Energia Elétrica - ANEEL, nas condições estabelecidas nos respectivos contratos de fornecimento e nos níveis de qualidade e continuidade estipulados na legislação e nas normas específicas.

- dar atendimento abrangente ao mercado, sem exclusão das populações de baixa renda e das áreas de baixa densidade populacional, inclusive as rurais.

A concessão para exploração do serviço de distribuição de energia elétrica se extingue:

- pelo advento do termo final do contrato;
- pela encampação do serviço;
- pela caducidade;
- pela rescisão;
- pela anulação decorrente de vício ou irregularidade constatados no procedimento ou no ato de sua outorga;
- em caso de falência ou extinção da Concessionária.

O Contrato de Concessão contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

2.1. Mecanismo de atualização das tarifas de fornecimento de energia elétrica dos acordos de concessão

O Contrato de Concessão também estabelece que as tarifas serão reajustadas anualmente no mês de outubro e revisadas a cada 04 (quatro) anos. Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

A receita requerida anual, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em duas parcelas para fins de sua determinação:

- Parcela A: compreende os custos “não-gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, os custos cujo montante e variância estão fora do controle e influência da Concessionária.
- Parcela B: compreende os custos “gerenciáveis”, que são os custos inerentes as operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela Concessionária. Também inclui a remuneração do capital e um percentual regulatório de receitas irrecuperáveis.

Segue o quadro ilustrativo com os componentes da receita requerida:

Parcela A	Parcela B
Encargos setoriais	Receita irrecuperável
Reserva Global de Reversão – RGR (a)	
Conta de Consumo Combustível – CCC (b)	Despesas de operação e manutenção (g)
Taxa de fiscalização – TFSEE (c)	Pessoal
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA (d)	Material
Conta de Desenvolvimento Energéticos – CDE (e)	Serviços de terceiros
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética (f)	Despesas gerais e outras
Operador Nacional do Sistema (ONS)	
Encargos de transmissão	Despesas de capital
Uso das instalações de transmissão	Cotas de depreciação (h)
Uso das instalações de conexão	Remuneração do capital (i)
Uso das instalações de distribuição	
Transporte de energia proveniente de Itaipu	
Compra de energia elétrica para revenda	
Contratos bilaterais de longo prazo e leilões	
Energia de Itaipu	
Contratos iniciais	

(a) Encargo pago mensalmente, no montante anual equivalente a 2,5% dos investimentos efetuados pela Concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitando-se a 3%

da receita anual. Tem finalidade principal de prover recursos para reversão/encampação dos serviços de energia elétrica, não se limitando a esses objetivos.

(b) Encargo que visa a cobrir os custos anuais de geração termelétrica, cujo montante anual é fixado para cada concessionária em função do seu mercado e necessidade do uso das usinas termelétricas.

(c) Encargo que tem a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura de suas despesas administrativas e operacionais. Este é fixado anualmente e pago mensalmente.

(d) Encargo para cobertura dos custos da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais elétricas e biomassa. Calculado anualmente pela ANEEL e pago mensalmente pela Concessionária.

(e) Encargo com finalidade de prover recursos para o desenvolvimento e competitividade energética dos Estados, bem como, a universalização do serviço de energia elétrica. Seu valor é fixado anualmente pela ANEEL.

(f) Referente à aplicação de 1,00% da receita operacional líquida anual, sendo, no mínimo, 0,75% em pesquisa e desenvolvimento e 0,25% em eficiência energética no setor elétrico.

(g) Refere-se à parcela da receita destinada à cobertura dos custos diretamente vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

(h) Representa a parcela da receita necessária à formação dos recursos financeiros destinados à recomposição dos investimentos realizados.

(i) É a parcela da receita necessária para promover rendimento do capital investido na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

3. Atividades Não Vinculadas à Concessão

A Concessionária possui quatro hortos florestais de produção localizados nos municípios de Alegrete, Candiota e Triunfo. A produção de postes de madeira preservada é consumida na construção e/ou manutenção de redes elétricas.

4. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

4.1. Bases de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de Conformidade (com relação às práticas adotadas no Brasil)

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente "CPCs") emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Despacho nº 4.097, da SFF/ANEEL de 30/12/2010.

Os efeitos da adoção inicial dos CPCs estão detalhados na nota explicativa nº 6.

b. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecido no balanço patrimonial.

c. Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R\$). Todas as informações financeiras foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

4.2. Uso de Estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações financeiras. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das Demonstrações Financeiras, e na experiência da Administração. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem ao seguinte:

- Vida útil do ativo intangível;
- Transações e venda de energia elétrica na CCEE;
- Provisões para créditos de liquidação duvidosa;
- Passivos contingentes;
- Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego;
- Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos;
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo;
- Ativo financeiro indenizável;
- Receita de fornecimento e uso da rede de distribuição não faturada.

5. Principais Práticas Contábeis Adotadas

5.1. Ativos e Passivos Financeiros

a. Reconhecimento e mensuração

A Concessionária reconhece os instrumentos financeiros nas suas Demonstrações Financeiras somente quando ela se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Concessionária desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação são transferidos.

b. Classificação

A Concessionária classifica os ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias:

1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado são instrumentos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda a curto prazo. Ativos financeiros registrados pelo seu valor justo por meio do

resultado são medidos pelo seu valor justo e mudanças no valor justo destes ativos, são reconhecidas no resultado do exercício.

2. Mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Concessionária tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
3. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos determináveis que não estão cotados em mercado ativo. Estes ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis de contrato de concessão à título de indenização ao final do contrato de concessão.
4. Disponível para venda são ativos financeiros não derivativos, designados nessa categoria ou que não se classificam em nenhuma das categorias acima. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.
5. Não destinados a negociação são todos os passivos financeiros não derivativos que não foram classificados como passivos a valor justo com ajuste no resultado. Estes passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

5.2. Regime de Competência

A Concessionária reconhece as receitas e despesas pelo regime de competência.

5.3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez, conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A mesma definição é utilizada na Demonstração do Fluxo de Caixa.

5.4 Aplicações Financeiras

Na conta de aplicações financeiras estão reconhecidas as operações financeiras e certificados de depósitos bancários com prazo de vencimento superior a 12 meses, que estão a valor de custo ou de emissão, atualizados conforme disposições legais ou contratuais.

5.5. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Incluem o fornecimento de energia elétrica faturada e a faturar a consumidores finais, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados pela CCEE.

5.6. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Baseia-se em critérios específicos do setor elétrico no que diz respeito à antiguidade de vencimento das faturas, além de efetuar a análise criteriosa onde contempla fatores como: existência de garantias reais do não recebimento, histórico de inadimplência dos consumidores, parcelamentos de débitos vigentes, devedores em situação de concordata ou análise de valores que estão sob discussão

judicial. Foi constituída provisão por valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com consumidores, concessionárias e permissionárias.

5.7. Redução ao Valor Recuperável de Ativos (impairment)

a. Ativos Financeiros

A Concessionária avalia, anualmente, se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e se o valor contábil exceder o valor recuperável, o valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão.

Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado. Quando um ativo financeiro classificado como disponível para venda é considerado irrecuperável, os ganhos e as perdas acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

b. Ativos Não Financeiros

A Concessionária avalia, anualmente, se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Não Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e se o valor contábil exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

5.8. Ajuste a Valor Presente

Os ativos e passivos de longo prazo, bem como os de curto prazo, caso relevante, são ajustados a valor presente. Os principais efeitos apurados estão relacionados com a rubrica “Consumidores”. As taxas de descontos utilizadas refletem as taxas para riscos e prazos semelhantes às praticadas pelo mercado.

5.9. Estoques (inclusive do ativo intangível em curso)

Os materiais em estoque classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativos) e aqueles utilizados na prestação dos serviços de construção e melhorias classificados no ativo intangível em curso (depósito de obra) estão registrados ao custo médio de aquisição, deduzidos dos impostos recuperáveis e de perda estimada para ajustá-lo a valor realizável líquido quando este for menor que seu custo de aquisição. Periodicamente a Concessionária avalia seus itens de estoque quanto à sua obsolescência ou possível redução de valor. A quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoque são reconhecidas como despesa do período em que a redução ou a perda ocorreram.

5.10. Subvenção e Assistência Governamental

A partir de 01/01/2008, as subvenções governamentais, se recebidas, serão reconhecidas como receita ao longo do período, confrontadas com as despesas que pretende compensar em uma base

sistemática. Os valores a serem apropriados no resultado serão destinados à Reserva de Incentivos Fiscais. Atualmente a Concessionária possui registrado em suas Demonstrações Financeiras a Conta de Resultados a Compensar – CRC, conforme Lei nº 8.631/93.

5.11. Bens e Direitos Destinados a Alienação

Os bens e direitos destinados a alienação são classificados como *mantidos para venda* caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. Os ativos não circulantes classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

5.12. Ativos Biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo. As alterações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorreram. A madeira em pé, utilizada na prestação de serviços de construção e melhoria do Contrato de Concessão, é transferida para o custo de construção pelo seu valor justo na data de corte.

5.13. Investimentos

Nesta rubrica se incluem as propriedades para investimentos que representam os bens não utilizados no objetivo da Concessão, mantidos para valorização ou renda.

5.14. Contratos de Concessão

Os Contratos de Concessão são reconhecidos como ativo intangível e ativo financeiro. O valor do ativo intangível dos contratos de concessão representa o valor dos serviços de construção e melhorias que será recebido através da cobrança dos usuários via tarifa de energia elétrica. O custo dos serviços de construção e melhorias compreende o preço de aquisição dos materiais e serviços (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar a infraestrutura à serviço da concessão no local e condição necessários para este ser capaz de funcionar da forma determinada no Contrato de Concessão. O ativo financeiro refere-se ao valor dos serviços de construção e melhorias realizados e previstos no Contrato de Concessão e que será recebido através de indenização ao final da concessão, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e a Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão. Ele é reconhecido pelo valor residual dos bens individuais ao final da concessão não amortizado e o valor somente é alterado por meio de adições, baixas e transferências, ao longo do prazo de concessão.

A amortização do ativo intangível dos contratos de concessão é calculada pela taxa de depreciação regulatória dos bens individuais. A amortização é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais. As taxas de depreciação regulatória dos principais bens à serviços da concessão são as seguintes:

<i>Taxas de depreciação dos itens mais relevantes do ativo Não-circulante</i>	<i>Taxa anual (*)</i>
Condutor (Tensão => 69Kv)	2,50%
Condutor (Tensão < 69Kv)	5,00%
Edificação	4,00%
Equipamento Geral	10,00%
Estrutura (Poste, Torre) (Tensão =>69Kv)	2,50%
Estrutura (Poste, Torre) (Tensão < 69Kv)	5,00%
Medidor	4,00%
Transformador Distribuição	5,00%
Transformador De Força	2,50%
Veículos	20,00%

(*) Resolução Normativa ANEEL nº 367/2009

5.15. Imobilizado

Os ativos registrados no Imobilizado incluem os bens da Administração e serão mantidos a custo histórico.

Os Itens do Imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Concessionária e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas pelo Órgão Regulador para cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é aceito como o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

5.16. Intangível

Incluem o direito de cobrar os usuários dos serviços pela construção e melhorias realizadas na infraestrutura à serviço da concessão de distribuição de energia elétrica. A amortização reflete as taxas de depreciação regulatória aplicadas aos bens individuais, que é a forma como a Concessionária recupera estes investimentos através da tarifa de energia elétrica e é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais.

Os outros ativos intangíveis que são adquiridos e que têm suas vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada. Incluem basicamente softwares e direitos desta natureza.

5.17. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como às doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimento no serviço público de energia elétrica, na atividade de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. Essas obrigações estão registradas em grupo específico no passivo não circulante e estão sendo apresentadas como dedução do ativo financeiro e ativo intangível da concessão, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamentos para obras da infra-estrutura à serviço da concessão.

5.18. Arrendamento Mercantil

Os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, ou seja, seus riscos e benefícios são transferidos, este é reconhecido como um ativo e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros.

5.19. Valor Justo:

a. Empréstimos, Recebíveis e Outros Créditos: é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. A Concessionária entende que os valores contábeis na data de transição dos recebíveis de contratos de concessão de serviços representam a melhor estimativa do seu valor justo. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

b. Ativos Biológicos: (madeira em pé) é baseado no preço de mercado dos volumes de madeira recuperável estimados. Os preços dos ativos biológicos, denominados em R\$/m³ são obtidos através de pesquisa de preço de mercado, divulgadas por empresas especializadas, além da cotação dos preços praticados em mercado ativo para itens semelhantes.

c. Ativos Intangíveis recebidos como remuneração pela prestação de serviços de construção em um contrato de concessão de serviços: é estimado pela referência ao valor justo dos serviços de construção prestados. O valor justo dos serviços de construção prestados é calculado como o custo estimado total acrescido de uma margem de lucro de 0%, pois a Concessionária considera que o atual modelo de regulação do setor elétrico não prevê margem para os serviços de construção e melhorias na determinação da tarifa de energia elétrica. Quando a Concessionária recebe um ativo intangível e um ativo financeiro como remuneração pela prestação de serviços de construção em um acordo de concessão de serviços, ela estima o valor justo do ativo intangível como a diferença entre o valor justo dos serviços de construção prestados e o valor justo do ativo financeiro recebido.

d. Ativo Imobilizado: é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. Os valores justos do imobilizado referente à infraestrutura de geração vinculada a uma concessão são limitados aos valores de recuperação admitidos pelo Órgão Regulador.

e. Outros Ativos e Passivos Financeiros: o valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. O valor justo de investimentos mantidos até o vencimento é apurado somente para fins de divulgação.

f. Passivos Financeiros Não Destinados à Negociação: é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

5.20. Empréstimos e Financiamentos e Outras Captações

Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço. Os custos de transação estão deduzidos dos empréstimos e financiamentos correspondentes. Esses ajustes são apropriados ao resultado pela taxa efetiva de juros do período em despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo do ativo intangível em curso.

5.21. Provisões para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias

Provisões são reconhecidas quando a Concessionária tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única, a mensuração se baseia no desfecho mais provável.

5.22. Outros Ativos e Passivos

Os outros ativos e passivos circulantes e não circulantes que estão sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais estão atualizados com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores na data das Demonstrações Financeiras, os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação sendo os ativos reduzidos de provisão para perda e/ou ajuste a valor presente quando aplicável.

5.23. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda corrente é calculado e contabilizado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10%, e a Contribuição Social à alíquota de 9%, calculada e escriturada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação vigente.

Sobre as diferenças temporárias são constituídos impostos diferidos. Os ativos e passivos diferidos são registrados nos ativos e passivos não circulantes. Os impostos diferidos serão realizados com base nas alíquotas que se espera serem aplicáveis no período que o ativo será realizado ou o passivo liquidado. Tais ativos e passivos não são descontados a valor presente. Os prejuízos fiscais de Imposto de Renda e bases negativas de contribuição social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício.

A Concessionária está sobre a regência do Regime Tributário de Transição, também intitulado RTT, que prescreve a neutralidade fiscal no cálculo dos tributos federais, expurgando os efeitos da aplicação dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pelas alterações na Lei 6.404/76. O regime foi de caráter optativo no biênio 2008-2009, e passou a ser obrigatório para o exercício de 2010, nos termos da Lei 11.941/09.

5.24. Benefícios Pós-Emprego

As obrigações futuras, estimadas com base na avaliação atuarial, elaborada anualmente por atuário independente, são registradas para cobrir os gastos com plano de previdência, complementação de aposentadoria incentivada, aposentados ex-autárquicos e contribuições para o fundo de pensão dos funcionários. O custo do serviço passado do plano de contribuição definida implantado em outubro de 2002 está sendo reconhecido no resultado no tempo remanescente de serviço dos empregados, conforme item 96 do CPC 33, aprovado pela Deliberação CVM nº 600, de 09 de Outubro de 2009.

5.25. Registro de Compra e Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil, os valores são estimados pela Administração da Concessionária, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

5.26. Informações Sobre Quantidade de Ações e Resultado por Ação

O resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas, menos as mantidas em tesouraria (denominador).

5.27. Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência de cada exercício apresentado. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura do consumo. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

5.28. Reconhecimento da Receita

a. Receita de Fornecimento

O reconhecimento da receita de fornecimento dá-se pelo faturamento mensal, conforme quantidades medidas de energia fornecida e preços homologados, com os respectivos impostos que compõem o cálculo do preço da tarifa.

b. Receita não Faturada

O valor refere-se ao fornecimento de energia elétrica e de uso de rede de distribuição não faturados, calculados em base de estimativas, referente ao período posterior a medição mensal e até o último dia do mês.

c. Receita de Construção

A Concessionária reconhece a receita de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão com base no estágio de conclusão das obras realizadas. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados.

d. Reconhecimento dos Ajustes da Receita conforme Nota Técnica de Revisão ou Reajuste Tarifário

Anualmente, através a Nota Técnica de Revisão ou Reajuste Tarifário, homologada pela Agência Reguladora, é determinado o percentual a ser aplicado na tarifa da Distribuidora, além disso nessa nota estão detalhados os itens financeiros e itens de CVA que sofreram alteração. A Concessionária reconhece esse ajuste de receita no momento da homologação da Nota Técnica e amortiza esses saldos em 12 meses.

5.29. Transações com Partes Relacionadas

As operações com partes relacionadas têm regras específicas para cada tipo de transação e são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes. Os detalhes dessas operações estão descritos na nota explicativa nº 46.

5.30. Informações por Segmento

As informações por segmentos operacionais evidenciam as atividades de negócio dos quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da mesma entidade, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Concessionária.

Para a Concessionária a distribuição e a comercialização não são consideradas pela Administração como segmentos, uma vez que não possuem gestão individualizada e que uma depende da outra para operar.

5.31. Questões Ambientais

A Concessionária capitaliza gastos referentes a demandas ambientais correspondentes aos estudos de impacto do meio ambiente, exigidos pelos órgãos públicos competentes, para obtenção das licenças que permitirão a construção e instalação de novos empreendimentos, além daqueles referentes as compensações que devem ser realizados para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento.

Os gastos relacionados a questões ambientais posteriores a entrada em operação do empreendimento são registrados como resultado do exercício em que ocorreram.

Os projetos para construção e instalação de novos empreendimentos são identificados e monitorados pelos órgãos ambientais fiscalizadores, tais como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM, Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMA e ONGs.

5.32. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas e interpretações IFRSs emitidas pelo IASB (International Accounting Standards Board) ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31/12/2010, entre elas:

- Emenda da IAS 12 – Tributos sobre o lucro (CPC 32): recuperação de ativos mensurados pelo valor justo. Aplicável a partir de 01/01/2012.
- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: classificação de ativos financeiros e contabilização de passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Aplicável a partir de 01/01/2013.
- Ativos e Passivos Regulatórios - encontra-se em audiência pública no *International Accounting Standards Board – IASB* pronunciamento que trata sobre Ativos e Passivos Regulatórios. As entidades reguladas devem cumprir as exigências dos IFRSs assim como qualquer outra entidade, portanto embora os órgãos reguladores possam determinar a época para a recuperação de custos ou para o pagamento de reembolsos nas tarifas, eles não podem mudar as características dos ativos e passivos que existiriam de acordo com o IFRS.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes às IFRSs acima citadas. A adoção antecipada destes pronunciamentos está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Concessionária não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas Demonstrações Financeiras.

6. Primeira Adoção dos CPC Convergentes às IFRS

Algumas reclassificações e correções foram efetuadas para melhor apresentação das Demonstrações Financeiras comparativas, de acordo com o estabelecido no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

6.1. Normas e interpretações aplicadas nas Demonstrações Financeiras

A Concessionária adotou as normas do CPC descritas abaixo no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, inclusive para o período comparativo de 31 de dezembro de 2009 e no Balanço Patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. A aplicação destas normas (“novas normas”) impactou montantes apresentados nas demonstrações financeiras individuais da Concessionária conforme apresentado abaixo:

6.1.1. Normas e interpretações aplicadas aos saldos do exercício corrente (e/ou exercícios anteriores)

Pronunciament o	Norma Internacional	Deliberação CVM	Sumário
	539/08	Estrutura conceitual (framework)
CPC 01(R1)	IAS 36	639/10	Redução ao valor recuperável de ativos
CPC 07 (R1)	IAS 20	546/10	Subvenção e assistência governamentais
CPC 08 (R1)	IAS 39	649/10	Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários
CPC 12	564/08	Ajuste a valor presente
CPC 13	565/08	Adoção inicial da lei nº. 11.638/07 e da medida provisória nº. 449/08
CPC 17	IAS 11	576/09	Contratos de construção
CPC 29	IAS 41	596/09	Ativo biológico e produto agrícola
CPC 30	IAS 18	597/09	Receitas

Pronunciament o	Norma Internacional	Deliberação CVM	Sumário
CPC 37 (R1)	IFRS 1	647/10	Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade
CPC 43 (R1)	IFRS 1	651/10	Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40

6.1.2. Normas e interpretações que afetam a apresentação e divulgação

Pronunciamento	Norma Internacional	Deliberação CVM	Sumário
CPC 03 (R2)	IAS 7	641/10	Demonstração dos fluxos de caixa
CPC 09	557/08	Demonstração do valor adicionado
CPC 23	IAS 8	592/09	Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
CPC 26	IAS 1	595/09	Apresentação das Demonstrações Financeiras
CPC 33	IAS 19	600/09	Benefícios a empregados
CPC 39	IAS 32	604/09	Instrumentos financeiros: apresentação
CPC 41	IAS 33	636/10	Resultado por ação
ICPC 01	IFRIC 12	611/09	Contratos de concessão
ICPC 09	618/09	Demonstrações Financeiras individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial
OCPC 03	IAS 32 E IAS 39	Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2009	Instrumentos financeiros: reconhecimento, mensuração e evidênciação
OCPC 05	IFRIC 12	654/10	Contratos de Concessão

6.2. ICPC 01 – Contratos de Concessão (IFRIC 12)

Em 22 de dezembro de 2009, foi aprovada a Deliberação CVM nº 611/09, que acolheu a ICPC 01 – Contratos de Concessão.

O escopo da ICPC 01 abrange contratos de concessões de serviços públicos de entidades privadas, quando:

- O concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e
- O concedente controle, por meio de titularidade, usufruto ou outra forma, qualquer participação residual significativa na infraestrutura, no final do prazo da concessão.

A infraestrutura à serviço da concessão não poderá ser reconhecida como ativo imobilizado quando houver controle pelo poder concedente, uma vez que o concessionário tem o direito para operá-la, de acordo com as condições estipuladas no contrato de concessão, que normalmente compreendem: construir, operar e manter a infraestrutura utilizada durante um período de tempo determinado e devolver ao concedente no final do contrato.

Assim, o concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 - Receitas. Caso o concessionário realize mais de um serviço (p.ex., serviços de construção ou melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. A natureza da remuneração determina seu subsequente tratamento contábil.

6.3. Impactos da adoção dos CPCs

A Concessionária adotou a data de transição como 01/01/2009 (Balanço de Abertura), assim, as últimas Demonstrações Financeiras pelas práticas contábeis anteriores foram as referentes ao exercício findo em 31/12/2008. Nas notas a seguir, é apresentada reconciliação das Demonstrações

Financeiras e os ajustes requeridos pela primeira adoção dos CPCs, convergentes às IFRSs, segundo o CPC 37(R1) que trata da adoção inicial das normas internacionais de relatório financeiro.

6.4. Reconciliação do Balanço Patrimonial de 31/12/2009 e 01/01/2009

BALANÇO PATRIMONIAL	Nota Explicativa	31/12/2008	Impactos IFRS e Reclassificações	01/01/2009	31/12/2009	Impactos IFRS e Reclassificações	31/12/2009
ATIVO CIRCULANTE		473.805	(30.194)	443.611	506.327	(13.493)	492.834
Caixa e Equivalentes de Caixa	(a)	39.880	(2.008)	37.872	113.145	(2.008)	111.137
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	(b)	332.885	37.769	370.654	336.057	52.901	388.958
Títulos de Créditos a Receber	(b)	37.772	(37.769)	3	53.321	(52.901)	420
Nota Técnica Revisão/Reajuste Tarifário	(c)	-	43.755	43.755	-	43.327	43.327
Outros Créditos a Receber	(a)	65.351	-	65.351	48.163	3.260	51.423
Pagamentos Antecipados	(c)	78.898	(71.941)	6.957	58.072	(58.072)	-
Demais Ativos	-	(80.981)	-	(80.981)	(102.431)	-	(102.431)
ATIVO NÃO CIRCULANTE							
Realizável a Longo Prazo							
Aplicações Financeiras	(a/h)	23.598	2.008	25.606	20.715	5.035	25.750
Ativo Financeiro Indenizável	(d)	-	406.749	406.749	-	470.973	470.973
Outros Créditos a Receber	(a/h)	5.300	13.207	18.507	2.079.822	10.180	2.090.002
Pagamentos Antecipados	(e)	13.207	(13.207)	-	13.207	(13.207)	-
Demais Ativos	-	404.247	-	404.247	404.924	-	404.924
Ativos Biológicos	(f)	-	12.617	12.617	-	13.841	13.841
Investimentos	(d)	26.051	(5.731)	20.320	26.964	(7.392)	19.572
Imobilizado	(d)	912.027	(850.040)	61.987	969.035	(907.787)	61.248
Intangível	(d)	11.424	419.930	431.354	11.944	436.814	448.758
		1.395.854	(14.467)	1.381.387	3.526.611	8.457	3.535.068
TOTAL		1.869.659	(44.661)	1.824.998	4.032.938	(5.036)	4.027.902
PASSIVO CIRCULANTE		753.720	(14.617)	739.103	723.637	17.645	741.282
Fornecedores	(g)	179.843	24.548	204.391	142.335	10.100	152.435
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	(i)	80.049	-	80.049	106.053	(218)	105.835
Variação Negativa de Itens da CVA - Passivos Regulatórios	(c)	47.683	(47.683)	-	47.305	(47.305)	-
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	(b)	56.266	(42)	56.224	30.863	40.590	71.453
Nota Técnica Revisão/Reajuste Tarifário	(c)	-	33.108	33.108	-	24.578	24.578
Outros Passivos	(g)	55.105	(24.548)	30.557	62.998	(10.100)	52.898
Demais Passivos	-	334.774	-	334.774	334.083	-	334.083
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.091.069	(23.319)	1.067.750	1.372.099	(43.138)	1.328.961
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	(i)	120.409	-	120.409	357.679	(2.548)	355.131
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	(b)	17.438	42	17.480	52.516	(40.590)	11.926
Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica	(b/d)	23.361	(23.361)	-	-	-	-
Demais Passivos	-	929.861	-	929.861	961.904	-	961.904
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		24.870	(6.725)	18.145	1.937.202	20.457	1.957.659
Capital Social	-	23.703	-	23.703	23.703	-	23.703
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	-	-	1.905.718	20.457	1.926.175
Reserva de Lucros	-	1.167	-	1.167	7.781	-	7.781
Prejuízos Acumulados	(c/f)	-	(6.725)	(6.725)	-	-	-
TOTAL		1.869.659	(44.661)	1.824.998	4.032.938	(5.036)	4.027.902

- O valor de R\$ 2.000 é relativo ao principal do CCEE – SIAC/BANRISUL reclassificado do Ativo Circulante para o Não Circulante, é considerado como de uso restrito. O montante de R\$ 8, saldo em conta do Bradesco, bloqueado judicialmente, foi reclassificado para o Não Circulante devido a sua impossibilidade de resgate imediato. O valor de R\$ 3.000, em 31-12-2009, refere-se à reclassificação da retenção em garantia relativa à captação de empréstimo junto ao Banco Máxima atualizado até a data do encerramento do exercício de 2010, cuja atualização foi de R\$ 260.
- Referem-se às reclassificações tendo em vista orientação do Órgão Regulador.
- Alguns ativos e passivos regulatórios não atendem a definição de ativo e passivo segundo a Estrutura Conceitual Básica (framework). O saldo do ativo regulatório foi reduzido em R\$ 71.941 em 01/01/2009 (R\$ 58.072 em 31/12/2009) e do passivo em R\$ 47.683 em 01/01/2009 (R\$ 47.305 em 31/12/2009). Sendo que para os Prejuízos Acumulados os impactos dos ativos foram de R\$ (28.186) em 01/01/2009 e R\$ 13.441 no Resultado do Exercício de 31/12/2009. Os impactos dos passivos no Patrimônio Líquido foram de R\$ 14.575 em 01/01/2009 e R\$ 8.152 no Resultado do Exercício em 31/12/2009.
- Conforme mencionado no item 5.14, os ativos que representam os bens da concessão foram reclassificados do ativo imobilizado para o ativo intangível R\$ 419.930 em 01/01/2009 (R\$

436.814 em 31/12/2009) e para o ativo financeiro – bens da concessão em R\$ 406.749 em 01/01/2009 (R\$ 470.973 em 31/12/2009).

- e. O montante de R\$ 13.207 foi reclassificado da rubrica Pagamentos Antecipados para Outros Créditos a Receber, no Ativo Não Circulante.
- f. Refere-se ao reconhecimento dos Hortos Florestais ao seu valor justo e à sua reclassificação para rubrica de Ativos Biológicos no montante de R\$ 12.617 em 01/01/2009 (R\$ 13.841 em 31/12/2009), sendo o impacto no Patrimônio Líquido de R\$6.886 em 01/01/2009 (R\$ 9.709 em 31/12/2009).
- g. A reclassificação refere-se à Energia de Curto Prazo – CCEE transferida de Outros Passivos para Fornecedores, R\$ 24.548 em 01/01/2009 e R\$ 10.100 em 31/12/2009.
- h. Reclassificação da rubrica Outros Créditos a Receber, no valor de R\$ 27, em 31/12/2009, para aplicações financeiras
- i. O saldo de 2009 sofreu alteração em virtude da aplicação do CPC 08, cujo reflexo do custo de transação do Banco Máxima foram ajustes no Passivo Circulante no valor de R\$ 218 e no Passivo Não Circulante de R\$ 2.548 em 31/12/2009.

6.5. Reconciliação do Resultado do Exercício de 31/12/2009

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	Nota Explicativa	31/12/2009	Impactos IFRS e Reclassificações	31/12/2009
Receita Operacional		2.475.175	144.496	2.619.671
Fornecimento	(a)	1.012.833	(29.513)	983.320
Receita de Construção	(b)	-	149.841	149.841
Outras Receitas Operacionais	(a)	37.186	24.168	61.354
Demais Receitas	-	1.425.156	-	1.425.156
Deduções da Receita Operacional		(818.924)	(99)	(819.023)
Subvenções CCC	(a)	(64.877)	6.023	(58.854)
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	(a)	(62.225)	(6.122)	(68.347)
Demais Deduções	-	(691.822)	-	(691.822)
Custo do Serviço de Energia Elétrica		(1.430.658)	(131.018)	(1.561.676)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(a)	(863.056)	14.860	(848.196)
Encargo de Uso do Sistema	(a)	(214.424)	5.136	(209.288)
Depreciação e Amortização	(b)	(74.369)	66.495	(7.874)
Amortização do Intangível da Concessão	(b)	-	(67.668)	(67.668)
Custo de Construção	(b)	-	(149.841)	(149.841)
Demais Custos Operacionais	-	(278.809)	-	(278.809)
Despesas Operacionais		(411.795)	10.369	(401.426)
Outras Despesas Operacionais	(a) e (c)	(315.536)	10.369	(305.167)
Demais Despesas Operacionais	-	(96.259)	-	(96.259)
Outras Receitas		2.081.882	2.823	2.084.705
Conta de Resultado a Compensar - CRC	-	2.064.645	-	2.064.645
Outras Receitas	(d)	17.237	2.823	20.060
Outras Despesas		(13.242)	1.173	(12.069)
Outras Despesas	(b)	(13.242)	1.173	(12.069)
Receita/Despesa Financeira	(a)	23.280	(562)	22.718
Lucro Líquido do Exercício		1.905.718	27.182	1.932.900

- a. Os ativos e passivos regulatórios não atendem os critérios de reconhecimento segundo a Estrutura Conceitual Básica (*framework*). Assim, o ajuste correspondente causou uma redução de R\$ 5.345 na receita operacional, um acréscimo de R\$ 99 em deduções da receita operacional, uma redução de R\$ 19.996 no custo do serviço de energia elétrica, uma redução de R\$ 7.603 nas despesas operacionais e um aumento de R\$ 562 nas despesas financeiras.

- b. A receita teve um incremento de R\$149.841 devido à receita de construção dos ativos da concessão. O custo também teve um acréscimo de igual montante devido ao custo/despesa de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão, não existindo margem de lucro.
- c. O reconhecimento do custo de transação do Banco Máxima causou uma redução das outras despesas operacionais no montante de R\$ 2.766.
- d. O reconhecimento do valor justo dos Hortos Florestais causou um aumento de R\$ 2.823 nas outras receitas.

Os reflexos dos ajustes descritos nas notas explicativas 6.4 e 6.5 foram reclassificados nas Demonstrações do Fluxo de Caixa e nas Demonstrações do Valor Adicionado para fins de comparabilidade no exercício de 2009.

6.6. Reconciliação do patrimônio líquido de 1º de janeiro de 2009 e de 31 de dezembro de 2009

	Nota Explicativa	01/01/2009	31/12/2009
Patrimônio Líquido - originalmente divulgado		24.870	1.937.202
Desreconhecimento de Ativos e Passivos Regulatórios	(a)	(13.611)	7.982
Custos de Transação Banco Máxima - CPC 08	(b)	-	2.766
Ativos Biológicos	(c)	6.886	9.709
		<u>(6.725)</u>	<u>20.457</u>
		18.145	1.957.659

- a. O ajuste referente ao desreconhecimento ativos e passivos regulatórios causou um aumento no patrimônio líquido de R\$ 7.982 em 31/12/2009 ((R\$ 13.611) em 01/01/2009).
- b. O reconhecimento do custo de transação do Banco Máxima causou um aumento de R\$ 2.766 no patrimônio líquido em 31/12/2009.
- c. O reconhecimento do valor justo dos Hortos Florestais causou um aumento no Patrimônio Líquido de R\$ 6.886 (R\$ 9.709 em 01/01/2009).

6.7. Impactos da adoção das mudanças de práticas contábeis nos Formulários de Informações Trimestrais - ITR (Deliberação CVM nº 656/11)

Em atendimento à Deliberação CVM nº 656, de 25/01/2011, apresentamos o impacto da adoção das mudanças de prática contábil para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2010, comparativas a 2009. Nossa opção foi de reapresentar os Formulários mencionados juntamente com o formulário de Informações Trimestrais - ITR correspondente ao trimestre a findar em 31 de março de 2011.

	31/03/2010		31/03/2009	
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
	1.947.114	9.912	27.374	2.504
Ativos Biológicos	6.887	-	6.887	-
Desreconhecimento de Ativos e Passivos Regulatórios	17.263	9.280	(24.836)	(11.225)
Custos de Transação - CPC 08.....	2.712	(55)	692	692
Receita de Construção	179.626	29.785	47.220	47.220
Custo de Construção	(179.626)	(29.785)	(47.220)	(47.220)
Demais ajustes.....	2.823	-	-	-
	29.685	9.225	(17.257)	(10.533)
	1.976.799	19.137	10.117	(8.029)

	30/06/2010		30/06/2009	
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
	1.874.889	(62.313)	513.205	(19.766)
Ativos Biológicos	6.887	-	6.887	-
Desreconhecimento de Ativos e Passivos Regulatórios	7.436	(547)	(10.056)	3.555
Custos de Transação - CPC 08.....	2.657	(109)	1.383	1.383
Receita de Construção	212.432	32.806	69.193	21.973
Custo de Construção	(212.432)	(32.806)	(69.193)	(21.973)
Demais ajustes.....	2.823	-	-	-
	19.803	(656)	(1.786)	4.938
	1.894.691	(62.969)	511.419	(14.828)

	30/09/2010		30/09/2009	
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
	1.783.686	(153.516)	(26.951)	(58.435)
Ativos Biológicos	6.887	-	6.887	-
Desreconhecimento de Ativos e Passivos Regulatórios	(6.501)	(14.484)	670	14.281
Custos de Transação - CPC 08.....	2.603	(164)	2.075	2.075
Receita de Construção	242.152	29.720	109.449	40.256
Custo de Construção	(242.152)	(29.720)	(109.449)	(40.256)
Demais ajustes.....	2.823	-	-	-
	5.812	(14.648)	9.632	16.356
	1.789.498	(168.164)	(17.319)	(42.079)

Essas Informações Trimestrais - ITR foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NPA 06 do Instituto dos Auditores Independentes - IBRACON), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria.

6.8. Isenções Adotadas

A Concessionária quando da elaboração das suas Demonstrações Financeiras na data de transição adotou o CPC 43 – Adoção Inicial dos CPCs 15 a 40 (com exceção do CPC 34) e aplicou as isenções opcionais de aplicação retrospectiva referente aos novos pronunciamentos contábeis, conforme segue:

- Isenção referente a classificação de Instrumentos Financeiros de acordo com o CPC 38 e não realizou análises retroativas à data original de contratação dos instrumentos financeiros vigentes na data de transição. Os instrumentos contratados após a data de transição foram todos analisados e classificados na data da realização das operações.
- Isenção referente a aplicação retroativa do ICPC 01: a Concessionária considerou impraticável a aplicação retroativa da norma para os ativos que compõem a infra-estrutura utilizada na concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica regulado pelo Contrato de Concessão nº 081/1999 e adotou na transição os valores contábeis anteriores dos ativos financeiros e intangíveis, independente de suas classificações, reclassificando-os para: (a) ativo intangível, correspondente a parcela estimada dos investimentos realizados e que serão amortizados até o final da concessão e (b) ativo financeiro indenizável, correspondente ao direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção efetuados e não amortizados até o final da concessão.

Não há Pronunciamentos Contábeis pertinentes a exceções obrigatórias aplicáveis a Concessionária.

7. Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras

Os saldos compõem-se de:

Descrição / Banco	Nota Explicativa	Vencimento	Remuneração	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Circulante						
Numerário Disponível				24.100	26.602	32.884
SIAC / BANRISUL	46.a	Diário	SELIC OVER	12.098	84.535	4.988
Aplicações Financeiras				12.098	84.535	4.988
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa				36.198	111.137	37.872
Não Circulante						
SIAC Especial / BANRISUL	46.a	Diário	SELIC	2.148	18.936	22.161
CEEE - SIAC BANRISUL	46.a	Diário	SELIC	2.435	3.779	3.437
CEEE BRADESCO				9	8	8
Repasse Arrecadação de Contas de Energia				27	27	-
Retenção Banco Máxima				3.292	3.000	-
Total de Aplicações Financeiras				7.911	25.750	25.606

a) Numerário Disponível

O valor de R\$ 24.100 (R\$ 26.602 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 32.884 em 01 de janeiro de 2009) refere-se a recursos depositados em instituições bancárias.

b) SIAC / BANRISUL

O valor de R\$ 12.098 (R\$ 84.535 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 4.988 em 01 de janeiro de 2009) refere-se ao valor aplicado no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC/BANRISUL instituído pelo Decreto Estadual nº 33.959, de 31 de maio de 1991. Estes valores foram repassados ao SIAC conforme contrato assinado entre a Concessionária e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul em 10 de outubro de 2008, denominado "Contrato de Repasse Temporário de Recursos

Monetários Disponíveis". O saldo aplicado está sendo remunerado pela variação da taxa SELIC OVER, com liquidez imediata.

c) SIAC Especial / BANRISUL

O valor de R\$ 2.148 (R\$ 18.936 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 22.161 em 01 de janeiro de 2009) refere-se a remuneração sobre o principal já resgatado aplicado no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC/BANRISUL, instituído pelo Decreto Estadual nº 33.959, de 31 de maio de 1991. Este saldo permanece aplicado, sendo remunerado com base na variação da taxa SELIC, sem liquidez imediata, visto que depende de dotação orçamentária por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

d) CEEE – SIAC / BANRISUL

O valor de R\$ 2.435 (R\$ 3.779 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 3.437 em 01 de janeiro de 2009) refere-se ao principal e a remuneração de valores aplicados no CEEE - SIAC / BANRISUL, destinados ao atendimento da cláusula do Contrato de Constituição de Garantias – CCGs, quando da compra de energia pela CEEE-D.

e) CEEE BRADESCO

O valor de R\$ 9 (R\$ 8 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 8 em 01 de janeiro de 2009) refere-se a valores bloqueados judicialmente, estando estes compondo o saldo de duas contas em fundos de investimentos no Banco Bradesco, sendo remunerados pela taxa CDI.

f) Repasse de Arrecadação de Contas de Energia

O valor de R\$ 27 (R\$ 27 em 31 de dezembro de 2009) encontra-se em discussão junto ao Banco Citibank S/A e refere-se à arrecadação de faturas de energia não repassadas a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D.

g) Retenção Banco Máxima

O valor de R\$ 3.292 (R\$ 3.000 em 31 de dezembro de 2009) refere-se à garantia do fiel e pontual cumprimento das obrigações relativas à captação de empréstimo junto ao Banco Máxima, cujo valor tem vencimento em 04 de janeiro de 2016.

8. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os saldos compõem-se de:

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante						
Consumidores	147.363	78.191	122.686	348.240	335.960	328.954
Concessionárias e Permissionárias	189	-	-	189	96	3.567
Parcelamentos	25.382	1.104	19.105	45.591	52.901	37.769
Energia de Curto Prazo - CCEE	3.945	-	-	3.945	1	364
Total	176.879	79.295	141.791	397.965	388.958	370.654
Não Circulante						
Parcelamentos	109.606	-	21.947	131.553	128.484	129.170
Total	109.606	-	21.947	131.553	128.484	129.170

a) Consumidores

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Residencial	71.572	32.589	29.873	134.034	138.425	126.598
Industrial	24.887	13.332	17.597	55.816	51.805	45.967
Comercial Serviços e Outras Atividades	45.441	15.787	12.794	74.022	73.156	70.158
Rural	7.306	7.001	86	14.393	14.949	18.093
Poder Público	(3.027)	9.094	48.993	55.060	22.358	29.932
Iluminação Pública	(3.356)	275	13.276	10.195	30.509	33.890
Serviço Público	4.540	113	67	4.720	4.758	4.316
Total	147.363	78.191	122.686	348.240	335.960	328.954

b) Concessionárias e Permissionárias

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Suprimento de Energia	104	-	-	104	33	35
Encargo de Uso da Rede	69	-	-	69	56	48
Irrigação e Aquicultura	-	-	-	-	-	2.789
Red. Tarifa de Uso Sist. Transmissão	-	-	-	-	-	695
Permissionárias	16	-	-	16	7	0
Total	189	-	-	189	96	3.567

c) Parcelamentos

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante				
Parcelamentos com Prefeituras Municipais		18.069	17.732	19.278
Parcelamentos com Consumidores Diversos		10.526	9.059	7.746
Parcelamentos com Governo do Estado - Débitos de Energia .	46.a	-	13.778	-
Parcelamentos com Consumidores Industriais		5.421	4.761	3.771
Parcelamentos Diversos		11.575	7.571	6.974
Total		45.591	52.901	37.769
Não Circulante				
Parcelamentos com Prefeituras Municipais		69.757	74.932	66.823
Parcelamentos com Consumidores Diversos		13.250	15.189	11.965
Parcelamentos com Governo do Estado - Débitos de Energia	46.a	4.768	4.768	24.546
Parcelamentos com Governo do Estado - FAMURS	46.a	17.178	17.178	13.363
Parcelamentos com Consumidores Industriais		9.826	9.221	9.423
Parcelamentos Diversos		16.774	7.196	3.050
Total		131.553	128.484	129.170

c.1) Parcelamentos com Prefeituras Municipais

Referem-se a parcelamentos de débitos efetuados com prefeituras municipais, os quais são indexados pelo IGP-M, com juros de até 1% ao mês, tais contratos possuem cláusula que contemplam desconto para prefeituras que se mantiverem adimplentes.

A Concessionária constituiu provisão para perdas considerando a expectativa de realização destes parcelamentos.

c.2) Parcelamentos com Consumidores Diversos

Refere-se, principalmente, a parcelamentos de débitos com arroseiros, hospitais e consumidores em geral, para aquelas negociações que demandam cálculos diferenciados, face ao perfil da dívida bem como do cliente. Dentre estes contratos, alguns se encontram em cobrança judicial.

A Concessionária constituiu provisão para perdas considerando a expectativa de realização destes parcelamentos.

c.3) Parcelamentos com Governo do Estado - Débitos de Energia

Durante as negociações do Termo de Acordo entre a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D e o Estado do Rio Grande do Sul, para liquidação dos débitos vencidos, oriundos das faturas de energia elétrica, o Estado levantou a hipótese de que poderiam existir valores pagos incluídos no montante do débito, devido sua forma de realizar seus pagamentos. Em razão disso, a Concessionária decidiu manter registrado o montante original de R\$ 49.885 e a classificação no ativo realizável a longo prazo.

Em julho de 2007 foi constituído Grupo de Trabalho pela CEEE-D que teve por objetivo rever o Contrato assinado em 2002. O Grupo concluiu que grande parte do valor que compunha a dívida do Governo do Estado referia-se a multas e juros do Setor Elétrico, totalizando o valor de R\$ 25.339, valores estes não reconhecidos pelo Governo do Estado como débito de energia. Este valor foi provisionado no exercício de 2007, permanecendo a receber o valor de R\$ 24.546.

Em 15/09/2009 a ANEEL anuiu o Termo de Acordo, celebrado entre a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, no valor de R\$ 19.778, cujo montante será liquidado por meio de compensação tributária, pelo prazo de 12 meses, conforme demonstrado:

Data do Evento	Histórico	Valor
dez/2002	Registro de Parcelamentos	49.885
dez/2007	Multa e Juros Provisionados	(25.339)
	Saldo a Receber	24.546
set/2009 a dez/2009	Compensação de ICMS	(6.000)
jan/2010 a dez/2010	Compensação de ICMS	(13.778)
	Saldo a Receber	4.768
NÃO CIRCULANTE		4.768

c.4) Parcelamentos com Governo do Estado – FAMURS

Refere-se a parcelamentos de débitos de Prefeituras Municipais, firmados em 1997, amparo da Lei Estadual nº 11.018, de 23 de setembro 1997, intermediados pela Federação das Associações de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul - FAMURS assumidos pelo Estado do Rio Grande do Sul, com garantia no repasse de ICMS aos respectivos Municípios.

Os valores estavam indexados pela UFIR e posteriormente pela UPF/RS, e foram repactuados através de Termo de Acordo em dezembro de 2002 com carência de 12 meses e 48 parcelas mensais e consecutivas, vencendo a primeira em janeiro de 2004, indexados pelo IGP-M, mais juros de 0,5% ao mês, com a interveniência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A – BANRISUL.

Em 07 de outubro de 2004, através do Decreto nº 43.376, foi modificado o Regulamento do ICMS, incluindo a permissão de compensação, pelas empresas concessionárias de serviço público, de débitos relativos ao ICMS com créditos vencidos junto a Fazenda Pública Estadual, condicionada à celebração do Termo de Acordo com o Estado do Rio Grande do Sul. A Concessionária firmou Termo de Acordo em 28 de outubro de 2004 para compensação de parte do crédito tributário da Fazenda Estadual relativo ao ICMS futuro com o parcelamento a receber pela Concessionária. Até o presente foi compensado o montante de R\$ 78.067.

c.5) Parcelamentos com Consumidores Industriais

Os valores de R\$ 5.421 (R\$ 4.761 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 3.771 em 01 de janeiro de 2009) registrados no Ativo Circulante, e R\$ 9.826 (R\$ 9.221 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 9.423 em 01 de janeiro de 2009), no Ativo Não Circulante, referem-se a parcelamento de débitos com energia elétrica referente a instalações consumidoras Industriais.

c.6) Parcelamentos Diversos

Os valores de R\$ 11.575 (R\$ 7.571 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 6.974 em 01 de janeiro de 2009) registrados no Ativo Circulante e R\$ 16.774 (R\$ 7.196 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 3.050 em 01 de janeiro de 2009), no Ativo Não Circulante, referem-se a parcelamentos de débitos efetuados a partir de 2003, de clientes das classes residencial, industrial, comercial e rural.

d) Energia de Curto Prazo – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O valor de R\$ 3.945 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 364 em 01 de janeiro de 2009) refere-se à energia vendida no mercado de curto prazo, conforme informações divulgadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, demonstrado na nota explicativa nº 51.b..

9. Título de Créditos a Receber

O valor de R\$ 12 (R\$ 420 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 3 em 01 de janeiro de 2009) registrado no Ativo Circulante refere-se a parcelamentos relativos a venda de ativos e cobrança de avarias causadas por terceiros em bens da Concessionária.

10. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Os saldos compõem-se de:

CONSUMIDORES POR CLASSE	Saldo 01/01/2009	Adições	Exclusões	Saldo 31/12/2009
Residencial	25.649	6.652	(905)	31.396
Industrial	11.591	3.090	(392)	14.289
Comercial Serviços e Outras Atividades	9.527	2.567	(4.307)	7.787
Rural	2.483	485	(94)	2.874
Poder Público, Iluminação Pública e Serviço Público	49.638	12.660	(14.806)	47.492
Títulos de Créditos a Receber	16.469	10.351	(2.132)	24.688
Diversos	2.083	262	(364)	1.981
Total	117.440	36.067	(23.000)	130.507

CONSUMIDORES POR CLASSE	Saldo 31/12/2010	Adições	Exclusões	Saldo 31/12/2010
Residencial	31.396	2.238	(4.417)	29.217
Industrial	14.289	3.548	(7.827)	10.010
Comercial Serviços e Outras Atividades	7.787	4.992	(2.354)	10.425
Rural	2.874	31	(1.687)	1.218
Poder Público, Iluminação Pública e Serviço Público	47.492	13.138	(8.402)	52.228
Títulos de Créditos a Receber	24.688	12.815	(5.520)	31.983
Diversos	1.981	260	(205)	2.036
Total	130.507	37.022	(30.412)	137.117

Foram incluídos os valores totais dos créditos junto aos consumidores residenciais que apresentam débitos vencidos há mais de 90 dias; consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias;

consumidores industriais e rurais vencidos há mais de 360 dias, e títulos de créditos a receber de diversas classes de consumidores vencidos há mais de 90 dias.

Para os créditos de responsabilidade dos Poderes Públicos, foi efetuada análise e constituição de provisão considerando a expectativa de perdas na realização desses créditos, que considerou as negociações realizadas e em andamento junto às prefeituras e ao Estado do Rio Grande do Sul.

11. Créditos Tributários

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante			
ICMS a compensar	14.401	10.707	12.868
IRPJ e CSLL a compensar	6.524	3.555	7.397
Outros Créditos a Compensar	304	282	250
Total	21.229	14.544	20.515
 Não Circulante			
ICMS a compensar	11.210	11.420	11.676
Outros Créditos a Compensar	1.869	1.868	2.474
Total	13.079	13.288	14.150

No que se refere aos créditos de longo prazo, principalmente aqueles ligados ao ICMS, sua expectativa de realização é de 04 anos, conforme dispositivo legal estabelecido na Lei Complementar nº 87/96, que permite a constituição e respectiva fruição deste crédito tributário.

12. Estoques

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Estoque de Operação	10.151	13.579	16.006
(-) Provisão para Perdas	(48)	(47)	(62)
Total	10.103	13.532	15.944

Os saldos de estoques referem-se a materiais destinados à manutenção das operações, em processo de classificação, resíduos e sucatas e destinados à alienação, todos valorados a preço médio e deduzidos das provisões para perdas.

O valor de R\$ 4.528 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 4.723 em 31 de dezembro de 2009) refere-se aos materiais em almoxarifado reconhecidos no custo do serviço.

13. Outros Créditos a Receber

Os saldos compõem-se de:

Circulante	Nota Explicativa	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Programa RELUZ	46.b.II	9.670	2.183	1.484
Programa de Efic. Energética - PEE		6.513	10.586	9.104
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		4.079	2.360	3.360
Adiantamento a Fornecedores		825	1.017	1.038
Subvenção à Receita Baixa Renda - Tarifa Social		-	4.562	9.549
Adiantamento a Empregados		2.619	2.540	2.089
Empréstimo Compulsório ELETROBRÁS	46.b.II	-	-	3.286
Aluguel Postes/Servs.Prestados		3.847	2.792	3.497
Cedência Funcionários	46	578	477	335
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC II e FIDC IV ..	30.c	4.768	5.124	3.252
Subvenção ELETROBRÁS CDE - PLT	46.b.II	-	3.438	23.361
Conta Gráfica	46.b.I	-	-	1.115
Convênio SEINFRA/CEITEC	46.a	-	637	-
Serviços Próprios em Curso		3.289	3.515	657
Outros Devedores		9.808	12.192	3.224
Total		45.996	51.423	65.351
Não Circulante				
Quotas Subordinadas - FIDC	30.c	12.150	12.150	5.300
Quota ESS		13.207	13.207	13.207
Total		25.357	25.357	18.507

a) Programa RELUZ

O valor de R\$ 9.670 (R\$ 2.183 em 31 de dezembro 2009 e R\$ 1.484 em 01 de janeiro de 2009) refere-se ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ que tem como objetivo promover a modernização e melhoria da eficiência energética do sistema de iluminação pública nos municípios, através da substituição dos equipamentos atuais por tecnologias mais eficientes, visando combater o desperdício de energia elétrica, a serem reembolsados pelas Prefeituras.

b) Programa de Eficiência Energética – PEE

O valor de R\$ 6.513 (R\$ 10.586 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 9.104 em 01 de janeiro de 2009) refere-se à aplicação dos recursos provenientes dos Programas de Eficiência Energética, que visam demonstrar à sociedade a importância e a viabilidade econômica de ações de combate ao desperdício de energia elétrica.

c) Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

O valor de R\$ 4.079 (R\$ 2.360 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 3.360 em 01 de janeiro de 2009) refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento destinados à capacitação e desenvolvimento tecnológico da Concessionária, visando a geração de novos processos ou produtos, ou o aprimoramento de suas características.

d) Subvenção à Receita Baixa Renda – Tarifa Social

O valor de R\$ 4.562 em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 9.549 em 01 de janeiro de 2009) refere-se ao resultado gerado entre os aumentos e reduções de receita decorrentes da classificação dos

consumidores residenciais na subclasse baixa renda, conforme Resolução Normativa nº 89 de 25 de outubro de 2004 e Resolução nº 514 de 16 de setembro de 2002 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

e) Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC II e FIDC IV

O valor de R\$ 4.768 (R\$ 5.124 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 3.252 em 01 de janeiro de 2009) refere-se ao montante retido em excesso as parcelas liquidadas, permanecendo aplicado no Fundo para liquidação de parcelas futuras avaliados pelo valor de custo.

f) Convênio SEINFRA/CEITEC

O valor de R\$ 637 em 31 de dezembro de 2009 refere-se ao saldo a receber referente à participação do Estado do Rio Grande do Sul na construção de dois alimentadores de 13,8kV para uso da CEITEC S.A.. O investimento visa permitir a realização das atividades dessa empresa, voltadas à pesquisa e implantação de processo produtivo, com ênfase na geração de produtos e processos diferenciados na área de microeletrônica. A obrigação do Estado com a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D foi firmada através do Convênio SEINFRA/CEITEC S.A./CEEE-D/SCT FPE Nº 38/2009, de 25 de agosto de 2009.

g) Serviços Próprios em Curso

O valor de R\$ 3.289 (R\$ 3.515 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 657 em 01 de janeiro de 2009) refere-se principalmente à aplicação de recursos em pessoal, material e serviços utilizados na execução do serviço de transformação, fabricação e reparo de materiais. Na conclusão dos serviços os materiais são transferidos para o estoque operacional.

i) Quotas Subordinadas – FIDC

O valor de R\$ 12.150 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 12.150 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 5.300 em 01 de janeiro de 2009) refere-se à aquisição de Quotas Subordinadas do FIDC II e IV, sendo seu valor de mercado em dezembro de 2010 de R\$ 15.139.

j) Quota ESS

O valor de R\$ 13.207 em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 01 de janeiro de 2009, refere-se ao Encargo do Serviço do Sistema - ESS período Setembro/2000 a Setembro de 2002, vide nota 51.b.

14. Nota Técnica Revisão/Reajuste Tarifário

Os saldos compõem-se de:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
CVA e Itens Financeiros - Res. Homologatória nº 715/2008.....	-	-	43.755
CVA e Itens Financeiros - Res. Homologatória nº 895/2009.....	-	43.327	-
CVA e Itens Financeiros - Res. Homologatória nº 1074/2010.....	44.906	-	-
Total	44.906	43.327	43.755

Em outubro de 2010 com o pronunciamento da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Nota Técnica nº 318/2010-SRE/ANEEL, de 08 de outubro de 2010, foram homologados os valores ativos e passivos a título de CVA e Itens Financeiros.

15. Pagamentos Antecipados

O valor de R\$ 6.957 em 01 de janeiro de 2009 corresponde aos Encargos do Consumidor a Compensar – RGR.

16. Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O valor de R\$ 37.952 (R\$ 20.165 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 19.969 em 01 de janeiro de 2009) refere-se à Energia Vendida no Curto Prazo – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme nota explicativa nº 51.b.

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, em 30 de setembro de 2010 atualizou os saldos registrados nas Demonstrações Financeiras de acordo com o Despacho ANEEL 2.517 de 26 de agosto de 2010, conforme demonstrado:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Saldo Inicial	20.165	19.969	19.655
Atualização	17.710	1.148	1.141
Recebimento	77	(2)	(55)
Perdas	-	(950)	(772)
Saldo Final	37.952	20.165	19.969

17. Conta de Resultados a Compensar

O saldo de R\$ 2.064.645 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 2.064.645 em 31 de dezembro de 2009), refere-se à Ação Ordinária ingressada em março de 1993 contra a União Federal–pleiteando o reconhecimento da Conta de Resultados a Compensar – CRC, cuja decisão favorável à Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica CEEE-D transitou em julgado no âmbito do Supremo Tribunal Federal em 31 de março de 2009, caracterizando um direito não passível de questionamento.

Na referida decisão foi reconhecido o direito da Concessionária registrar como custo do serviço os valores relativos à complementação e suplementação de aposentadoria de seus empregados ex-autárquicos, com suas respectivas correções monetárias e juros moratórios dos exercícios de 1981 a 1993, para fins de ajustes na Conta de Resultados a Compensar – CRC e Reserva Nacional de Compensação e Remuneração – RENCOR.

A realização deste crédito será efetuada conforme o estabelecido na Lei Federal nº 8.631, de 4 de março de 1993, alterada pela Lei Federal nº 8.724, de 28 de outubro de 1993, ou seja, através da compensação de dívidas da Concessionária com a União, e o saldo com a autorização do Tesouro Nacional para compensação com tributos e/ou abatimento da dívida do Estado do Rio Grande do Sul.

Em virtude da desverticalização, a Lei Estadual nº 12.593/06 concedeu ao Poder Executivo a possibilidade de adquirir, pelo seu valor de face, a título oneroso, os direitos da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE ou das empresas resultantes da reestruturação de que trata esta Lei, que sejam provenientes dos saldos credores da Conta de Resultados a Compensar – CRC.

Concomitantemente ao trâmite da ação de liquidação de sentença por artigos, foi contratado perito contábil para quantificar os valores na forma prevista na Lei nº 8.631/93 (com as alterações da Lei nº 8.724/93), conforme determina Acórdão do STJ.

O trabalho pericial apresentado quantificou que o crédito em favor da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D corresponde a 60% do valor da ação, conforme definido na Proposta de Justificação de Cisão.

O processo de liquidação da sentença encontra-se em andamento no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o juízo de primeira instância, em 18 de junho de 2010, determinou a inclusão da ANEEL no pólo passivo da lide e para que considerasse no cálculo de liquidação redutor de 25% sobre os créditos da conta de resultados a compensar, medida já adotada pela Concessionária no reconhecimento do crédito em 31/12/2009. Em 28 de setembro de 2010 a 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região apreciou o mérito do agravo de instrumento interposto pelo União e decidiu pela exclusão da ANEEL como litisconsorte passivo. O processo atualmente está concluso para análise pelo Juiz.

18. Depósitos Judiciais

O valor de R\$ 32.518 (R\$ 15.959 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 13.931 em 01 de janeiro de 2009) refere-se a depósitos judiciais dos processos de natureza trabalhista e cível que não possuem perda provável. Os demais depósitos judiciais estão apresentados de forma dedutiva, retificando os saldos das Provisões para Contingências Passivas a que se referem. (Vide nota explicativa nº 34).

19. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Representam o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis, cuja dedutibilidade ocorrerá através dos pagamentos efetivos, ou da reversão dessas provisões.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% considerando o adicional de 10% e a contribuição social à alíquota de 9%.

a) Base de Cálculo dos Créditos Fiscais Diferidos

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Provisão Ex-Autárquicos (Lei 3.096/56)	580.025	593.425	569.254
Provisão para Contingências Trabalhistas	296.662	307.485	269.483
Provisão para Contingências Fiscais e Cíveis	150.715	164.548	141.283
Outras Provisões	1.586	1.553	1.538
Base de Cálculo	1.028.988	1.067.011	981.558
Alíquota Aplicável (IR e CS)	34%	34%	34%
Total do Crédito Fiscal a ser Diferido sobre Diferenças Temporárias	349.856	362.784	333.730
Parc. não realiz. no período de 5 anos, previsto na Inst. CVM 371/02	(123.821)	(136.749)	(107.695)
Saldo Contábil	226.035	226.035	226.035
 Não Circulante	 226.035	 226.035	 226.035
Imposto de Renda e Contribuição Social s/ Diferenças Temporárias	226.035	226.035	226.035

b) Estimativa de Realização dos Créditos Fiscais Diferidos

	% de Realização	R\$
Exercício de 2011.....	30,99%	70.044
Exercício de 2012.....	21,23%	47.996
Exercício de 2013	17,83%	40.293
Exercício de 2014.....	15,27%	34.524
Exercício de 2015.....	14,68%	33.178
	100,00%	226.035

A estimativa de realização dos créditos fiscais foi definida de acordo com as premissas elaboradas pela Concessionária, aprovadas pela Administração, tendo como principais premissas o crescimento médio de mercado, crescimento marginal dos custos operacionais para fazer frente ao crescimento de mercado e os custos de financiamentos já existentes. Este estudo foi atualizado com intuito de ajustar as premissas considerando o prazo de concessão.

c) Créditos Tributários sobre Prejuízos Fiscais a Compensar e Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social

Em 31 de Dezembro de 2010, a Concessionária apresentava saldos de prejuízos fiscais a compensar e base negativa de contribuição social de R\$ 240.093. Conforme a legislação vigente, o limite de compensação destes prejuízos é de 30% do lucro real apurado em cada exercício.

20. Concessão

Os bens relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo intangível líquido e ativo financeiro e estão representados como segue:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativo Intangível	440.668	438.660	421.933
Ativo Financeiro	518.880	470.973	406.749
	<u>959.548</u>	<u>909.633</u>	<u>828.682</u>

A Administração entende que o acordo de concessão atende as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, que orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos à entidades privadas.

Foram considerados como ao alcance da ICPC 01 somente aqueles ativos exclusivamente à serviço da concessão e contemplados na Base de Remuneração Regulatória da Concessionária. Os ativos administrativos e de apoio em geral, sobre os quais a Concessionária não recebe remuneração e que são considerados como integrantes da “Empresa de Referência” para fins de Revisão ou Reajuste Tarifário permanecem como ativo imobilizado ou intangível.

Com base na análise do Contrato de Concessão, a Administração entende que a indenização devida pelo Poder Concedente ao final da concessão representa um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, e que a aplicação do modelo “bifurcado” é o que melhor representa o negócio de Distribuição de Energia Elétrica, abrangendo:

a.1) a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão que deve ser classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

a.2) a parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) que deve ser classificada como ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, pelo consumo de energia pelos consumidores.

A Administração entende impraticável a aplicação retroativa da norma e a Concessionária adotou, na data de transição para a ICPC 01, os valores contábeis anteriores dos ativos financeiros e intangíveis, independente de suas classificações anteriores.

A mutação dos bens da concessão, representados pelo ativo intangível e ativo financeiro está demonstrada abaixo:

Composição e bifurcação dos saldos no balanço de abertura:

	Ativo Imobilizado	Ativo Intangível	Ativo Financeiro	Total
Saldo em 01/01/2009 da infra-estrutura				
ao alcance da ICPC 01	826.679	2.003	-	828.682
Bifurcação (aplicação ICPC 01)	(826.679)	419.930	406.749	-
Saldo em 01/01/2009 da infra-estrutura ao alcance da ICPC 01 - Reapresentado	-	421.933	406.749	828.682

A mutação dos bens da concessão, representados pelo ativo intangível da concessão e ativo financeiro indenizável está demonstrada a seguir:

Infraestrutura no Escopo da ICPC 01			
	Ativo Intangível	Ativo Financeiro Indenizável	Total
Custo			
Saldo em 01 de janeiro de 2009 - Reapresentado	1.240.760	406.749	1.647.509
Serviços de Construção e Melhorias	149.841	-	149.841
Amortização por Baixas/Desativação	(9.353)	(1.222)	(10.575)
Transferência para Ativo Financeiro	(65.446)	65.446	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009 - Reapresentado	1.315.802	470.973	1.786.775
Serviços de Construção e Melhorias	121.328	-	121.328
Amortização por Baixas/Desativação	(17.191)	(1.393)	(18.584)
Transferência para Ativo Financeiro	(49.300)	49.300	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.370.639	518.880	1.889.519
Amortização e perdas por redução do valor recuperável			
Saldo em 01 de janeiro de 2009 - Reapresentado	(818.827)	-	(818.827)
Amortização do período	(66.495)	-	(66.495)
Amortização por Baixas/Desativação	8.180	-	8.180
Saldo em 31 de dezembro de 2009 - Reapresentado	(877.142)	-	(877.142)
Amortização do período	(68.584)	-	(68.584)
Amortização por Baixas/Desativação	15.755	-	15.755
Saldo em 31 de dezembro de 2010 - Reapresentado	(929.971)	-	(929.971)
Valor contábil			
Em 1º de janeiro de 2009 - Reapresentado	421.933	406.749	828.682
Em 31 de dezembro de 2009 - Reapresentado	438.660	470.973	909.633
Em 31 de dezembro de 2010	440.668	518.880	959.548

Os bens referentes aos contratos de concessão estão constituídos em termo da natureza dos ativos que compõe:

Infraestrutura no Escopo da ICPC 01			
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Linhas, Redes, Subestações e Sistema de Transmissão Associado - Faixas de Servidão	1.897	1.845	2.003
Linhas, Redes, Subestações e Sistema de Transmissão Associado - em operação	1.819.565	1.767.768	1.659.285
(-) Depreciação Acumulada	(938.655)	(881.263)	(819.377)
(-) Obrigações Especiais	(105.116)	(100.654)	(75.157)
Amortização Acumulada Obrigações Especiais	8.684	4.121	550
Linhas, Redes, Subestações e Sistema de Transmissão Associado - em andamento	188.464	119.773	89.742
(-) Obrigações Especiais - em andamento	(15.291)	(1.957)	(28.364)
Total	959.548	909.633	828.682
Ativo Financeiro	518.880	470.973	406.749
Ativo Intangível	440.668	438.660	421.933
Total	959.548	909.633	828.682

20.1. Dos bens vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26/02/1957, os bens e instalações utilizados na distribuição e comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

20.2. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

A partir de 01/01/2007, as obrigações vinculadas passaram a ser controladas conforme determina o Despacho ANEEL nº 3.073, de 28/12/2006, e Ofícios Circulares ANEEL nº 236, nº 296 e nº 1.314, de 08/02/2007, 15/02/2007 e 27/06/2007, respectivamente. As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média de 4,41%, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (outubro de 2008).

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro indenizável.

20.3. Valor Recuperável dos Ativos da Concessão

Os ativos da concessão são examinados periodicamente para verificar se existem indicações de que eles estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

O valor contábil líquido dos correspondentes ativos é ajustado ao seu valor recuperável, determinado com base no modelo de fluxos de caixa futuros descontados, sempre que este for inferior ao valor contábil.

As revisões são efetuadas ao nível de Unidades Geradoras de Caixa, definidas por Contrato de Concessão para as quais a Concessionária consegue atribuir fluxos de caixa futuros significativamente independentes.

Para fins de análise do valor de recuperação dos ativos, são observadas todas as alterações adversas ao ambiente empresarial ou regulatório, assim como o seu desempenho, considerando as seguintes particularidades do setor de energia elétrica:

- I) As atividades desenvolvidas são suportadas por um contrato de concessão que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da Concessão;
- II) As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurado o adequado nível de eficiência e a acuracidade das informações contábeis e financeiras;
- III) Custos extraordinários e relevantes e eventuais desajustes econômicos serão objeto de revisão tarifária;
- IV) O contrato de concessão ou permissão é de longo prazo, o que viabiliza melhor planejamento das atividades;
- V) As taxas de depreciação estão em conformidade com o que determina o órgão regulador, levando em consideração a vida útil econômica e estimada dos bens;
- VI) Ao término da concessão, os bens retornarão à União, sendo a concessionária devidamente ressarcida pelo valor desses bens, determinado conforme normas específicas estabelecidas pela legislação aplicável.

A Concessionária apura anualmente o valor recuperável de suas Unidades Geradoras de Caixa e considera que não existem perdas a serem reconhecidas.

21. Bens e Direitos Destinados a Alienação

O valor de R\$ 238 (R\$ 993 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 992 em 01 de janeiro de 2009) refere-se ao valor de custo dos terrenos e edificações que se encontram sem utilização pela Concessionária e que serão alienados.

22. Ativos Biológicos

	Hortos Florestais
Saldo em 01 de janeiro de 2009	5.731
Mudança no valor justo	6.886
Saldo em 1º de janeiro de 2009 - Reapresentado	12.617
Aumento devido a novos investimentos	1.663
Mudança no valor justo	4.396
Madeira colhida e transferida para custo de construção	(4.835)
Saldo em 31 de dezembro de 2009 - Reapresentado	13.841
Aumento devido a novos investimentos	1.783
Mudança no valor justo	3.319
Madeira colhida e transferida para custo de construção	(5.044)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	13.899

O valor de R\$ 13.899 (R\$ 13.841 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 12.617 em 01 de janeiro de 2009) contempla os investimentos em hortos florestais de produção, usinas de preservação de madeira e viveiros de mudas nativas e exóticas. A Concessionária desenvolve a tecnologia aplicada, implementando florestas exóticas e estudando as suas ações e interações ecológicas no conjunto ambiental. A atividade de produção de madeira preservada compreende desde a colheita da semente do eucalipto até a fabricação e preservação dos postes utilizados nas redes elétricas.

23. Investimentos

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativos da Atividade Produção Postes	16.502	16.574	16.743
(-) Amortização Acumulada	(11.137)	(10.977)	(10.973)
	5.365	5.597	5.770
Bens de Renda	15.213	15.213	15.213
(-) Amortização Acumulada	(5.448)	(4.873)	(4.298)
Bens de Uso Futuro	3.635	3.635	3.635
	13.400	13.975	14.550
Saldos de Outros Investimentos em 31/12/2010	18.765	19.572	20.320

23.1. Atividade de Produção de Postes

O valor de R\$ 5.365 (R\$ 5.597 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 5.770 em 01 de janeiro de 2009) contempla os bens móveis e imóveis necessários à manutenção da atividade de produção de postes. Os bens estão vinculados a garantias ou penhoras em ações judiciais e parcelamentos de impostos. Essas penhoras ou garantias referem-se, conforme nota explicativa nº 34 a ações trabalhistas e cíveis. Os referidos bens não fazem parte da concessão e foram autorizados a serem vinculados a

garantias pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, conforme Ofício nº 835 SFF/ANEEL, de 26 de outubro de 2001.

23.2. Bens e Direitos para Uso Futuro no Serviço Concedido e Bens de Renda

O valor de R\$ 13.400 (R\$ 13.975 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 14.550 em 01 de janeiro de 2009) contempla imóveis destinados à futura utilização pela Concessionária, no serviço concedido e a bens mantidos para obtenção de renda.

24. Imobilizado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e acessórios	Bens em construção	Infra-Estrutura ICPC 01	Total
Custo ou custo atribuído								
Saldo em 1º de janeiro de 2009 - Reapresentado	14.056	70.806	1.595.809	35.255	6.372	73.903	(1.645.505)	150.696
Adições	-	-	-	-	-	158.794	(149.998)	8.796
Baixas	(1)	(60)	(10.842)	(394)	(146)	-	10.575	(868)
Transferências para Imobilizado em Serviço	-	166	95.014	4.603	123	(99.906)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009 - Reapresentado	14.055	70.912	1.679.981	39.464	6.349	132.791	(1.784.928)	158.624
Adições	-	-	-	-	-	126.265	(121.277)	4.988
Baixas	-	(34)	(19.463)	(754)	(287)	-	18.583	(1.955)
Transferências para Imobilizado em Serviço	-	-	73.928	114	689	(74.732)	-	(1)
Outros	-	-	-	-	-	665	-	665
Saldo em 31 de dezembro de 2010	14.055	70.878	1.734.446	38.824	6.751	184.989	(1.887.622)	162.321
Depreciação e perdas no valor recuperável								
Saldo em 1º de janeiro de 2009 - Reapresentado	-	(58.755)	(822.352)	(21.425)	(5.004)	-	817.827	(89.709)
Depreciação no período	-	(824)	(68.360)	(6.357)	(280)	-	66.495	(9.326)
Baixas	-	50	8.455	332	138	-	(8.180)	795
Outros	-	-	(136)	-	-	-	-	(136)
Saldo em 31 de dezembro de 2009 - Reapresentado	-	(59.529)	(882.393)	(27.450)	(5.146)	-	876.142	(98.376)
Depreciação no período	-	(791)	(70.782)	(5.160)	(292)	-	68.584	(8.441)
Baixas	-	34	16.335	726	272	-	(15.755)	1.612
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	(60.286)	(936.840)	(31.884)	(5.166)	-	928.971	(105.205)
Valor contábil								
Em 1º de janeiro de 2009 - Reapresentado	14.056	12.051	773.457	13.830	1.368	73.903	(827.678)	60.987
Em 31 de dezembro de 2009 - Reapresentado	14.055	11.383	797.588	12.014	1.203	132.791	(908.786)	60.248
Em 31 de dezembro de 2010	14.055	10.592	797.606	6.940	1.585	184.989	(958.651)	57.116

O Ativo Imobilizado da Concessionária é composto por bens administrativos, veículos e moveis e utensílios, que são deduzidos da Base de Remuneração Regulatória e que não foram considerados dentro do alcance da ICPC 01. Estes ativos são adquiridos prontos em sua maioria e entram em operação tão logo sejam recebidos pela empresa, portanto, na composição de seu custo histórico os valores relativos à Rateio de Custo da Administração Central ou Juros de Obra em Andamento, se existirem, são imateriais. Estes ativos da Concessionária, que não contribuem diretamente na geração de caixa, estão registrados ao custo de aquisição que no entendimento da Administração é a melhor estimativa do seu valor justo.

25. Intangíveis

	Softwares	Intangível da Concessão	Total
Custo			
Saldo em 1º de janeiro de 2009 - Reapresentado	11.592	1.240.760	1.252.352
Aquisições	797	-	797
Contratos de concessão de serviços	-	149.841	149.841
Transferência para Ativo Financeiro	-	(65.446)	(65.446)
Amortização por Baixas	-	(9.353)	(9.353)
Saldo em 31 de dezembro de 2009 - Reapresentado	12.389	1.315.802	1.328.191
Aquisições	591	-	591
Contratos de concessão de serviços	-	121.328	121.328
Transferência para Ativo Financeiro	-	(49.300)	(49.300)
Amortização por Baixas	-	(17.191)	(17.191)
Outros	154	-	154
Saldo em 31 de dezembro de 2010	13.134	1.370.639	1.383.773
Amortização e perdas por redução do valor recuperável			
Saldo em 1º de janeiro de 2009 - Reapresentado	(2.171)	(818.827)	(820.998)
Amortização do período	(120)	(66.495)	(66.615)
Amortização por Baixas	-	8.180	8.180
Saldo em 31 de dezembro de 2009 - Reapresentado	(2.291)	(877.142)	(879.433)
Amortização do período	(136)	(68.584)	(68.720)
Amortização por Baixas	-	15.755	15.755
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(2.427)	(929.971)	(932.398)
Valor contábil			
Em 1º de janeiro de 2009 - Reapresentado	9.421	421.933	431.354
Em 31 de dezembro de 2009 - Reapresentado	10.098	438.660	448.758
Em 31 de dezembro de 2010	10.707	440.668	451.375

Intangível da Concessão

É composto pelos valores dos serviços de construção e melhorias da infra-estrutura à serviço da concessão, liquidados de amortização, e que serão recebidos pela Concessionária através da cobrança dos usuários do serviço na tarifa de energia elétrica.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Concessionária amortiza o ativo intangível de uma forma não linear, respeitando a vida útil definida pelo órgão regulador para cada bem integrante da infraestrutura ao alcance da ICPC 01. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro, pois será recuperado através de indenização.

Software

São licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares. Tais itens são amortizados linearmente.

26. Revisão Tarifária

De acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 81, assinado em 25 de outubro de 1999 com o Poder Concedente, a Companhia

Estadual de Energia Elétrica - CEEE realizou sua primeira Revisão Tarifária Periódica – RTP em outubro de 2004 e a segunda em outubro de 2008.

A segunda RTP foi realizada conforme critérios e metodologias aplicáveis ao Segundo Ciclo de Revisões Tarifárias das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica, de acordo com a proposta apresentada na Audiência Pública nº 052/2007, ocorrida em 05 de março de 2008.

A Concessionária teve um índice de reposição provisório de 2,49%, sendo 0,65% relativos ao reposicionamento tarifário e 1,84% relativos aos componentes financeiros externos a RTP, com vigência a partir de 25 de outubro de 2008. A metodologia utilizada e os resultados da segunda RTP da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D estão apresentados na Nota Técnica nº 315/2008 – SRE/ANEEL, de 15 de outubro de 2008 e homologado provisoriamente através da Resolução Homologatória nº 715, de 21/10/2008 em virtude das seguintes componentes:

- Perdas de Energia;
- Custos Operacionais Eficientes e
- Perdas de Receita Irrecuperáveis.

Nos termos da Resolução Normativa nº 234, de 31 de outubro de 2006 ficou estabelecido o valor do componente Xe em 1,23%, a ser aplicado como redutor na Parcela B nos reajustes tarifários subsequentes.

Conforme o item 212 da Nota Técnica nº 315/2008-SRE/ANEEL, os resultados serão ajustados no ano de 2009 em função da definição das metodologias para estas variáveis, submetidas ao processo de Audiência Pública AP/52/2006, cujo resultado foi estabelecido através da Resolução Normativa ANEEL nº 338, de 25 de novembro de 2008 e as seguintes Notas Técnicas:

- NT 292/2008 - SRE/ANEEL - Metodologia de Análise de Projeção de Mercado;
- NT 340/2008 - SRE/ANEEL - Metodologia de Cálculo do Fator X;
- NT 342/2008 - SRE/ANEEL - Metodologia de Tratamento Regulatório para Perdas Não Técnicas de Energia Elétrica;
- NT 343/2008 - SRE/ANEEL - Metodologia de Cálculo dos Custos Operacionais (Detalhamento do Modelo de Empresa de Referência);
- NT 346/2008 - SRE/ANEEL - Aprimoramentos da Resolução nº 234/2006 - Adequações de texto;
- NT 352/2008 - SRE/ANEEL - Aperfeiçoamento da Metodologia de Cálculo do Fator X a ser aplicado no 2º Ciclo de RTP (especificamente quanto ao mecanismo de avaliação dos investimentos previstos) e
- NT 547/2008 - SRE/ANEEL - Metodologia e Critérios Gerais para definição da BRR.

O resultado definitivo da Revisão Tarifária Periódica foi homologado através da Resolução Homologatória 881/2009 e Nota Técnica 320/2009, datada de 15/09/2009. A ANEEL decidiu aplicar um reposicionamento tarifário de -0,39% a ser aplicado nas tarifas de fornecimento de energia elétrica e nas tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), ao invés do reposicionamento de 0,65% definido preliminarmente. Para o componente Xe do Fator X foi definido um índice de 0% a ser considerado nos reajustes de 2008 até 2012. Inicialmente, a Agência havia decidido por um índice de 1,23%. Os investimentos considerados no período chegaram a R\$ 598 milhões. Além disso, definiu-se para as perdas técnicas um índice de 6,07% e para as perdas não-técnicas de 8,83%.

a) Reajuste Tarifário Anual

Em 2006 as tarifas de fornecimento de energia elétrica da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 380, de 18 de outubro de 2006, foram reajustadas a partir de 25 de outubro de 2006, em média -0,08%, sendo 6,96% relativo ao reajuste contratual (econômico) e -7,04% referente aos componentes financeiros. O item que mais contribuiu para a formação do índice financeiro foi a devolução da RTE, no montante de R\$ 113.470

mil, que representou no índice o percentual de -7,13%. Este assunto encontra-se detalhado na Nota Técnica nº 256/2006-SRE/ANEEL, de 6 de outubro de 2006.

Em 2007, através da Resolução Homologatória nº 555, de 23 de outubro, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL homologou o reajuste tarifário de 0,45% com vigência, a partir do dia 25 de outubro. Com a elevação da tarifa e o fim do desconto de 7,55% nas contas dos clientes nos últimos 12 meses, os consumidores de baixa tensão tiveram um acréscimo de 7,02% e os de alta tensão 8,38%.

Para 2008, o resultado provisório da RTP disposto pela Resolução Homologatória nº 715, de 21 de outubro, reajustou as tarifas em 2,49%, sendo 0,65% relativos ao reposicionamento tarifário e 1,84% referentes aos componentes financeiros externos a RTP. Em decorrência da retirada da base tarifária de um componente financeiro de -1,40%, que havia sido adicionado no reajuste anual de 2007, o consumidor irá perceber no período de 25 de outubro de 2008 a 24 de outubro de 2009, uma variação média de 3,89%, sendo o efeito de 1,90% para a baixa tensão e 7,45% para a alta tensão.

Em 2009, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 895 de 20 de outubro de 2009 aprovou o reajuste tarifário anual da Concessionária, cujo os novos valores das tarifas de energia dos consumidores pertencentes à área de concessão da distribuidora vigorarão a partir do dia 25/10/2009 e terão em média um reajuste negativo de -0,28%, que em cada grupo de consumidores terá um impacto diferenciado. A classe industrial terá o índice positivo mais elevado (1,14%), enquanto que nas tarifas para o grupo Baixa Tensão, incidirá o maior reajuste negativo (-0,76%).

No que compreende o impacto do reajuste tarifário para a Concessionária o reposicionamento do IRT (Índice de Reajuste Tarifário) Econômico – composto pelos custos não gerenciáveis, tais como encargos e tributos, custos de transporte e compra de energia e pelos custos gerenciáveis, tais como remuneração de capital, custos operacionais e reposição de ativos, foi na ordem de 0,22%. Já o IRT Financeiro, composto de itens como subsídios Baixa Renda, Cooperativas, Irrigantes e Consumidores Livres, mais variação da parcela A – CVA, dentre outros foi de 2,61%, gerando um reajuste tarifário de 2,83% para a receita da Concessionária.

Em 2010 foi concedido reajuste pela ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1074/2010, de 6,97% em média, sendo 7,16% relativo ao reajuste tarifário anual e -0,19% referente aos componentes financeiros pertinentes, para o consumidor cativo o efeito médio foi de 4,10%. A tarifa contemplada no reajuste tarifário vigorará do período de 25 de outubro de 2010 a 24 de outubro de 2011.

b) Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE:

Com base na Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, convertida na Lei nº 10.438, em 26 de abril de 2002 e na Resolução ANEEL nº 90, de 18 de fevereiro de 2002, as concessionárias de distribuição de energia elétrica passaram a ter condições de recuperar as perdas financeiras ocorridas entre um reajuste tarifário e outro de itens da “Parcela A” (custos não gerenciáveis) entre o período de 01 de janeiro a 25 de outubro de 2001, acrescidas da respectiva remuneração financeira (taxa de juros SELIC).

Esses custos seriam recompostos com base no aumento tarifário extraordinário, todavia condicionado à adesão ao Acordo Geral do Setor Elétrico, proposto pelo Governo Federal, e ainda a declaração de desistência e renúncia de ações judiciais contra o órgão regulador relativas ao Programa Emergencial de Redução de Consumo de Energia Elétrica – PERCEE e à Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE.

A Concessionária optou em registrar estas diferenças em 31 de dezembro de 2001 após adesão ao Acordo Geral do Setor Elétrico.

Através da Resolução nº 482, de 29 de agosto de 2002, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL homologou o montante de R\$ 56.829 mil relativos a “Parcela A” para a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D. Esse valor a preços de 25 de outubro de 2001 e, através da Resolução nº 484 de mesma data, a Agência estabeleceu o prazo máximo de 18 meses, a partir de outubro de 2002, de permanência da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE nas tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Todavia, face à discordância do órgão regulador no tocante ao procedimento adotado pela Companhia quanto ao Acordo Geral do Setor Elétrico, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 242, de 18 de outubro de 2006, em seu art. 7º, fixou o montante de R\$ 86.551 a ser devolvido aos consumidores a partir de 1º de dezembro de 2004, caso a Concessionária não efetivasse a desistência de determinadas ações judiciais, que, aos olhos do poder concedente eram inerentes ao Acordo Geral do Setor Elétrico.

Irresignada com a posição do Órgão Regulador, a Companhia ajuizou, em 25 de Novembro de 2004, ação ordinária buscando a antecipação da tutela para que a ANEEL se abstivesse de realizar o referido desconto.

Não obstante a liminar deferida, na revisão tarifária havida em 2006, nos termos da Resolução Homologatória nº 380/2006, a agência estabeleceu que todo o valor concernente a RTE fosse devolvido aos consumidores, perfazendo R\$ 113.470, o que significou uma redução de 7,31% na tarifa de 2006. A realização deste valor deu-se no reajuste de outubro de 2007.

A Companhia segue pleiteando seu direito sobre esses valores junto ao poder judiciário, ainda sem decisão transitada em julgado.

27. Fornecedores

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Encargos de Uso da Rede	22.842	23.780	24.110
Energia Elétrica Comprada para Revenda	115.128	91.345	112.890
Materiais e Serviços	25.847	24.182	41.305
Energia de Curto Prazo - CCEE (vide nota explicativa nº 51.b)	22.640	10.100	24.548
Retenção Contratual	5.164	3.028	1.538
Total	191.621	152.435	204.391

28. Folha de Pagamento – Retenções

O valor de R\$ 15.009 (R\$ 13.905 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 11.594 em 01 de janeiro de 2009) refere-se à folha de pagamento, consignações em favor de terceiros (diversas Entidades de Classe, como a Associação dos Funcionários das Companhias e Empresas de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul - AFCEEE, Sindicato dos Eletricistas do Rio Grande do Sul - SENERGISUL e a Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE) e tributos e contribuições sociais retidos na fonte.

29. Tributos e Contribuições Sociais

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante			
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	21.264	16.486	15.260
Contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	4.756	4.474	2.782
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	23.809	9.174	14.802
Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS / PASEP	5.169	1.993	1.555
Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.868	1.798	1.250
Parcelamento ICMS.....	745	-	-
Outros	1.097	918	697
Total	58.708	34.843	36.346
Não Circulante			
Parcelamento ICMS.....	435	-	-
Total	435	-	-

29.1. Parcelamento de ICMS

Refere-se ao parcelamento proveniente do Auto de Lançamento nº 0013036904, lavrado pela Fazenda Estadual, em função do aproveitamento indevido de créditos do ICMS por parte do contribuinte. A Concessionária vinha discutindo a matéria no âmbito administrativo, culminando a lide no poder judiciário, todavia, considerando a publicação do Decreto Estadual nº 47.301, de 18/06/2010, norma que instituiu o Programa de Ajuste da Dívida do ICMS, no Estado do Rio Grande do Sul – AJUSTAR/RS, em agosto de 2010, o contribuinte optou por inserir esse contingente no referido parcelamento, gozando das prerrogativas inerentes ao abatimento de multa e juros ofertadas pelo AJUSTAR/RS. O valor devido na data de adesão era de R\$ 2.118, sendo que os descontos auferidos montaram R\$ 628, restando um saldo remanescente de R\$ 1.490 parcelado em 24 vezes, e que vem sendo quitado na proporção de seus vencimentos, sendo o valor de cada parcela atualizado mensalmente pela taxa SELIC, já tendo 05 parcelas liquidadas.

30. Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações

Os saldos compõem-se de:

30.a. Empréstimos e Financiamentos

C R E D O R	B A S E D O C O N T R A T O						F I N A L I D A D E	2010				2009				2008			
	I N D E X A D O R	P e r c e n t u a l M é d i o d o s F i x o s a . a .	P R E S T A Ç Ã O	V E N C I M E N T O		G A R A N T I A		P R A Z O S D E V E N C I M E N T O S				P R A Z O S D E V E N C I M E N T O S				P R A Z O S D E V E N C I M E N T O S			
				I n i c i o	T é r m i n o			P R I N C I P A L		E N C A R G O S	T O T A L	P R I N C I P A L		E N C A R G O S	T O T A L	P R I N C I P A L		E N C A R G O S	T O T A L
								C I R C U L A N T E	N Ã O C I R C U L A N T E			C I R C U L A N T E	N Ã O C I R C U L A N T E			C I R C U L A N T E	N Ã O C I R C U L A N T E		
MOEDA NACIONAL																			
ELETOBRÁS	TJLP	4%	M	30.11.06	30.05.10	01	Investimento	-	-	-	-	7.932	-	-	7.932	17.725	7.937	-	25.662
ELETOBRÁS	RGR	5% a 7,5%	M	30.11.06	31.12.21	01	Investimento	7.255	62.802	298	70.355	2.054	18.847	-	20.901	671	15.892	-	16.563
BANCO DO BRASIL - LEASING	CDI	4%	M	30.11.06	01.12.11	01	Leasing de Veículos	1.198	-	-	1.198	1.054	976	1	2.031	976	1.789	1	2.766
BANCO MÁXIMA	IPCA	9,55%	M	30.12.09	25.12.15	02	Investimento	24.353	97.781	-	122.134	1.750	115.484	-	117.234	-	-	-	-
SANTANDER	CDI/CETIP	1,79%	M	11.12.07	11.12.11	03	Capital de Giro	7.500	-	-	7.500	7.500	7.500	-	15.000	7.500	15.000	-	22.500
SANTANDER	CDI/CETIP	3,39%	M	03.08.11	23.07.15	03	Capital de Giro	5.308	45.649	-	50.957	-	-	-	-	-	-	-	-
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	CDI/CETIP	1,45%	M	16.05.08	16.05.11	03	Capital de Giro	8.333	-	-	8.333	20.000	8.333	-	28.333	20.000	28.333	-	48.333
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	CDI	3,41%	M	30.07.09	30.07.16	02	Capital de Giro	16.000	57.333	-	73.333	6.667	73.333	-	80.000	-	-	-	-
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	CDI	3,04%	M	30.06.10	30.06.14	03	Investimento/Capital de Giro	12.500	87.500	-	100.000	-	-	-	-	-	-	-	-
CONSUMIDORES	-	-	-	-	-	-	Outros	4.533	2.520	-	7.053	3.266	68	-	3.334	5.298	874	-	6.172
TOTAL MOEDA NACIONAL								86.980	353.585	298	440.863	50.224	224.541	1	274.765	52.170	69.825	1	121.996
TOTAL LÍQUIDO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS								86.980	353.585	298	440.863	50.224	224.541	1	274.765	52.170	69.825	1	121.996
CÓDIGOS DAS GARANTIAS E/OU FIANÇAS						PRESTAÇÃO													
01 - Procuração para Acesso em Conta Corrente						M - MENSAL													
02 - Percentual da Tarifa de Fornecimento de Energia																			
03 - Penhor de Duplicatas																			

30.b. Outras Captações

C R E D O R	B A S E D O C O N T R A T O						F I N A L I D A D E	2010				2009				2008			
	I N D E X A D O R	P e r c e n t u a l M é d i o d o s E n c a r g o s F i x o s a . a .	P R E S T A Ç Ã O	V E N C I M E N T O		G A R A N T I A		P R A Z O S D E V E N C I M E N T O S				P R A Z O S D E V E N C I M E N T O S				P R A Z O S D E V E N C I M E N T O S			
				I n í c i o	T é r m i n o			P R I N C I P A L		E N C A R G O S	T O T A L	P R I N C I P A L		E N C A R G O S	T O T A L	P R I N C I P A L		E N C A R G O S	T O T A L
								C I R C U L A N T E	N Ã O C I R C U L A N T E			C I R C U L A N T E	N Ã O C I R C U L A N T E			C I R C U L A N T E	N Ã O C I R C U L A N T E		
M O E D A N A C I O N A L																			
FUNDO INVEST. DIREITOS CRED. - FIDC II	CDI	1%	M	03.01.07	10.01.12	02	Investimento	31.746	427	-	32.173	30.410	27.645	-	58.055	27.879	50.584	-	78.463
FUNDO INVEST. DIREITOS CRED. - FIDC IV	IPCA	9,88%	M	08.07.09	15.07.15	02	Investimento	27.227	95.330	-	122.557	25.201	102.945	-	128.146	-	-	-	-
T O T A L M O E D A N A C I O N A L																			
T O T A L D E E M P R É S T I M O S , F I N A N C I A M E N T O S E O U T R A S C A P T A Ç Õ E S																			
C Ó D I G O S D A S G A R A N T I A S E / O U F I A N Ç A S																			
02 - Percentual da Tarifa de Fornecimento de Energia																			
P R E S T A Ç Ã O																			
M - MENSAL																			

30.c. A Concessionária efetuou a estruturação de captação de recursos através de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios -FIDC II, iniciada em 2006, tendo como Administrador o Banco Pactual Serviços Financeiros S.A. - DTVM e Agente de Recebimento do Fundo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - BANRISUL; a Agência de Classificação de Risco foi a Standard & Poor's e o Custodiante é o Banco Itaú S.A.. A operação foi lastreada em recebíveis de distribuição (créditos originários da operação comercial), no valor total de R\$ 105.300, onde R\$ 100.000 referiram-se a quotas sênior (investidores) e o saldo de R\$ 5.300 relativos a quotas subordinadas (tomadora). A liquidação financeira (ingresso dos recursos) ocorreu em janeiro de 2007. As contas a receber são repassadas ao Fundo no momento do faturamento, até o limite da parcela mensal.

Em 2008 a Concessionária iniciou uma segunda estruturação de captação de recursos através de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC IV. A disponibilização do referido fundo ocorreu em 08 de julho de 2009 e a entrega dos Direitos de Crédito pela Cedente será realizada mensalmente, durante 72 meses.

A operação foi lastreada em recebíveis de distribuição (créditos originários da operação comercial) no valor total de R\$ 136.850, no qual R\$ 130.000 referiram-se a quotas sênior (investidores) e o saldo de R\$ 6.850 referiram-se a quotas subordinadas (tomadora).

30.d.Cronograma das Parcelas de Longo Prazo

As parcelas de Longo Prazo dos Empréstimos e Financiamentos vencem como segue:

PRINCIPAL			
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
2010	-	-	63.188
2011	-	52.942	45.364
2012	92.861	74.981	5.144
2013	127.769	76.126	1.929
2014	133.234	80.137	1.698
2015	61.022	62.703	1.488
2016	3.231	6.771	1.455
Após 2016	31.225	1.471	143
	<u>449.342</u>	<u>355.131</u>	<u>120.409</u>

30.e. Composição do Saldo da Dívida por Indexador

Demonstrativo de Composição do Saldo da Dívida por Moeda/Indexador:

INDEXADOR			
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
TJLP	-	-	6,59%
RGR	13,98%	5,31%	13,20%
CDI	42,49%	33,17%	79,48%
IPCA	42,98%	61,51%	-
Outros	0,56%	0,02%	0,73%
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

30.f. Leasing Financeiro

A Concessionária arrenda a maioria de seus veículos. Esses ativos são classificados como *leasings* financeiros, tendo em vista que todos os riscos e recompensas são transferidos substancialmente para a CEEE-D.

Os pagamentos de *leasing* futuros vencem como segue:

	Pagamentos de Leasing Mínimos	Juros	Valor Presente
Em 31 de dezembro de 2010.....	977	7	970
Antes de completar um ano.....	1.262	3	1.259
	<u>2.239</u>	<u>10</u>	<u>2.229</u>

	Pagamentos de <i>Leasing</i> Mínimos	Juros	Valor Presente
Em 31 de dezembro de 2009.....	973	12	961
Antes de completar um ano.....	977	7	970
Mais de um ano e menos de cinco anos.....	1.262	3	1.259
	3.212	22	3.190

	Pagamentos de <i>Leasing</i> Mínimos	Juros	Valor Presente
Em 01 de janeiro de 2009.....	869	15	854
Antes de completar um ano.....	973	12	961
Mais de um ano e menos de cinco anos.....	2.239	10	2.229
	4.081	37	4.044

O valor presente de pagamentos de *leasings* futuros é analisado como:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Passivo Circulante.....	1.198	1.054	977
Passivo Não Circulante.....	-	976	1.789
	1.198	2.030	2.766

30.g. Custos de Transação

Dos empréstimos relacionados o montante dos custos de transação incorridos no processo de captação junto ao Banco Máxima, compõe-se conforme abaixo:

	Ano de Captação	Custo de Transação	TIR
Banco Máxima.....	2009	2.766	7,57%

O montante dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente é demonstrado a seguir:

	Banco Máxima
2011.....	594
2012.....	382
2013.....	299
2014.....	433
2015.....	840
	2.548

31. Benefícios Pós-Emprego

A Concessionária é patrocinadora de dois planos de benefícios administrados pela Fundação ELETROCEEE denominados Plano Único e CEEEPREV. Mantém a obrigação do pagamento de aposentadoria a empregados ex-autárquicos, bem como de complementação de aposentadoria a ex-empregados desligados por aposentadoria incentivada.

Os saldos compõem-se de:

Circulante	Nota Explicativa	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP		3.607	5.859	7.892
Contribuição Patrocinadora - ELETROCEEE	46.d.I	4.379	3.981	4.177
Fundação ELETROCEEE Contr.1254/95 Benef. Empregados	46.d.I	19.723	16.329	18.075
Provisão para Complementação Aposentadoria				
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA		80.776	81.512	76.367
		<u>108.485</u>	<u>107.681</u>	<u>106.511</u>
Não Circulante				
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP		629	3.083	4.072
Fundação ELETROCEEE Contr.1254/95 Benef. Empregados	46.d.I	114.040	123.829	134.553
Provisão para Complementação Aposentadoria				
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA		499.249	511.913	492.887
Ajuste Deliberação CVM 600/09 - Planos de Benefícios				
- CEEEPREV e PLANO ÚNICO		-	-	(2.564)
		<u>613.918</u>	<u>638.825</u>	<u>628.948</u>

31.a. Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP

Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a Concessionária é responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação ELETROCEEE e que ainda não tenha cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado será definitivamente aposentado pela Fundação. Desta forma, a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a estas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento destes benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação.

31.b. Contribuição Patrocinadora – ELETROCEEE

A Contribuição Patrocinadora - ELETROCEEE refere-se às contribuições mensais da Patrocinadora relativas aos Planos de Benefícios denominados Plano Único e CEEEPREV e a Parcela de Reserva Amortizar CEEEPREV.

31.b.1. Plano de Benefício Definido

Trata-se de compromissos junto à Fundação ELETROCEEE do Plano de Benefício Definido denominado Plano Único.

31.b.2. Plano de Benefício de Contribuição Definida

O Plano CEEEPREV foi implantado em outubro de 2002 com a migração de 59% dos empregados participantes do Plano Único, tendo sido aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC em 08 de agosto de 2002. Para os participantes que migraram do Plano Único para o Plano CEEEPREV foram preservados os benefícios com direitos já acumulados no plano de origem de forma saldada.

31.b.3. Fundação ELETROCEEE Contrato 1254 – Benefício aos Empregados

No total da obrigação atuarial está contemplado o montante do contrato com a ELETROCEEE nº SF 1254/95, referente ao contrato de confissão de dívida por contribuições não pagas, cuja renegociação foi efetuada em agosto 2003 de acordo com seu quinto termo aditivo cuja carência foi até dezembro 2004, tendo o reinício dos pagamentos das amortizações de principal a partir de janeiro 2005, sendo seu término previsto para 31 de julho de 2018.

31.b.4. Provisão para Complementação Aposentadoria Ex-Autárquicos–Lei Estadual nº 3.096/56

Esta provisão refere-se ao compromisso da Concessionária com empregados ex-autárquicos aposentados, remanescentes da antiga Comissão Estadual de Energia Elétrica, autarquia que foi sucedida pela Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, por força da Lei Estadual nº 4.136/61, e posteriormente pela Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, registrado conforme cálculo atuarial.

Na forma preconizada pela CVM nº 600, de 07/10/2009 que aprovou o Pronunciamento CPC 33 – Benefícios a Empregados são apresentadas a seguir as informações sobre os Planos de benefícios, compromissos previdenciais e sobre a política contábil adotada.

31.c. Política Contábil adotada pela Patrocinadora no Reconhecimento de Ganhos e Perdas Atuariais

- Plano de Benefício denominado Plano Único, Compromissos Previdenciais CTP e Ex-Autárquicos – O valor do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais corresponderá à parcela de ganho ou perda que exceda o maior entre 10% do Valor Presente da Obrigação Atuarial e 10% do Valor Justo dos Ativos do Plano, conforme item 92 da Deliberação CVM 600/09.
- Plano de Benefício denominado CEEEPREV – Neste plano, o risco atuarial (benefícios menores que o esperado) e o risco de investimentos (ativos investidos e rendimento desses ativos serem insuficientes para cobrir os benefícios esperados) são dos participantes do plano.

A contabilização dos custos normais do CEEEPREV, pela Concessionária é determinada pelos valores das contribuições de cada período que ocorridos efetivamente, não existindo, assim, ganho ou perda atuarial. Dessa forma o reconhecimento é efetuado com base nas contribuições efetivamente realizadas no exercício.

Com relação ao custo do serviço passado, esse é reconhecido pelo método de linha reta, como uma despesa, pelo período de amortização da Provisão a Constituir junto ao Plano CEEEPREV. Quanto ao reconhecimento do ganho ou perda atuarial com relação a esse compromisso de serviço passado, esse (a) será totalmente reconhecido (a) no exercício.

De acordo com as práticas contábeis anteriores, prevista na Deliberação CVM 371/00, as perdas atuariais acumuladas que se situavam dentro do limite de 10% do valor presente da obrigação de benefícios definidos (corredor) não vinham sendo reconhecidas no resultado da Concessionária. As perdas excedentes ao limite do corredor vinham sendo reconhecidas no resultado durante o tempo médio remanescente de vida dos participantes do Plano de Benefício. Este procedimento não foi modificado pela nova prática contábil estabelecida no CPC 33. Entretanto, conforme isenção prevista no CPC 37 R1 (Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), a Companhia optou pelo não reconhecimento, no seu balanço de abertura (01/01/2009), das perdas ou ganhos atuariais não registrados no passivo, em contrapartida da conta de lucros acumulados, no patrimônio líquido. A Companhia optou por manter abordagem do corredor acima mencionado para o reconhecimento no seu resultado dos ganhos e perdas atuariais apurados a partir da data da primeira adoção.

31.d. Descrição da base utilizada para determinar a taxa esperada de retorno dos Ativos dos planos CEEEPREV e Plano Único

A taxa de juros real considerada para o Plano é de 6,00% ao ano (não considerando a inflação), como definido pelo cálculo atuarial do plano, a partir de 31/12/2009. Nos últimos nove anos, a taxa média real anual de retorno sobre os ativos do plano foi 8,47% a.a., mas conforme determinado pela legislação brasileira para fundos de pensões, a taxa de juros máxima para as projeções atuariais é de 6,00% ao ano mais a inflação, portanto a taxa de juros projetada total para o Plano é de 11,71% ao ano.

Na avaliação atuarial dos planos CEEEPREV e Plano Único, foi adotado o método de crédito unitário projetado.

31.e. Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço

Baseada no resultado da avaliação atuarial conduzida sob a responsabilidade de atuários independentes, a Concessionária registrou provisão para contribuição adicional ao fundo de pensão. O custo do serviço passado do CEEEPREV no montante de R\$ 147.088 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 160.665 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 174.242 em 01 de janeiro de 2009) está sendo reconhecido na CEEE-D no tempo remanescente de serviço dos empregados, estimado em 11 anos, conforme item 96 da Deliberação CVM 600/09.

A conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço está abaixo demonstrada como segue:

CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL	31/12/2010					31/12/2009				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(792.432)	(9.520)	(665.001)	(719.826)	(2.186.779)	(791.423)	(17.174)	(666.254)	(833.135)	(2.307.986)
Custo do serviço corrente	(678)	-	-	(11.309)	(11.987)	(652)	-	-	(10.705)	(11.357)
Custo de juros	(91.659)	(632)	(73.890)	(18.432)	(184.613)	(104.373)	(1.514)	(84.940)	7.892	(182.936)
Ganho / (Perda) atuarial	(40.665)	224	(17.415)	(95.422)	(153.278)	52.458	1.139	(4.950)	76.354	125.001
Benefícios pagos pelo plano	62.139	5.338	92.366	42.010	201.853	51.558	8.029	91.144	39.767	190.498
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(863.295)	(4.590)	(663.940)	(802.979)	(2.334.804)	(792.432)	(9.520)	(665.001)	(719.826)	(2.186.780)
Valor presente da parte CEEEPREV CD (Contribuição Definida)	-	-	-	(100.350)	(100.350)	-	-	-	(76.354)	(76.354)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(863.295)	(4.590)	(663.940)	(903.330)	(2.435.154)	(792.432)	(9.520)	(665.001)	(796.180)	(2.263.134)

ANÁLISE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL DO PLANO	31/12/2010					31/12/2009				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Parcela do valor presente da obrigação atuarial com cobertura	(688.013)	-	-	(724.427)	(1.412.440)	(686.002)	-	-	(579.596)	(1.265.598)
Parcela do valor presente da obrigação atuarial sem cobertura	(175.282)	(4.590)	(663.940)	(78.552)	(922.364)	(106.430)	(9.520)	(665.001)	(140.230)	(921.181)
Total do valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(863.295)	(4.590)	(663.940)	(802.979)	(2.334.804)	(792.432)	(9.520)	(665.001)	(719.826)	(2.186.779)
Estatuto do Plano	Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto		Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto	

31.e. Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço (Continuação)

CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS	31/12/2010					31/12/2009				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	686.002	-	-	579.597	1.265.599	825.605	-	-	591.221	1.416.826
Retorno esperado dos ativos do plano	80.974	-	-	-	80.974	111.077	-	-	(974)	110.103
Ganhos / (Perdas) atuariais	(51.397)	-	-	138.681	87.284	(232.065)	-	-	(19.138)	(251.203)
Contribuições do empregador	33.371	5.338	92.366	42.505	173.580	31.488	8.029	91.144	42.902	173.563
Contribuições de participantes do plano	1.201	-	-	5.654	6.855	1.455	-	-	5.353	6.808
Benefícios pagos pelo plano	(62.139)	(5.338)	(92.366)	(42.010)	(201.853)	(51.558)	(8.029)	(91.144)	(39.767)	(190.498)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	688.012	-	-	724.427	1.412.439	686.002	-	-	579.597	1.265.599

CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS RECONHECIDOS NO BALANÇO	31/12/2010					31/12/2009				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura / (em excesso)	175.282	4.590	663.939	78.552	922.363	106.430	9.520	665.001	140.230	921.181
Montante não reconhecido como ativo / (passivo)	(87.641)	-	-	-	(87.641)	(53.215)	-	-	-	(53.215)
Custo do serviço passado não contabilizado	-	-	-	(147.088)	(147.088)	-	-	-	(160.665)	(160.665)
Ganho (perda) atuarial não reconhecidos	(147.230)	(354)	(83.915)	43.260	(188.239)	(140.924)	(578)	(71.576)	-	(213.078)
Passivo Atuarial	(59.589)	4.236	580.024	(25.276)	499.395	(87.709)	8.942	593.425	(20.435)	494.223
Ajuste do Passivo Atuarial (*)	136.794	-	-	86.214	223.008	168.173	-	-	84.110	252.283
Passivo reconhecido na patrocinadora	77.205	4.236	580.024	60.938	722.403	80.464	8.942	593.425	63.675	746.506

(*) O ajuste do passivo atuarial refere-se ao complemento do valor apresentado na avaliação atuarial visando contemplar no mínimo o passivo assumido pela Companhia através do contrato ELETROCEEE nº SF 1254/95 e a Contribuição da Patrocinadora conforme nota explicativa 31.b.

MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO (ATIVO) LÍQUIDO RECONHECIDO NO BALANÇO	2010					2009				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
(Passivo) Ativo reconhecido no início do exercício	87.709	(8.942)	(593.425)	20.435	(494.223)	(21.592)	(11.965)	(569.255)	(10.455)	(613.267)
Pagamentos para o plano líquido de administração	33.372	5.338	92.367	42.505	173.582	31.488	8.029	91.144	42.902	173.563
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(61.491)	(632)	(78.966)	(37.664)	(178.753)	77.813	(5.006)	(115.314)	(12.012)	(54.519)
(Passivo) Ativo reconhecido no final do exercício	59.590	(4.236)	(580.024)	25.276	(499.394)	87.709	(8.942)	(593.425)	20.435	(494.223)

31.e. Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço (Continuação)

COMPOSIÇÃO DA DESPESA DO EXERCÍCIO	2010 - Real					2011 - Estimada				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Custo do serviço corrente	(678)	-	-	(11.309)	(11.987)	(409)	-	-	(11.918)	(12.327)
Contribuições dos participantes	1.201	-	-	5.654	6.855	-	-	-	5.959	5.959
Custo de juros	(91.659)	(632)	(73.890)	(18.432)	(184.613)	(48.643)	(373)	(72.069)	(92.760)	(213.845)
Retorno esperado dos ativos dos plano	80.974	-	-	-	80.974	39.437	-	-	42.467	81.904
Amortização de (ganhos) / perdas atuariais	(51.329)	-	(5.075)	(13.577)	(69.981)	(104.066)	-	(17.521)	-	(121.587)
Amortização de serviço passado	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.577)	(13.577)
Total da despesa do exercício	(61.491)	(632)	(78.965)	(37.664)	(178.752)	(113.681)	(373)	(89.590)	(69.829)	(273.473)
Administração do Plano	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.122)	(1.122)
Parte CEEEPREV CD (Contribuição Definida)	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.308)	(9.308)
Total da (despesa) / receita no exercício	(61.491)	(632)	(78.965)	(37.664)	(178.752)	(113.681)	(373)	(89.590)	(80.259)	(283.903)
Montante de pagamentos esperados pela companhia no exercício seguinte										
Normais	-	-	-	-	-	14.209	5.626	97.345	10.950	128.130
Extraordinários	-	-	-	-	-	20.961	-	-	27.595	48.556
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	1.123	1.123
Total dos pagamentos esperados para o Plano	-	-	-	-	-	35.170	5.626	97.345	39.668	177.809

31.e. Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço (Continuação)

Montantes do:	Plano Único				CEEEPREV BD			
	2007	2008	2009	2010	2007	2008	2009	2010
Valor presente da obrigação atuarial do plano	715.475	791.423	792.432	863.295	758.724	775.918	719.826	802.979
Valor justo dos ativos do plano	671.466	825.605	686.002	688.013	731.877	591.221	579.596	724.427
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(44.009)	34.182	(106.430)	(175.282)	(26.847)	(184.697)	(140.230)	(78.552)
Ajustes de experiência resultantes								
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	10,0%	-6,8%	6,6%	-4,7%	10%	3,4%	10,6%	-11,9%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	-2,0%	12,9%	-33,8%	-7,5%	-2%	-39,8%	-3,3%	19,1%

Montantes do:	EXA				CTP			
	2007	2008	2009	2010	2007	2008	2009	2010
Valor presente da obrigação atuarial do plano	652.778	666.254	665.000	663.940	23.889	17.174	9.520	4.590
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(652.778)	(666.254)	(665.000)	(663.940)	(23.889)	(17.174)	(9.520)	(4.590)
Ajustes de experiência resultantes								
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	-10,6%	-4,8%	-0,7%	-2,6%	7,4%	-16,4%	12,0%	4,9%

CATEGORIAS DOS ATIVOS DO PLANO	2010	
	Plano Único	CEEEPREV
Títulos públicos	36,62%	49,80%
Créditos privados e depósitos - outras companhias	11,50%	10,58%
Créditos privados e depósitos - patrocinadores	2,14%	2,91%
Renda variável - outras companhias	17,91%	24,36%
Fundos de Investimentos	28,56%	5,06%
Investimentos imobiliários	1,01%	1,38%
Empréstimos e financiamentos	2,27%	5,91%
Total em percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%

RETORNO ANUAL DOS ATIVOS	2010	
	Plano Único	CEEEPREV
Retorno real anual dos ativos do plano	11,71%	11,71%

MONTANTE INCLUIDOS NO VALOR JUSTOS DOS ATIVOS DO PLANO	2010	
	Plano Único	
Em instrumentos financeiros da própria companhia	0,13%	

31.f. Hipóteses e Premissas Atuariais Adotadas para os Cálculos

PREMISSAS ATUARIAIS ADOADAS	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD
Taxa para desconto da obrigação atuarial	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Taxa de juros totais do retorno dos investimentos	11,71%	-	-	11,71%
Crescimento Salarial	5,39%	-	-	5,39%
Tabua de Mortalidade Geral	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83
Tábua de Mortalidade dos Inválidos	AT-49	-	-	AT-49
Tábua de Entrada em Invalidez	Light-Média	-	-	Light-Média
Rotatividade	Nula	-	-	Nula
Idade de Aposentadoria - Aposentadoria Normal	-	-	-	60 anos
Idade de Aposentadoria - Benefício Saldado	55 anos*	-	-	55 anos*
Taxa de Inflação	5,39%	5,39%	5,39%	5,39%

* O profissional deverá se aposentar pelo INSS

32. Obrigações Estimadas

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Provisão para Férias, 13 ^o Salário, Gratificações e Encargos Sociais ...	32.588	21.270	18.920
Retenção de Remuneração	-	-	507
Prêmio Assiduidade	271	270	183
Total	32.859	21.540	19.610

33. Encargos do Consumidor a Recolher

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Reserva Global de Reversão - RGR	911	1.255	1.067
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	17.484	1.426	19.565
Conta de Desenvolvimento Energético - Quota da CDE	5.974	5.696	4.922
Total	24.369	8.377	25.554

33.a. Reserva Global de Reversão - RGR

A Reserva Global de Reversão – RGR, criada através da Lei nº 8.631, de 04 de março de 1993, tem a finalidade de prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica.

33.b. Conta de Consumo de Combustíveis - CCC

A Conta de Consumo de Combustíveis - CCC foi criada para subsidiar a geração de energia elétrica com o uso de combustíveis fósseis, disciplina o rateio dos custos de aquisição desses combustíveis entre todas as concessionárias ou autorizadas do país, para garantir os recursos financeiros ao suprimento de energia elétrica a consumidores de localidades isoladas do sistema de geração e distribuição, bem como da geração termelétrica que atende, principalmente, a demanda de ponta dos sistemas interligados, com tarifas uniformizadas.

33.c. Conta de Desenvolvimento Energético – Quotas da CDE

Através da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, no artigo 13 foi criada a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE visando além do desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e

carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, a promoção da universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional, devendo seus recursos observar as vinculações e limites previstos em Lei.

34. Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributários

As provisões e contas a pagar reconhecidas para contingências passivas, líquidas dos depósitos judiciais correspondentes, estão compostas como segue:

Circulante	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Provisão para Contingências Trabalhistas	110.262	87.245	81.019
Provisão para Contingências Cíveis	72.218	60.492	47.526
Total	182.480	147.737	128.545
Não Circulante			
Provisão para Contingências Trabalhistas	186.400	220.240	231.675
Provisão para Contingências Cíveis	78.439	103.998	90.312
Contas a Pagar para Contingências Cíveis	6.650	6.781	24.609
Provisão para Contingências Tributárias	58	58	3.445
(-) Depósitos Judiciais - Contingências Trabalhistas e Cíveis	(97.701)	(96.086)	(91.731)
Total	173.846	234.991	258.310

Provisão para Contingências				
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Saldo Inicial 01/01/2009	247.078	136.332	3.445	386.855
(+) Novos Ingressos	55.047	56.439	-	111.486
(-) Pagamentos	(61.409)	(29.964)	-	(91.373)
(-) Montantes Revertidos	(38.400)	(37.429)	(3.387)	(79.216)
(+) Atualização Monetária	39.553	19.778	-	59.331
(-) Montantes Depositados	(3.833)	4.567	-	734
(-) Atualização dos Depósitos	(3.720)	(1.369)	-	(5.089)
(=) Saldo Final 31/12/2009	234.316	148.354	58	382.728
(+) Novos Ingressos	68.738	74.009	-	142.747
(-) Pagamentos	(68.915)	(42.828)	-	(111.743)
(-) Montantes Revertidos	(49.399)	(67.705)	-	(117.104)
(+) Atualização Monetária	38.755	22.563	-	61.318
(-) Montantes Depositados	(3.448)	(2.092)	-	(5.540)
(-) Atualização dos Depósitos	4.382	(462)	-	3.920
(=) Saldo Final 31/12/2010	224.429	131.839	58	356.326

34.a. Provisão para Contingências Trabalhistas

A Concessionária vem permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos, com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi realizada uma análise criteriosa das chances de êxito da Concessionária envolvendo processos trabalhistas, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e aos efeitos financeiros das contingências foram determinadas com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo. As ações ingressadas contra a Concessionária referem-se à verbas rescisórias, responsabilidade subsidiária, complementação de proventos de aposentadoria,

responsabilidade solidária, vínculo empregatício, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, correto enquadramento e prêmio assiduidade e outras.

34.b. Provisão para Contingências Cíveis

A Concessionária está sendo citada em diversos processos judiciais de natureza cível para os quais foi registrada provisão dos valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável pelos seus assessores jurídicos, em uma análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra a Concessionária referem-se à convênios de devolução, corte/religação de energia, danos morais e materiais, revisão de consumo de energia, sustação de cobrança, honorários advocatícios, contrato de compra e venda de energia, desapropriação, revisão de contratos e encargo de capacidade emergencial e outras.

34.c. Provisão para Contingências Tributárias

O valor de R\$ 58, decorre de provisão referente ao auto de lançamento nº 036/2005, lavrado pela Prefeitura de Alvorada em razão de suposto não recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, inerente ao compartilhamento de infra-estrutura, o qual foi impugnado administrativamente pela Concessionária.

A CEEE-D obteve êxito na ação judicial de Compensação de Créditos derivados da demanda do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural – FUNRURAL, processo judicial Nº 98.00.26268-7. Assim, no exercício de 2006, o contribuinte efetuou o reconhecimento do crédito no valor de R\$ 10.812, referente aos pagamentos indevidos do período de setembro de 1989 a junho de 1991. Até o final do exercício de 2007 a Concessionária compensou o montante do crédito, todavia, em dezembro de 2007, o contribuinte recebeu Notificação de Lançamento de Débito oriundo da Fiscalização previdenciária do INSS referente aos valores compensados a título de FUNRURAL. A Concessionária vem discutindo no âmbito administrativo essa matéria, cujo valor da cobrança perfaz atualmente cerca de R\$ 5.628 e, segundo parecer da área jurídica, o desfecho negativo é considerado como possível.

No que tange ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS a CEEE-D possui contenciosos administrativos que se relacionam, em síntese, a um eventual recolhimento a menor do referido tributo, esses contingentes perfazem cerca de R\$ 11.882 e conforme parecer jurídico a causa de desfecho negativo destas demandas é considerada possível.

35. Valores Destinados à Aplicação em Recursos PEE / P&D

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante			
Recursos PEE	41.728	40.948	25.466
Recursos P&D	35.511	29.670	23.965
Recursos FNDCT	594	557	4.529
Recursos MME	297	278	2.264
Total	78.130	71.453	56.224
Não Circulante			
Recursos PEE	9.977	8.517	12.260
Recursos P&D	3.597	3.409	5.220
Total	13.574	11.926	17.480

O PEE e o P&D são programas de investimentos, estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, calculados com base na receita operacional líquida das empresas, que resultam em economias e benefícios diretos para o consumidor, com ações implementadas nas instalações da unidade consumidora.

Aos Programas de Eficiência Energética - PEE e de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, a Concessionária destina anualmente, no mínimo, 1% da receita operacional líquida, sendo 0,50% destinados ao P&D e 0,50% ao PEE.

Dos valores destinados ao P&D, 40% são aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, 40% são recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, e 20% ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A composição dos saldos passivos dos respectivos programas são os seguintes:

Circulante	PEE			P&D		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
PEE	27.664	21.093	8.125	-	-	-
P&D	-	-	-	24.740	21.910	19.119
Atualização Monetária do Saldo Pendente	14.064	19.855	17.341	10.771	7.760	4.846
Total	41.728	40.948	25.466	35.511	29.670	23.965

Não Circulante						
PEE	8.648	8.217	11.322	-	-	-
P&D	-	-	-	3.459	3.287	4.818
Atualização Monetária do Saldo Pendente	1.329	300	938	138	122	402
Total	9.977	8.517	12.260	3.597	3.409	5.220

36. Outros Passivos

Os saldos compõem-se de:

Circulante	Nota Explicativa	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Encargo de Capacidade Emergencial		1.610	1.628	1.971
Contribuição para Custeio Serviço de Iluminação Pública - CIP		4.139	3.878	3.504
Programa de Participação nos Resultados - PPR		5.228	5.228	5.134
Provisão Auto de Infração		5.446	20.660	4.481
Conta Gráfica	46.b.I	1.997	2.105	-
Consumidores		15.669	9.291	9.825
Acordo Judicial		-	4.200	-
Outros Credores		9.968	5.908	5.642
Total		44.057	52.898	30.557

Não Circulante				
Contrato de Mútuo	46.b.I	-	37.980	-
Prêmio Assiduidade		1.586	1.553	1.538
Provisão Auto de Infração		35.903	5.609	-
Outros Credores		2.088	2.339	458
Total		39.577	47.481	1.996

36.a. Provisão Auto de Infração

O valor de R\$ 5.446 (R\$ 20.660 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 4.481 em 01 de janeiro de 2009) refere-se ao Auto de Infração nº 04/2005 que tem por objeto a aplicação de penalidade à Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D quanto aos pedidos de ressarcimento de danos em equipamentos elétricos causados por perturbação no sistema elétrico. O valor de R\$ 35.903 (R\$ 5.609 em 31 de dezembro de 2009), registrado no Passivo não Circulante, refere-se principalmente aos Autos de Infração pelo descumprimento, por parte da Concessionária, das metas dos indicadores de continuidade DEC e FEC (2006, 2007 e 2008).

36.b. Conta Gráfica

O valor de R\$ 1.997 (R\$ 2.105 em 31 de dezembro de 2009) é composto pelos saldos dos contratos de compartilhamento das atividades de Tecnologia da Informação e de atividades de Telecomunicações entre a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT.

36.c. Consumidores

O valor de R\$ 15.669 (R\$ 9.291 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 9.825 em 01 de janeiro de 2009) refere-se aos créditos devido ao consumidor relativo a pagamento em duplicidade ou faturamento a maior.

36.d. Acordo Judicial

O valor de R\$ 4.200 (31 de dezembro de 2009) refere-se a acordo judicial celebrado entre a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D e a Ivaí Engenharia de Obras S/A.

36.e. Contrato de Mútuo

Em 29 de outubro de 2008, através do Despacho nº 3.984, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL anuiu a operação de mútuo entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT (mutuante) e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D (mutuária) no valor de R\$ 50.000, com regramento contratual de devolução em 12 parcelas mensais, a partir de agosto de 2009 e juros com base no CDI. O Contrato de Mútuo entre as partes foi celebrado em 31 de janeiro de 2009 e o montante disponibilizado em 12 de março de 2009.

Posteriormente, em 23 de março de 2009, através do Despacho nº 1.045, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL anuiu nova operação de mútuo entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT (mutuante) e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D (mutuária) no valor de R\$ 50.000 sob os mesmos regramentos do Contrato de Mútuo em vigência. O Contrato de Mútuo entre as partes foi celebrado em 25 de março de 2009, bem como o montante disponibilizado na mesma data.

Em 09 de julho de 2009, a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D (mutuária) pagou o saldo atualizado de R\$ 51.399, líquido de impostos, por meio de quitação antecipada, referente ao contrato de mútuo celebrado em 25 de março de 2009, quitado em 2010.

37. Nota Técnica Revisão/Reajuste Tarifário

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CVA e Itens Financeiros - Res. Homologatória nº 715/2008.....			33.108
CVA e Itens Financeiros - Res. Homologatória nº 895/2009.....	-	24.578	-
CVA e Itens Financeiros - Res. Homologatória nº 1074/2010.....	59.514	-	-
Total	59.514	24.578	33.108

Em outubro de 2010 com o pronunciamento da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Nota Técnica nº 318/2010-SRE/ANEEL, de 08 de outubro de 2010, foram homologados os valores ativos e passivos a título de CVA e Itens Financeiros.

38. Patrimônio Líquido

38.a. Capital Social

Os acionistas aprovaram, em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 02 de outubro de 2009, o grupamento da totalidade das ações representativas do capital social da Concessionária, na proporção de 1000 (mil) ações para 1 (uma) ação da mesma espécie, nos termos do Art.12 da Lei nº 6.404/76, passando o capital social a ser representado por 387.229.828 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 380.669.270 ações ordinárias e 6.560.558 ações preferenciais, sem direito a voto, permanecendo inalterado o valor do capital social da Concessionária no montante de R\$ 23.703, com a seguinte composição:

	31/12/2010					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CEEE-PAR	255.232.851	67,04	43.495	0,67	255.276.346	65,92
ELETROBRÁS	122.681.434	32,23	3.505.584	53,43	126.187.018	32,59
Municípios	1.327.238	0,35	2.036.684	31,04	3.363.922	0,87
BM&Fbovespa S.A	1.400.904	0,37	906.932	13,82	2.307.836	0,60
Outros	26.843	0,01	67.863	1,04	94.706	0,02
	<u>380.669.270</u>	<u>100,00</u>	<u>6.560.558</u>	<u>100,00</u>	<u>387.229.828</u>	<u>100,00</u>

	31/12/2009					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CEEE-PAR	255.232.851	67,04	43.495	0,67	255.276.346	65,92
ELETROBRÁS	122.681.434	32,23	3.505.584	53,43	126.187.018	32,59
Municípios	1.327.238	0,35	2.036.684	31,04	3.363.922	0,87
BM&Fbovespa S.A	1.400.335	0,37	906.413	13,82	2.306.748	0,60
Outros	27.412	0,01	68.382	1,04	95.794	0,02
	<u>380.669.270</u>	<u>100,00</u>	<u>6.560.558</u>	<u>100,00</u>	<u>387.229.828</u>	<u>100,00</u>

38.b. Reserva de Incentivos Fiscais

A Administração da Concessionária propôs a constituição da Reserva de Incentivos Fiscais em atendimento ao art. 195 e art.195 – A da Lei nº 6404/76, no valor de R\$ 1.905.718 correspondente à Conta de Resultados a Compensar - CRC contabilizada no resultado do exercício de 2009 no montante de R\$ 2.064.645, e posteriormente transferida para Reserva de Incentivos Fiscais até o limite do lucro líquido do exercício.

Considerando que a reserva constituída é inferior às subvenções registradas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a parcela de R\$ 158.927 deverá ser complementada a partir dos resultados futuros até o montante de R\$ 2.064.645, conforme determina o § 3º do art. 18 da Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009.

38.c. Ajuste de Exercícios Anteriores

No exercício de 2010 foi realizado ajuste no Patrimônio Líquido referente a Conta de Variação de Itens da Parcela A no montante de R\$ 7.982, a apropriação dos Custos de Transação dos Empréstimos e Financiamentos no montante de R\$ 2.766 e o reconhecimento do valor justo dos ativos referentes aos hortos de produção no montante de R\$ 9.709, conforme nota explicativa nº 6.5

O montante de Reserva de incentivos Fiscais foi ajustado para R\$ 1.926.175 e reclassificado no exercício de 2009 para fins de comparabilidade.

	Capital Social	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva de Lucros	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido Total
	23.703	1.905.718	7.781	(210.826)	1.726.376
Ajuste de Exercícios Anteriores:					
Desreconhecimento de Ativos e Passivos Regulatórios	-	7.982	-	-	7.982
Custos de Transação - CPC 08	-	2.766	-	-	2.766
Ativos Biológicos	-	9.709	-	-	9.709
Absorção de Reserva de Lucros	-	-	(7.781)	7.781	-
Total	23.703	1.926.175	-	(203.045)	1.746.833

39. Lucro por Ação

O numerador utilizado para cálculo do lucro básico e diluído foi o lucro líquido após os tributos.

Os saldos compõem-se de:

39.a. Básico

	31/12/2010		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador Básico			
Prejuízo/Lucro Líquido	(207.254)	(3.572)	(210.826)
Denominados Básico			
Média das Ações	380.669.270	6.560.558	387.229.828
Prejuízo/Lucro Básico por Ação - R\$	<u>(0,54)</u>	<u>(0,54)</u>	<u>(0,54)</u>
	31/12/2009		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador Básico			
Prejuízo/Lucro Líquido	1.900.152	32.748	1.932.900
Denominados Básico			
Média das Ações	380.669.270	6.560.558	387.229.828
Prejuízo/Lucro Básico por Ação - R\$	<u>4,99</u>	<u>4,99</u>	<u>4,99</u>

39.b. Diluído

	31/12/2010	31/12/2009
Numerador Diluído		
Prejuízo/Lucro Líquido disponível para as ações ordinárias.....	(207.254)	1.900.152
Prejuízo/Lucro Líquido disponível para as ações preferenciais.....	(3.572)	32.748
	<u>(210.826)</u>	<u>1.932.900</u>
Denominados Diluído		
Ações Ordinárias	380.669.270	380.669.270
Ações Preferenciais	6.560.558	6.560.558
	<u>387.229.828</u>	<u>387.229.828</u>
Prejuízo/Lucro Diluído por Ação - R\$	<u>(0,54)</u>	<u>4,99</u>

40. Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Líquida possui a seguinte composição:

	31/12/2010	31/12/2009
Receita Bruta		
Fornecimento de Energia Elétrica	1.043.176	983.320
Disponibilização do Sistema de Distribuição	1.522.526	1.424.236
Energia Elétrica de Curto Prazo	8.210	920
Receita de Construção	121.328	149.841
Outros Receitas Operacionais	7.187	61.354
	<u>2.702.427</u>	<u>2.619.671</u>
Deduções da Receita		
ICMS	(571.487)	(540.838)
PASEP	(22.681)	(21.308)
COFINS	(104.469)	(98.148)
Quota RGR	(7.837)	(14.131)
Outros Encargos	(7.054)	(962)
Encargos do Consumidor - P&D / MME / FNDCT / PEE	(17.298)	(16.435)
Subvenções CCC	(78.376)	(58.854)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(71.686)	(68.347)
	<u>(880.888)</u>	<u>(819.023)</u>
Receita Operacional Líquida	<u>1.821.539</u>	<u>1.800.648</u>

40.a. Fornecimento de Energia Elétrica

Os saldos compõem-se de:

	Número de Consumidores (*)		Fornecimento MWh (*)	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Residencial	1.246.791	1.223.506	2.314.466	2.432.406
Industrial	12.444	11.865	1.690.331	1.414.721
Comercial	116.753	113.445	2.009.606	1.862.154
Rural	82.209	81.760	605.637	494.883
Poder Público	6.754	6.586	279.306	277.707
Outros	918	902	477.624	428.673
	<u>1.465.869</u>	<u>1.438.064</u>	<u>7.376.970</u>	<u>6.910.544</u>

	Fornecimento R\$		Disponibilização do Sistema de Distribuição R\$	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Residencial	375.646	364.189	682.917	642.475
Industrial	224.252	203.165	186.587	164.242
Comercial	308.786	301.079	432.776	406.661
Rural	42.963	38.492	59.286	55.051
Poder Público	39.105	39.025	62.257	61.545
Outros	52.424	37.370	98.723	94.262
	<u>1.043.176</u>	<u>983.320</u>	<u>1.522.546</u>	<u>1.424.236</u>

(*) Dados não passíveis de exame pelo Auditor Independente.

A rubrica Outros refere-se principalmente ao fornecimento e disponibilização do sistema de distribuição ao Serviço Público e a Iluminação Pública.

40.b Serviços de Construção e Melhorias

Os serviços de construção e melhorias que representam potencial de geração de receita adicional são integralmente registrados como ativo intangível em sua fase de construção e tem sua parcela correspondente ao ativo financeiro transferida somente quando for possível apurar com segurança os valores de intangível e financeiro. Esta bifurcação acontece na entrada em operação dos novos investimentos por um processo chamado "unitização". Na composição dos custos dos serviços de construção e melhorias estão incluídos os materiais e serviços utilizados, além dos custos de

gerenciamento, supervisão e acompanhamento de obras. Os serviços de construção e melhorias são executados em sua maioria por empresas terceirizadas, a Concessionária entende ser imaterial um eventual valor de margem de construção.

Valores dos serviços de construção e melhorias:

	31/12/2010	31/12/2009 Reapresentado
Serviços de Construção e Melhoria	139.122	148.932
(-) Adição Obrigações Especiais	(17.794)	909
Margem de Construção	-	-
Total dos Serviços de Construção e Melhorias	<u>121.328</u>	<u>149.841</u>

41. Custo com Energia Elétrica

41.a. Energia Elétrica Comprada para Revenda

Os saldos compõem-se de:

SUPRIMENTO MWh (*)	31/12/2010	31/12/2009
AES Uruguiana	-	162.790
Itaipu	1.867.455	1.968.354
CGTEE	326.809	572.857
ENERCAN	209.685	210.432
CHESF	832.163	756.685
Comercialização de Energia na CCEE	451.927	814.996
COPEL	290.182	290.182
CERAN	465.161	454.644
CESP	376.991	331.593
ELETRONORTE	562.532	364.777
DUKE PARANAPANEMA	116.781	116.781
FURNAS	1.030.542	949.355
PROINFA	201.564	177.783
Outras	847.220	890.140
	<u>7.579.012</u>	<u>8.061.369</u>
 SUPRIMENTO R\$	 31/12/2010	 31/12/2009
AES Uruguiana	-	22.846
Itaipu	173.966	200.608
CGTEE	32.742	45.624
ENERCAN	24.467	24.350
CHESF	64.020	54.081
Comercialização de Energia na CCEE	160.392	119.644
COPEL	23.309	22.327
CERAN	69.589	66.994
CESP	34.338	27.015
ELETRONORTE	51.144	30.194
DUKE PARANAPANEMA	10.264	9.832
FURNAS	88.895	74.620
PROINFA	34.892	30.460
Outras	130.199	119.601
	<u>898.217</u>	<u>848.196</u>

(*) Dados não passíveis de exame pelo Auditor Independente.

42. Custos e Despesas Operacionais por Natureza

Os saldos compõem-se de:

CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos	139.119	106.356	-	-	53.799	40.847	3.268	7.714	196.186	154.917
Cláusula 25	-	-	-	-	-	-	688	5.006	688	5.006
Fundação ELETROCEEE - Ativos e Suplementados ..	25.639	30.489	-	-	-	-	5.749	4.341	31.388	34.830
INSS - Empregador	52.827	39.003	-	-	-	-	29	52	52.856	39.055
Administradores (vide N.E. 46.c)	27	75	-	-	801	457	13	-	841	532
Subtotal Pessoal / Administradores	217.612	175.923	-	-	54.600	41.304	9.747	17.113	281.959	234.340
Empr. Fund. ELETROCEEE - SF 1254 (vide N.E. 31.c) ..	19.897	18.865	-	-	-	-	-	-	19.897	18.865
Total Pessoal e Administradores	237.509	194.788	-	-	54.600	41.304	9.747	17.113	301.856	253.205
Material	20.582	14.761	-	-	1.366	1.105	13	148	21.961	16.014
Serviço de Terceiros	75.542	57.798	10.584	9.725	9.762	11.407	11.215	9.866	107.103	88.796
Taxa de Fiscalização - ANEEL	-	-	-	-	-	-	3.837	3.453	3.837	3.453
Depreciação e Amortização	6.834	7.874	-	-	1.743	1.572	575	575	9.152	10.021
Custo de Construção *vide NE 40.b)	121.328	149.841	-	-	-	-	-	-	121.328	149.841
Amortização do Intangível da Concessão	70.020	67.668	-	-	-	-	-	-	70.020	67.668
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	-	-	-	74	24	74	24
Arrendamento e Aluguéis	3.732	904	-	-	(257)	(255)	1.141	1.134	4.616	1.783
Seguros	40	-	-	-	153	90	-	-	193	90
Tributos	494	553	-	-	800	757	1.388	3	2.682	1.313
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	18.917	25.030	-	-	-	-	18.917	25.030
Provisão para Contingências Trabalhistas	-	-	-	-	-	-	74.607	65.472	74.607	65.472
Provisão para Contingências Cíveis	-	-	-	-	-	-	39.295	49.349	39.295	49.349
Provisão para Contingências Fiscais	-	-	-	-	-	-	-	(3.387)	-	(3.387)
Autos de Infração e Notificações	-	-	-	-	-	-	24.429	5.609	24.429	5.609
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	(1.121)	(1.842)	(1.121)	(1.842)
Provisão Ex-Autárquicos	-	-	-	-	-	-	78.927	115.051	78.927	115.051
Fundação ELETROCEEE - Ex-Autárquicos	-	-	-	-	-	-	3.255	4.324	3.255	4.324
Parcelamento de Multa DEC/FEC	-	-	-	-	-	-	-	15.111	-	15.111
Quitação Parcelamento Contingências Cíveis	-	-	-	-	-	-	-	16.024	-	16.024
Outros	9.264	10.005	-	-	5.665	5.524	12.772	7.140	27.701	22.669
TOTAL	545.345	504.192	29.501	34.755	73.832	61.504	260.154	305.167	908.832	905.618

43. Outras Receitas e Despesas

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2010	31/12/2009
OUTRAS RECEITAS		
Ganho nas Alienações e Outros Ganhos	7.040	10.231
Conta de Resultados a Compensar - CRC	-	2.064.645
Outras	1.985	9.829
	<u>9.025</u>	<u>2.084.705</u>
OUTRAS DESPESAS		
Perdas na Alien. e Desat. de Bens e Direitos	(3.275)	(1.988)
Provisão para Desvalorz./Valoriz. de Outros Investimentos	(206)	(224)
Outras	(2.704)	(9.857)
	<u>(6.185)</u>	<u>(12.069)</u>

43.a. Conta de Resultados a Compensar

O valor de R\$ 2.064.645 em 31 de dezembro de 2009 refere-se ao reconhecimento dos créditos da Subvenção Governamental para Investimento - Conta de Resultados a Compensar – CRC, decorrentes das compensações realizadas na forma da Lei nº 8.631/93 (com alterações pela Lei nº 8.724/93).

O CPC - 07 que trata da Subvenção e Assistência Governamentais, aprovado pela Deliberação CVM nº 555 de 12 de novembro de 2008, determina que as doações e subvenções governamentais devam ser registradas em conta de Resultado do Exercício (receitas).

Por proposta da Administração da Concessionária, foi constituída a Reserva de Incentivos Fiscais, em atendimento ao art. 195 da Lei nº 6404/76, do valor referente à CRC.

De acordo com o art. 18 da Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2007, os valores relativos à subvenção governamental devem ser mantidos em Reserva para Incentivos Fiscais, não estando sujeitos a tributação e não integram a base de cálculo do dividendo obrigatório. (Vide nota explicativa nº 17 e 38.b).

44. Receita/Despesa Financeira

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2010	31/12/2009
RECEITA FINANCEIRA		
Renda de Aplicações Financeiras	6.242	5.747
Acréscimo Moratório - Energia Vendida	38.083	37.765
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	1.311	5.089
Receitas Financeiras com Parcelamentos	18.297	10.766
Variação Monetária - Energia Comprada	5.122	21.264
Atualização Monetária - Energia Livre - Despacho ANEEL nº 2.517	17.709	-
Outras Receitas Financeiras	16.064	5.713
	<u>102.828</u>	<u>86.344</u>
DESPESA FINANCEIRA		
Encargos de Dívidas	(21.296)	(9.221)
Despesas Financeiras de PEE/P&D/PLT	(4.550)	(6.160)
Variação Monetária - Empréstimos e Financiamentos	(47.074)	(24.005)
Variação Monetária - Energia Comprada	(3.511)	(3.699)
Penalidades ANEEL - Contrato de Concessão	(15.357)	-
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	(5.232)	-
Correção Monetária e Juros	(17.616)	(14.541)
Outras Despesas Financeiras	(8.540)	(6.000)
	<u>(123.176)</u>	<u>(63.626)</u>
RECEITA/DESPESA FINANCEIRA	<u>(20.348)</u>	<u>22.718</u>

45. Imposto de Renda e Contribuição Social

Reconciliação da despesa com imposto de renda - IRPJ e contribuição social – CSLL divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

Os saldos compõem-se de:

	31/12/10		31/12/09	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo/Lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL	(210.826)	(210.826)	1.932.900	1.932.900
Ajustes Decorrentes do RTT	20.148	20.148	(28.446)	(28.446)
Prejuízo/Lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL após ajustes decorrentes do RTT.....	(190.678)	(190.678)	1.904.454	1.904.454
Efeito líquido de provisões temporárias não dedutíveis constituídas/realizadas no exercício	19.977	19.977	(1.970.912)	(1.970.912)
Despesas não dedutíveis e outras adições permanentes.....	633	633	606	606
Receitas não tributáveis e outras exclusões permanentes.....	0	0	0	0
Lucro real e base de cálculo da contribuição social antes das compensações.....	(170.068)	(170.068)	(65.852) #	(65.852)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social.....	-	-	-	-
Lucro real e base de cálculo da contribuição social após as compensações	(170.068)	(170.068)	(65.852)	(65.852)
Alíquota aplicável	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	-	-	-	-

46. Transações com Partes Relacionadas

Foram realizadas transações com partes relacionadas incluindo compra e venda de energia elétrica e transações de financiamento, sendo que a energia elétrica vendida é baseada em tarifas aprovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em condições de similaridade com o praticado no mercado.

(a) Controladora

A Concessionária é controlada diretamente pela Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-Par visto que esta participa com 65,92% de seu capital social. Porém, a Concessionária é controlada indiretamente pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que participa com 100% do capital da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-Par.

O montante transacionado com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul foi de:

CONTAS PATRIMONIAIS	Nota Explicativa	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
ATIVO CIRCULANTE				
SIAC / BANRISUL	7	12.098	84.535	4.988
Parcelamento - Venda de Energia Elétrica	8	-	13.778	-
Cedência de Funcionários	13	172	136	48
Convênio SEINFRA/CEITEC	13	-	637	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
SIAC Especial / BANRISUL	7	2.148	18.936	22.161
CEEE - SIAC BANRISUL	7	2.435	3.779	3.437
Parcelamento - Venda de Energia Elétrica	8	4.768	4.768	24.546
Parcelamento - FAMURS	8	17.178	17.178	13.363
Total a Receber		38.799	143.747	68.543

CONTAS DE RESULTADO	31/12/2010	31/12/2009
Receitas Operacionais/Venda de Energia Elétrica	34.658	34.409
Receitas Financeiras/Rendimentos SIAC	5.871	5.405
Total	40.529	39.814

(b) Entidades com controle conjunto ou influência significativa sobre a entidade

A Concessionária recebe influência significativa da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e da Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRÁS.

I) A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT é uma Sociedade Anônima que possui controlador comum com a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, ou seja, é controlada pela Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-Par.

O montante transacionado com a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT foi como segue:

CONTAS PATRIMONIAIS	Nota Explicativa	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
ATIVO CIRCULANTE				
Cedência de Funcionários	13	201	118	56
Conta Gráfica	13	-	-	1.115
Total a receber		201	118	1.171
PASSIVO CIRCULANTE				
Conta Gráfica	36	1.997	2.105	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Contrato de Mútuo	36	-	37.980	-
Total a Pagar		1.997	40.085	-
CONTAS DE RESULTADO		31/12/2010	31/12/2009	
Despesas Operacionais		(48.904)	(58.552)	
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(5.356)	(8.876)	
Encargo de Uso do Sistema		(43.548)	(49.676)	
Despesas Financeiras		(1.653)	(392)	
Conta Gráfica.....		(293)	(160)	
Contrato de Mútuo.....		(1.360)	(232)	
Total		(50.557)	(58.944)	

A Conta Gráfica é composta pelos saldos dos contratos de Compartilhamento das Atividades de Aplicação dos Recursos de Tecnologia da Informação (Ressarcimento de CTI) e Compartilhamento de Atividades e das Infraestruturas de Rede Elétrica e de Telecomunicações, Desenvolvimento, Implantação, Operação e Manutenção de Sistemas de Informação e Sistemas de Telecomunicações (TELECOM). O contrato de Ressarcimento de CTI estipula o pagamento por parte da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT de 25% dos custos apurados na CTI, sendo corrigido pela variação do IGPM, havendo a possibilidade de seus termos serem revistos em qualquer tempo em vista de necessidade de estabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do objeto contratado. O contrato TELECOM estipula o equilíbrio entre os compromissos assumidos quando houver contrapartida financeira, não podendo gerar crédito financeiro para as partes. Nestes contratos não são exigidas garantias, bem como não são constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa.

As operações de Energia Elétrica Comprada para Revenda e Encargo de Uso do Sistema são realizadas em conformidade com as tarifas aprovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, sendo realizadas em condições de similaridade com o praticado no mercado.

II) A ELETROBRÁS participa com 32,59% do capital social da Concessionária, participando nas decisões financeiras e operacionais desta.

O montante transacionado com a ELETROBRÁS foi de:

CONTAS PATRIMONIAIS	Nota Explicativa	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
ATIVO CIRCULANTE				
Programa RELUZ	13	9.670	2.183	1.484
Empréstimo Compulsório ELETROBRÁS	13	-	-	3.286
Cedência de Funcionários	13	112	107	97
Subvenção ELETROBRÁS CDE - PLT	13	-	3.438	23.361
Total a Receber		9.782	5.728	28.228
PASSIVO CIRCULANTE				
Empréstimos	30	7.553	9.986	18.396
Total a Pagar		7.553	9.986	18.396
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos	30	62.802	18.847	23.829
Total a Pagar		62.802	18.847	23.829
CONTAS DE RESULTADO		31/12/2010	31/12/2009	
Despesas Financeiras		(3.559)	(2.465)	
Empréstimos		(3.559)	(2.465)	
Total		(3.559)	(2.465)	

Os valores transacionados com a ELETROBRÁS são provenientes de diversos empréstimos, vide nota explicativa 30.a, sendo obtidos a taxas inferiores as do mercado.

(c) Pessoal chave da administração da entidade ou da respectiva controladora

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D considera como pessoal-chave da administração seus Diretores e os Membros dos Conselhos Fiscal e de Administração. O montante gasto com remuneração, encargos e benefícios dos Administradores em dezembro de 2010 foi de R\$ 1.175 (R\$ 532 em 31 de dezembro de 2009).

A Concessionária possui diretores empregados e não-empregados.

A remuneração dos Diretores empregados é composta por salário ou honorários mais a verba de representação, sendo que os custos dos Diretores estão contabilizados na rubrica de Pessoal conforme Plano de Contas da ANEEL.

A remuneração dos Diretores não-empregados com vínculo empregatício em outro órgão é composta do seu salário integral (reembolsado pela Concessionária ao órgão de origem) mais a verba de representação.

A remuneração dos Diretores não-empregados sem vínculo empregatício em outro órgão é composta de honorários mais a verba de representação.

REMUNERAÇÃO / BENEFÍCIOS / ENCARGOS	2010	2009
Conselho de Administração	316	192
Conselho Fiscal	146	76
Verba de Representação	117	145
Honorário Diretor não Empregado	81	43
Encargos	181	76
Subtotal	841	532
Diretores Empregados	334	-
Total	1.175	532

(d) Outras partes relacionadas

I) Fundação ELETROCEEE

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D proporciona a seus funcionários a opção de se associarem a um plano de benefícios pós-emprego, sendo que para os funcionários admitidos na Concessionária até o ano de 2002 foi oferecida a participação no plano de benefício definido denominado Plano Único o qual, atualmente, está em extinção. Após 2002 o plano de benefícios oferecido é o CEEEPREV, que se caracteriza por ser um plano de contribuição definida. Os saldos existentes relacionados com a Fundação ELETROCEEE são os seguintes:

CONTAS PATRIMONIAIS	Nota Explicativa	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
ATIVO CIRCULANTE				
Cedência de Funcionários	13	93	116	134
Total a Receber		93	116	134
PASSIVO CIRCULANTE				
Contribuição Patrocinadora - Fundação ELETROCEEE	31	4.379	3.981	4.177
Empréstimo Fundação ELETROCEEE Contrato. 1254 ...	31	19.723	16.329	18.075
Total a Pagar		24.102	20.310	22.252
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Empréstimo	31	114.040	123.829	134.553
Total a Pagar		138.142	144.139	156.805
CONTAS DE RESULTADO		31/12/2010	31/12/2009	
Despesas Operacionais - Pessoal		(54.540)	(58.019)	
Contribuição Patrocinadora - Fundação ELETROCEEE	42	(31.388)	(34.830)	
Empréstimo Fundação ELETROCEEE Contrato. 1254 ...	42	(19.897)	(18.865)	
Fundação ELETROCEEE - Ex-Autárquicos		(3.255)	(4.324)	
Total		(54.540)	(58.019)	

II) Empresas controladas pelo Estado do Rio Grande do Sul

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D também fornece energia para as empresas que possuem como acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul, entretanto, são caracterizados como contratos de adesão, com cláusulas uniformes a todos os contratantes, conforme tarifas estipuladas pela respectiva Agência Reguladora.

47. Instrumentos Financeiros

47.a. Gerenciamento dos instrumentos financeiros

A Concessionária mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado através de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco da Concessionária.

Alguns instrumentos financeiros têm seu custo amortizado substancialmente próximo ao valor de mercado, como contas a receber, empréstimos de capital de giro e operações específicas sem liquidez; assim, o valor de mercado é considerado o próprio custo amortizado. Para os instrumentos financeiros cotados em mercado ativo, sua cotação representa o valor de mercado.

Descrição	Nota	Categoria	Valor contábil			Valor de mercado		
			31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
ATIVO								
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	1	36.198	111.137	37.872	36.198	111.137	37.872
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	8	1	528.409	517.442	499.824	528.409	517.442	499.824
Títulos de Créditos a Receber	9	1	12	420	3	12	420	3
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	10	1	(137.117)	(130.507)	(117.440)	(137.117)	(130.507)	(117.440)
Aplicações Financeiras	7	1	4.619	22.750	25.606	4.619	22.750	25.606
Retenção Banco Máxima	7	2	3.292	3.000	-	3.292	3.000	-
Depósitos Judiciais - Ativo	18	1	32.518	15.959	13.931	32.518	15.959	13.931
Depósitos Judiciais - Retificadora do Passivo	34	1	97.701	96.086	91.731	97.701	96.086	91.731
Outros Créditos a Receber:	13							
- Fundo de Investimentos Creditórios		2	4.768	5.124	3.252	4.768	5.124	3.252
- Quotas Subordinadas do FIDC		2	12.150	12.150	5.300	12.150	12.150	5.300
- Conta de Resultados a Compensar - CRC	17	1	2.064.645	2.064.645	-	2.064.645	2.064.645	-
- Nota Técnica Reajuste Tarifário	14	1	44.906	43.327	43.755	44.906	43.327	43.755
Bens e Direitos Destinados a Alienação	21	5	238	993	992	238	993	992
PASSIVO								
Fornecedores	27	3	191.621	152.435	204.391	191.621	152.435	204.391
Empréstimos e Financiamentos	30	3	440.863	274.765	121.995	440.863	274.765	121.995
Outros Passivos :	36							
- Consumidores		4	15.669	9.291	9.825	15.669	9.291	9.825
- Nota Técnica Reajuste Tarifário	37	3	59.514	24.578	33.108	59.514	24.578	33.108

Categoria

- 1) Empréstimos e Recebíveis
- 2) Mantidos até o vencimento
- 3) Mensurado pelo custo amortizado
- 4) Não destinados a negociação
- 5) Disponível para venda

47.b. Gerenciamento de Riscos Financeiros

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados a projetos de eletrificação, obtidos em moeda nacional, junto à Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS, Fundação ELETROCEEE, FIDC II, IV e aos Consumidores, estão compatíveis com o valor de tais operações, não disponíveis no mercado financeiro.

As contas a receber de consumo de energia elétrica de poderes públicos, federal, estadual e municipal (administração direta), e de empresas controladas por essas esferas de governo, estão registradas em contas patrimoniais no montante de R\$ 69.975. A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D possui, também registrado nas contas patrimoniais parcelamentos com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul no montante de R\$ 21.946 e com Prefeituras Municipais no montante de R\$ 87.826 (vide Nota Explicativa 8.c).

Os valores de mercado dos créditos vencidos não foram estimados, face que nas negociações em andamento ainda não estão previstos os prazos de recebimento dos mesmos.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Concessionária são os seguintes:

a) Risco de Crédito

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D atua no mercado de distribuição de energia elétrica, atendendo a todos os clientes cativos na sua área de concessão conforme previsto nos contratos de concessão assinados com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O risco de crédito se origina quando a Concessionária incorre em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus consumidores.

Para amenizar os riscos decorrentes do fornecimento de energia na distribuição, a Concessionária tem o direito de interromper o fornecimento, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos.

b) Risco de Preço

As tarifas são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e, anualmente, são reajustadas pelas variações dos custos não gerenciáveis (denominado Parcela A) e pela variação do IGP-M para custos gerenciáveis (denominado Parcela B). O Reajuste Tarifário Anual tem como objetivo restabelecer o poder de compra da receita obtida por meio das tarifas praticadas. Outro mecanismo de atualização das tarifas é a Revisão Tarifária Periódica que tem como principal objetivo, analisar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

c) Risco de Mercado

A quantidade de energia comprada para atendimento à Concessionária está baseada na previsão de consumo para os próximos 5 anos. A legislação (Lei nº 10.848 de março de 2004 e Decreto nº 5.163 de julho de 2004) permite que a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D descontrate mensalmente a energia correspondente ao atendimento de consumidores livres, quando de sua saída. Também prevê a possibilidade de descontração de energia decorrente da entrada em operação de energia contratada anteriormente a 16 de março de 2004, anualmente por variação de mercado até 4% da energia contratada nos leilões de energia existente, duas vezes no ano através de cessões para outras distribuidoras em função de outros desvios de mercado, sem limites de montante de declaração. A Resolução Normativa nº 21/06 prevê alterações nas quotas-parte de Itaipu para cada concessionária, essas alterações podem gerar sobras ou déficits que também podem ser compensadas através do mecanismo de compensação de sobras e déficits.

Além do recurso de descontração, a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D tem cobertura tarifária para uma sobrecontratação de até 3% do seu requisito regulatório (mercado faturado acrescido das perdas regulatórias).

Em dezembro de 2010, os contratos para suprimento de energia da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D estão relacionados na tabela abaixo, com sua correspondente participação no mercado.

ORIGEM	TIPO	MWh	%
1º LEILÃO EE - Produto 2005-2012	CCEAR com MCSD	2.422.163,74	26,14%
1º LEILÃO EE - Produto 2006-2013	CCEAR com MCSD	1.160.820,48	12,53%
1º LEILÃO EE - Produto 2007-2014	CCEAR com MCSD	432.177,91	4,66%
5º LEILÃO EE - Produto 2007-2014	CCEAR com MCSD	32.405,56	0,35%
2º LEILÃO EE - Produto 2008-2015	CCEAR com MCSD	366.135,80	3,95%
4º LEILÃO EE - Produto 2009-2016	CCEAR com MCSD	246.904,11	2,66%
8º LEILÃO EE - Produto 2010-2014	CCEAR com MCSD	277.487,68	2,99%
1º LEILÃO EN - Produto 2008-2037	CCEAR En.Nova Hidro	22.259,57	0,24%
1º LEILÃO EN - Produto 2009-2038	CCEAR En.Nova Hidro	8.279,00	0,09%
1º LEILÃO EN - Produto 2010-2039	CCEAR En.Nova Hidro	267.138,98	2,88%
1º LEILÃO EN - Produto 2008-2022	CCEAR En.Nova Termo	175.881,94	1,90%
1º LEILÃO EN - Produto 2009-2023	CCEAR En.Nova Termo	105.647,30	1,14%
1º LEILÃO EN - Produto 2010-2024	CCEAR En.Nova Termo	259.025,65	2,80%
4º LEILÃO EN - Produto 2010-2024	CCEAR En.Nova Termo	46.534,33	0,50%
PIRATINI	Bilateral	7.792,26	0,08%
ENERCAN	Bilateral	209.684,96	2,26%
JAGUARI	Bilateral	53.611,20	0,58%
CERAN	Bilateral	454.644,00	4,91%
PROINFA	Proinfa	201.670,54	2,18%
ITAIPU	Itaipu	1.865.379,13	20,13%
CGTEE	Inicial	303.096,00	3,27%
SPOT	SPOT	347.858,58	3,75%
TOTAL		9.266.598,70	100,00%

(*) Dados em MWh não passíveis de exame pelo Auditor Independente.

Em 2010, a CEEE-D não teve sobras de energia, visto que foi encerrado o contrato com a AES Uruguiana e o lastro não foi totalmente recomposto. Dessa forma, a participação no MCSD foi para adquirir energia para atendimento ao mercado.

O risco de mercado para a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, no que se refere à contratação de energia, pode ser considerado como médio a alto. Os riscos existentes são:

- não atendimento a 100% do mercado – exposição ao mercado de curto prazo e sujeito a penalidades aplicadas pela ANEEL;
- repasse não integral da energia comprada;
- outras variações de mercado;
- saída de consumidores livres especiais (com demanda superior a 500 kW, suprido por fontes renováveis) – não há na regulamentação vigente procedimentos a serem adotados pelas distribuidoras quando da saída destes consumidores para o mercado livre;

d) Risco de Moeda

Os riscos de moeda da CEEE-D referem-se à energia comprada de Itaipu, que é valorada em dólar. Os montantes mensais de energia, assim como o valor da tarifa, são definidos pela ANEEL, através de Resoluções Homologatórias.

Os riscos são elevados, mas possuem cobertura tarifária integral. No entanto, a elevação do dólar pode impactar em problemas de caixa.

Em dezembro de 2010, os valores realizados com a energia comprada de Itaipu estão relacionados na tabela abaixo.

2010	Energia no Centro de Gravidade	POTÊNCIA	Tarifa	Valor Fatura	Cotação dólar	Valor Fatura
		(MW)	(US\$/Kw)	US\$		R\$
JANEIRO	157,637	333,562	24,63	8.216	1,8748	15.403
FEVEREIRO	142,470	333,562	24,63	8.216	1,8102	14.872
MARÇO	157,896	333,562	24,63	8.216	1,7810	14.632
ABRIL	152,802	333,562	24,63	8.216	1,7306	14.218
MAIO	157,249	333,562	24,63	8.216	1,8167	14.925
JUNHO	153,634	334,292	24,63	8.234	1,8015	14.833
JULHO	159,254	335,167	24,63	8.255	1,7572	14.506
AGOSTO	159,385	335,458	24,63	8.262	1,7560	14.509
SETEMBRO	154,039	334,875	24,63	8.248	1,6942	13.974
OUTUBRO	158,167	333,562	24,63	8.216	1,7112	14.059
NOVEMBRO	153,366	334,000	24,63	8.226	1,7161	14.117
DEZEMBRO	157,281	334,583	24,63	8.241	1,6662	13.731
TOTAL	1.863,181		1.000,000	98.760	1,7596	173.778

e) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. A Concessionária se utiliza do monitoramento constante de seu fluxo de caixa, observando a política de caixa mínimo visando a necessidade de captação de recursos para assegurar a capacidade de pagamentos. A gestão das aplicações financeiras tem como foco instrumento de curtíssimo prazo, com liquidez diária.

f) Risco de Encargos de Dívidas

Este risco é oriundo da possibilidade da Concessionária vir a incorrer em perdas por conta da flutuação da taxa de juros e também da variação dos índices atrelados a inflação, visto que seus empréstimos e financiamentos são vinculados a esses índices. Também há a possibilidade de redução na receita financeira relativa às aplicações financeiras. Estas taxas são constantemente monitoradas no sentido de se avaliar o impacto das mesmas no resultado da Concessionária.

47.c. Gerenciamento de Riscos Relacionados à Concessionária e suas Operações

a) Risco quanto à Escassez de Energia

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas, já que a energia adquirida e vendida pela Concessionária é basicamente gerada por usinas hidrelétricas, que dependem do volume de água em seus reservatórios para funcionamento. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas devido à redução de receitas com eventual adoção de novo programa de racionamento.

Devido ao nível atual dos reservatórios, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê para os próximos anos novo programa de racionamento.

b) Risco de não Renovação das Concessões

A Concessionária detém concessões para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia.

Ainda não foi editada legislação específica estabelecendo os critérios para prorrogação ou renovação das concessões a vencer a partir de 2015, se esta será uma prorrogação especial com custo ou sem custo ou, ainda, se será uma nova licitação com custo. Também não existe histórico de prorrogação ou renovação no Brasil. Desde 1995 (Nova Lei das Concessões), nenhuma empresa de distribuição ou transmissão passou pelo processo de análise sobre prorrogação ou renovação. Ocorreram algumas prorrogações com custo e sem custo para atendimento a situações específicas na atividade de geração, nada que pudesse ser considerado um histórico de tendências. Atualmente, no Brasil existem temas legais, regulatório e constitucional sendo discutidos pelo mercado. Já existem diversos projetos de lei e de emenda constitucional sendo discutidos na Câmara dos Deputados, mas ainda não é possível prever o resultado dessa discussão no Congresso Brasileiro.

Caso a renovação da concessão não seja deferida pelo Poder Concedente ou esta ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade podem ser alterados.

Não há garantia de que a concessão hoje outorgada à Concessionária será prorrogada pelo Poder Concedente.

c) Riscos Ambientais

O Brasil possui uma das legislações ambientais mais severas do mundo. A legislação brasileira impõe sanções que responsabilizam e exigem um grande esforço das empresas nacionais para o seu atendimento. Os processos de produção envolvidos no segmento de distribuição de energia produzem impactos ambientais, muitas vezes significativos, que precisam ser prevenidos e minimizados, sob pena de acarretarem grandes prejuízos ao meio ambiente e conseqüentemente ao agente responsável, independentemente da ação ter sido realizada inadvertidamente. Desta forma, além dos recursos financeiros necessários para a recuperação da área atingida pela degradação ambiental, a empresa responsável poderá ter seus dirigentes envolvidos em processos civis, administrativos e penais.

A questão da sustentabilidade, envolvendo as áreas ambiental, social e financeira, tem levado as empresas a buscarem ferramentas que possibilitem desenvolver suas atividades respeitando estes aspectos e potencializando diretrizes e políticas que viabilizem a integração de seus processos produtivos de forma a atender os interesses da sociedade, respeitando o meio ambiente e propiciando uma constante expansão e crescimento do seu negócio.

48. Programa de Participação de Resultados

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE D possui um programa de participação dos empregados nos resultados cujo objetivo é incentivar a melhoria de qualidade, níveis

de produtividade e resultados globais da Concessionária, através do comprometimento de todos os empregados. O montante contabilizado em 2010 totalizou R\$ 11.018, sendo distribuído o montante de R\$ 5.790 no exercício.

49. Questões Ambientais

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D busca minimizar impactos ambientais negativos e potencializar impactos ambientais positivos decorrentes de suas atividades.

A empresa mantém um convívio baseado na ética e na transparência, incentivando-os a preservar a natureza, qualificar a mão-de-obra, manter a segurança e combater a exploração infantil.

Dentre as ações mais relevantes em 2010 destacam-se:

a) Programa de Reflorestamento e Produção de Postes de Madeira

A produção de postes de madeira preservada é uma atividade realizada pela Concessionária há quase 60 anos. Sendo uma das únicas empresas a deter todo o ciclo de produção em grande escala no país, possui atualmente quatro hortos florestais de produção, situados nos municípios de Alegrete, Candiota, Charqueadas e Triunfo totalizando 6.010 ha.

A utilização de madeira de reflorestamento contribui para o abrandamento da poluição, através da captação de CO₂ em todo o período de crescimento das árvores, que pode variar de oito a doze anos. Nesse período cada árvore chega a seqüestrar 605 quilos de CO₂ da atmosfera.

b) Programa de Monitoramento de Instalações Existentes

Outras atividades de monitoramento são realizadas conforme determinação dos órgãos ambientais, como por exemplo, o monitoramento dos impactos sobre a avifauna, realizado previamente, para identificação da necessidade de implantação de sinalizadores e após sua implantação, para avaliar sua eficácia.

c) Reciclagem e Descontaminação de Lâmpadas e Destinação de Resíduos Industriais

Resíduos Perigosos

As atividades operacionais e de manutenção da CEEE-D geram lâmpadas fluorescentes usadas contendo mercúrio e baterias usadas contendo ácidos e metais pesados como o chumbo. As lâmpadas fluorescentes e as baterias usadas são enviadas para reciclagem em empresas especializadas e ambientalmente licenciadas.

Em atendimento à legislação, a CEEE-D vem retirando da rede os equipamentos que contêm bifenilas policloradas (PCB – ascarel), usadas como isolantes em células capacitivas mais antigas, o qual tem sido objeto de atenção especial, devido a seu potencial de impacto ambiental. Os descarte de ascarel ocorridos no período de cobertura do relatório são referentes ao material estocado de forma segura.

Resíduos Não Perigosos, Inertes e Não Inertes

A CEEE-D gera sucatas de cobre, ferro e alumínio, além de pneus e óleo mineral isolante. Os metais são reciclados, os pneus serão entregues ao revendedor que os devolver para o fabricante, e o óleo mineral isolante será regenerado ou reconicionado.

Em decorrência das nossas atividades, em 2010, não houve registro de nenhum vazamento significativo de substâncias químicas, óleos e combustíveis que pudessem ter afetado o solo, a água ou o ar, ou seja, nada que tenha ocasionado algum impacto negativo no ambiente.

d) Programa Recicle

O convênio assinado em 2002 com o Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto - CEA, em Porto Alegre, permite a retirada de lixo seco e sucata de papel dos prédios do CAENMF. O centro cultural além de oferecer atendimento extracurricular para pré-adolescentes proporciona, em suas diversas oficinas, atendimento para toda a comunidade.

No ano de 2010 foram doados às comunidades um total de 19.025 quilos de resíduos, entre lixo seco e sucata de papéis.

e) Descarte de Materiais Inservíveis

A sucata dos materiais inservíveis, de ferro e motores, entre outras, é recolhida e estocada em estrutura própria, para ser comercializada por meio de leilões. Com esta medida é reduzida a agressão à natureza, a compra de materiais novos, os furtos e os custos de armazenagem.

A CEEE-D arrecadou em leilões descentralizados cerca de R\$ 1,31 milhões provenientes de materiais inservíveis.

f) Doação de Uniformes

Este projeto tem por objetivo a doação dos uniformes que foram utilizados pelos empregados da Empresa CEEE-D, para entidades que proporcionarão a geração de renda às comunidades carentes, uma vez que estas comunidades utilizarão o material doado para a confecção de tapetes, bolsas, porta sapatos, jogos americanos, etc.

g) Programa de Eficiência Energética – PEE

Desde o ciclo de 2000/2001 quando foram iniciados os Programas de Eficiência Energética, até 2010 a CEEE-D investiu aproximadamente R\$ 53 milhões no desenvolvimento de mais de 500 projetos, que proporcionaram uma economia de energia de 75.297,28 MWh/ano. Este resultado decorre da implantação de projetos que utilizam tecnologias mais modernas e eficientes, como a melhoria ou modernização em processos produtivos e substituições de equipamentos obsoletos.

h) Educação e Conscientização Ambiental

Em 2010 a CEEE-D promoveu a realização de palestras na sede da empresa e em escolas, distribuição de mudas de árvores nativas, oriundas de seus hortos e realização de oficinas de EcoArte, projeto este que busca através da arte valorizar os conceitos ligados ao meio ambiente e combate ao desperdício.

50. Seguros

Os ativos com cobertura para incêndio, queda de raio, explosões e danos elétricos foram àqueles considerados essenciais, em que ocorrendo o sinistro, implicará na possibilidade de comprometer a garantia e a confiabilidade na continuidade da prestação de serviço. O seguro patrimonial foi contratado junto à TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S/A, contrato 9942074 – 1º Termo Aditivo, e tem vigência de 12/02/2011 até 11/02/2012. O valor do ativo segurado é de R\$ 12.866 e o valor do prêmio é de R\$ 39.

51. Assuntos Regulatórios

a) Processo do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD ()*

O Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD, por saída de consumidores livres, alterações de mercado até 4% a partir do ano seguinte, e a entrada em operação da energia decorrente de contratos assinados até 16 de março de 2004, previstos pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, cujas regras foram aprovadas pela Resolução Normativa nº 161 de julho de 2005 e homologadas pela Resolução ANEEL nº 211 de 03 de outubro de 2005, alteram os montantes de energia e potência associada consideradas nos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR. Estas regras levaram a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, por necessidade de aquisição adicional de energia, a efetuar uma compra adicional de 12,476 MW médios a partir de janeiro e 2,524 MW médios a partir de fevereiro de 2005 e descontratar em janeiro de 2006 16,435 MW médios por saída de consumidores livres. Em 2007, descontratamos 9,767 MW médios devido a sobra de energia na época. A partir desta data, a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D não participou mais deste mecanismo.

(*) Dados não passíveis de revisão pelo Auditor Independente.

b) Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os saldos compõem-se de:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
ATIVO CIRCULANTE			
Energia de Curto Prazo - CCEE (vide nota explicativa 8.d)	3.945	1	364
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
(*) Ressarcimento Acordo - CCEE (vide nota explicativa 16)	37.952	20.165	19.969
PASSIVO CIRCULANTE			
Energia de Curto Prazo - CCEE (vide nota explicativa 27)	(22.640)	(10.100)	(24.548)
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Energia de Curto Prazo	(27.400)	(27.400)	(27.400)
Encargo do Serviço do Sistema	<u>(13.207)</u>	<u>(13.207)</u>	<u>(13.207)</u>
	<u>(40.607)</u>	<u>(40.607)</u>	<u>(40.607)</u>
Total	<u>(21.350)</u>	<u>(30.541)</u>	<u>(44.822)</u>

(*) Valor referente ao acordo de ressarcimento correspondente a despesas com a compra de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, denominada como "Energia Livre", realizadas durante o período de racionamento, decorrentes da redução da geração de energia elétrica nas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Este valor está sendo cobrado dos consumidores finais dos submercados sujeitos ao racionamento pelas respectivas distribuidoras e será repassado à Concessionária.

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D realizou a contabilização da energia de Curto Prazo negociada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme contabilização definitiva elaborada por aquela entidade, porém impetrou ações judiciais nas seguintes bases::

PROCESSO CEEE Nº 3.494/02

OBJETO:

Ação Ordinária visando a nulidade do item IV do Despacho nº 288 da ANEEL, em face dos vícios formais e materiais desse ato administrativo e declaração de que a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE possuía o direito de não optar pelo alívio de exposição da energia elétrica oriunda de contrato de Itaipu nos exercícios de 2001 e 2002, de sorte a ter direito ao resultado dos riscos de exposição positiva no âmbito do mercado.

Houve requerimento de liminar de antecipação da tutela para que fosse a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL ordenada a instruir a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, a recontabilizar os valores da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE relativos à comercialização da energia elétrica da cota-parte de Itaipu Binacional referentes ao exercício de 2001 e 2002, contabilizando e liquidando em favor da Concessionária a exposição positiva verificada em razão da não opção pelo alívio de exposição.

ANDAMENTO:

Ajuizada a demanda, o juízo concedeu à Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE a antecipação de tutela requerida determinando a suspensão da contabilização dos valores da energia produzida por Itaipu e referente à quota a que tem direito a Autora, a qual não foi objeto de registro nos exercícios de 2001 (total) e 2002 (parcial), até que fosse proferida decisão final quanto à validade do Despacho nº 288/02 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, tendo ainda sido determinado a vedação de qualquer exigência de valores decorrentes da contabilização eventualmente lançada e que foi liminarmente suspensa, até final julgamento da ação.

Da decisão que concedeu a antecipação de tutela, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL interpôs agravo de instrumento que foi autuado perante o Tribunal Regional Federal de Brasília em data de 17 de dezembro de 2002, sob o nº 2002.01.00.045107-3, ao qual não foi concedido o efeito

suspensivo pleiteado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e o recurso encontra-se aguardando inclusão em pauta para julgamento de mérito pela 6ª Turma do Tribunal.

Em data de 07 de dezembro de 2004 sobreveio despacho saneador nos autos principais em que o Juízo declara que a lide está sustentada em fatos que dependem de comprovação através de perícia técnica, manifestando a necessidade de realização da prova. A Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE peticionou nos autos tecendo esclarecimentos sobre a lide e concordando com a realização da perícia técnica.

A perícia foi realizada e o laudo pericial foi considerado favorável pela área de Comercialização/CEEE-GT e pela área Jurídica, tendo sua concordância em juízo, impugnando aspectos de menor importância em relação ao contexto geral. Houve também manifestação da outra parte. Em 17 de outubro de 2008 foi juntado aos autos cópia de decisão exarada na ação de objeto idêntico ajuizada pela AES Sul em face da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL com decisão favorável a Autora. A última movimentação do processo inclui a União no pólo passivo da ação, não tendo sido proferida ainda decisão de mérito do feito, estando os autos conclusos para decisão desde 30.04.2009.

PROCESSO CEEE Nº 3.555/2002

AÇÃO CAUTELAR

OBJETO:

Ação Cautelar Preparatória com pedido de liminar, para o fim de determinar que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE suspenda o andamento da liquidação financeira das transações de energia elétrica prevista para o dia 22 de novembro de 2002, relativamente à parte Autora.

ANDAMENTO:

Foi deferida a medida liminar para que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE suspenda o andamento da liquidação das transações de energia elétrica prevista para o dia 22 de novembro de 2002, relativamente à Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE (período de setembro de 2000 a setembro de 2002), até ulterior deliberação do Juízo. Após, houve despacho do Juízo esclarecendo que as liquidações futuras em relação às operações realizadas nos meses de outubro a dezembro de 2002 não estão abrangidas pela decisão liminar.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, interpôs agravo de instrumento autuado sob o nº 2002.03.00.051118-9 em data de 06 de dezembro de 2002, tendo sido indeferida a liminar de efeito suspensivo pleiteada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ante a ausência dos requisitos necessários ao acolhimento do pleito liminar, estando o processo concluso ao Desembargador Relator desde 10 de junho de 2004, restando este agravo de instrumento baixado desde agosto de 2006.

Os últimos andamentos processuais na ação cautelar são relativos à despacho do Juízo em data de 06 de agosto de 2004, determinando prosseguimento na ação principal, e juntada de petição em 16 de dezembro de 2004.

AÇÃO ORDINÁRIA

OBJETO:

Ação Declaratória com Pedido Condenatório objetivando a declaração de nulidade do Despacho ANEEL nº 346/02, por infração aos princípios da legalidade e segurança jurídica, bem como condenação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a liquidar as contabilizações do período de setembro de 2000 a outubro de 2002 somente mediante auditoria prévia dos programas computacionais utilizados pelo sistema de contabilização e liquidação, e das transferências de recursos entre os agentes participantes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, atendendo estritamente aos termos da Convenção de Mercado aprovada pela

Resolução ANEEL nº 102/02, que possibilite à Autora conferir e controlar a exata origem e o objeto do seu débito.

ANDAMENTO:

Ação Ordinária proposta em data de 19 de dezembro 2002 e autuada sob o nº 2002.61.00.029736-5. Em 10 de março de 2004 houve despacho do Juízo requerendo manifestação das partes sobre o pedido de ingresso no feito formulado por ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A E OUTROS como assistente da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE peticionou requerendo realização de prova pericial. Em 06 de agosto de 2004, houve despacho do Juízo determinando autuação em apenso das petições de impugnação à assistência simples, bem ainda determinando a apresentação de quesitos à prova pericial pela Autora, fins de aferir-se a pertinência da realização da prova pericial. A petição da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE com os quesitos foi apresentada em data de 13 de agosto de 2004. Em 29 de outubro de 2008 foram arbitrados pelo Juízo os valores referentes aos honorários periciais. Em 07 de novembro a Concessionária apresentou os quesitos para realização da pericia. A última movimentação processual foi a juntada de petição ocorrida no dia 13 de novembro de 2008. Em 23/09/2010 o laudo foi apresentado a Concessionária, tendo essa se manifestado contrariamente ao mesmo. O processo ainda não foi sentenciado.

SÉRGIO SOUZA DIAS
Diretor Presidente

GERSON CARRION DE OLIVEIRA
Diretor

LUIZ ANTONIO TIRELLO
Diretor

HALIKAN DANIEL DIAS
Diretor

RUBEM CIMA
Diretor

GILBERTO SILVA DA SILVEIRA
Diretor

MARCIA BEATRIZ GARCIA RODRIGUES
Contadora CRCRS 42897

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Em atendimento aos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A2”, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 08.467.115/0001-00, declaram que:

1. Revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório da BDO Auditores Independentes, relativamente às Demonstrações Financeiras da CEEE-D referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010; e
2. Revisaram discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da CEEE-D relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

Porto Alegre, 24 de março de 2011.

SERGIO SOUZA DIAS

Diretor Presidente

GERSON CARRION DE OLIVEIRA

Diretor

HALIKAN DANIEL DIAS

Diretor

GILBERTO SILVA DA SILVEIRA

Diretor

RUBEM CIMA

Diretor

LUIZ ANTONIO TIRELLO

Diretor

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D
Porto Alegre - RS

OPINIÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

ÊNFASE

Conta de Resultado a Compensar (CRC)

Conforme descrito na nota explicativa número 17, a Companhia contabilizou o montante de R\$ 2.064.645 nas demonstrações financeiras o valor é decorrente do trânsito em julgado em 31 de março de 2009 da decisão proferida nos autos da Ação Ordinária ajuizada em face da União Federal, onde foi reconhecido o direito de computar na Conta de Resultados a Compensar (CRC) os valores pagos a título de complementação/suplementação de aposentadoria com os servidores ex-autárquicos que integravam seu quadro. A Companhia aguarda designação do perito judicial, no processo de liquidação de sentença, o montante contabilizado está suportado pelo cálculo realizado por especialista contratado pela Administração em 31 de dezembro de 2009. Esse montante permanece no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 considerando que não houve nenhuma decisão em definitivo que alterasse os critérios de liquidação. Consequentemente, somente após a homologação dos cálculos do perito pelo juízo da liquidação será possível determinar os reflexos nas demonstrações financeiras, se houver, bem como a realização destes créditos, considerando que as formas de utilização do saldo credor da Conta de Resultados está disciplinada em lei federal (Lei nº 8.631/93).

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D
Porto Alegre - RS

Ativos e Passivos relativos às transações de venda e compra de energia realizada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica — CCEE

Conforme detalhado na nota explicativa nº 51.b às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2010, a Companhia tem registrado no ativo não circulante valores a receber nos montantes de R\$ 37.952 mil, referentes ao reembolso a receber da Revisão Tarifária Extraordinária e no passivo não circulante R\$ 13.307 mil referentes a Encargos de Serviço do Sistema (ESS) e R\$ 27.400 mil, relativos às transações de venda e compra de energia realizada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica — CCEE (anteriormente Mercado Atacadista de Energia Elétrica — MAE) ocorridas em exercícios anteriores. Esses valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE e podem estar sujeitos à modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento movidos pela Companhia e por outras empresas do setor, relativos, em sua maioria, à interpretação das regras do mercado em vigor para aquele período. Os demais assuntos regulatórios que impactam as demonstrações financeiras estão descritos na nota explicativa nº 51 às demonstrações financeiras.

OUTROS ASSUNTOS

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D
Porto Alegre - RS

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 1º de março de 2010, que conteve ênfase sobre os mesmos assuntos descritos no tópico ênfase deste relatório.

Porto Alegre, 24 de março de 2011.

Paulo Ricardo Pinto Alaniz
Sócio-contador
CRC 1RS042460/O-3
BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 "S" RS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, tendo analisado no decorrer do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, a gestão econômico-financeira da Empresa, bem como examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Parecer dos Auditores Independentes, BDO Auditores Independentes, e as informações complementares da Administração, opinam no sentido de que os documentos referidos representam a situação patrimonial e financeira da Companhia, naquela data, observadas as Ênfases contidas no Relatório dos Auditores Independentes, estando, portanto, em condições de serem submetidos à deliberação dos acionistas.

Porto Alegre, 24 de março de 2011.

Argeu da Silva Brum
Presidente

Fernando Magalhães Coronel
Conselheiro

Rodrigo Vilella Ruiz
Conselheiro

Luiz Carlos Dias Garcia
Conselheiro

Vicente Paulo Mattos de Britto Pereira
Conselheiro

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração, tendo examinado o Relatório da Administração o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e respectivas Notas Explicativas, referentes ao Exercício de 2010, encerrado em 31 de dezembro de 2010, documentos esses assinados pelos administradores responsáveis pela Empresa, considerando os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, manifesta-se por unanimidade, pela aprovação dos referidos documentos e submete a matéria à apreciação dos Senhores Acionistas.

Porto Alegre, 24 de março de 2011.

Claudemir Bragagnolo,
Presidente do Conselho de Administração.

Sérgio Souza Dias

Mari Ivane Oliveira Perusso

Caleb Medeiros de Oliveira

Sidney do Lago Júnior

Baltazar Balbo Garagorri Teixeira

Vicente José Rauber

Fabiano Pereira